

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

Oligarquia e transformismo

A crítica de Gramsci a Michels

Autor: Renato César Ferreira Fernandes

Dissertação de mestrado apresentada no curso de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob orientação do Prof. Dr. Álvaro Gabriel Bianchi Mendez.

**Campinas
2011**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Sandra Aparecida Pereira CRB nº 7432**

F39o **Fernandes, Renato César Ferreira**
Oligarquia e transformismo : a crítica de Gramsci a Michels /
Renato César Ferreira Fernandes. - - Campinas, SP : [s. n.], 2011.

Orientador: Alvaro Gabriel Bianchi Mendez
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Gramsci, Antonio, 1891-1937. 2. Michels, Robert, 1876-1936. 3.
Partidos políticos. 4. Ciência Política. I. Mendez ,Alvaro Gabriel
Bianchi. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: Oligarchy and transformism: critical of Gramsci the Michels

Palavras chaves em inglês (keywords): Political parties
Political science

Área de Concentração: Ciência Política

Titulação: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora: Adriano Nervo Codato, Edmundo Fernandes Dias

RENATO CÉSAR FERREIRA FERNANDES

A
Aut.

OLIGARQUIA E DEMOCRACIA: A CRÍTICA DE GRAMSCI A MICHELS

Dissertação apresentada ao Departamento de
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas
para obtenção do grau MESTRE em Ciência
Política sob orientação da Prof. Dr. Alvaro Gabriel
Bianchi Mendez.

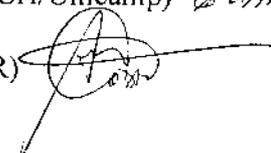
Este exemplar corresponde à redação
final da DISSERTAÇÃO defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora em
30/03/2011.

Comissão Julgadora:

Titulares:

Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez (IFCH/Unicamp) - (Presidente) 

Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias (IFCH/Unicamp) 

Prof. Dr. Adriano Nervo Codato (UFPR) 

Suplentes:

Profª. Dra. Rachel Meneguello (IFCH/Unicamp)

Prof. Dr. Rodrigo Passos (UFPI)

**Campinas
(Mês e Ano)**

Agradecimentos

Esta dissertação é fruto de um longo trabalho com diversos apoiadores no caminho. Gostaria de começar agradecendo a Álvaro Bianchi e a todo o grupo de pesquisa Marxismo e Teoria Política. Sem as discussões e reuniões que iniciaram com a minha iniciação científica, dificilmente teria chegado à formulação atual da minha dissertação. As opiniões, críticas, sugestões, os seminários, me demonstraram que o trabalho coletivo de pesquisadores é importante para auxiliar qualquer pesquisa individual.

Gostaria de agradecer também a todos os membros do CEMARX, pela iniciativa dos seminários de pesquisa, que nos obriga a refletir mais amplamente sobre os limites de nossa pesquisa e a discutir com um público mais amplo.

Um agradecimento especial aos membros da minha qualificação: Edmundo Dias e Rachel Meneguello. Os debates num dos últimos dias do ano de 2009 serviram para clarear as discussões e apontar novos caminhos na minha dissertação.

Gostaria também de agradecer o apoio que recebi em todos estes anos da minha família. O apoio financeiro foi fundamental para garantir a estabilidade nos estudos. Mas o apoio espiritual, da amizade, foi uma peça fundamental para que conseguisse formular minha dissertação. Também o apoio e a amizade de uma nova família, a família da minha companheira, me renovaram as energias para que conseguisse realizar este trabalho.

Gostaria de agradecer também aos militantes do PSTU, sem nenhuma declaração em especial. Fiz toda a minha dissertação militando neste partido e este trabalho tem um laço inseparável com a vida partidária. Acredito que muitas das discussões realizadas com os militantes me ajudaram a resolver algumas dificuldades teóricas.

Por último, gostaria de agradecer a minha companheira, debatedora e revisora Luciana Nogueira. Não sei dizer o que poderia ser este trabalho sem o trabalho dela: os debates políticos, teóricos, a paciência para entender os meus raciocínios, foram auxílios importantes para a minha dissertação. Por mais que ela não tenha nenhuma responsabilidade pelo que escrevi, parte deste trabalho foi dela.

Resumo

Esta dissertação teve como objetivo debater a crítica de Antonio Gramsci a Robert Michels. A análise foi desenvolvida sobre a crítica a três conceitos-processos de Michels: da lei férrea da oligarquia nos partidos políticos, da elite carismática e do conceito de elite política. Para esta pesquisa, foi preciso recuperar as formulações de Michels à luz do seu tempo, refletindo sobre as transformações no pensamento do autor na história política do início do século: da sua crítica à socialdemocracia até o seu apoio ao fascismo. Já em Gramsci, a reconstrução teórica se deu a partir dos Cadernos do Cárcere, principal obra em que o autor desenvolve a crítica a Michels. Esta crítica nunca foi sistematizada e, por isso, foi preciso passar por uma reconstrução dos principais conceitos do comunista italiano buscando clarificar as diferenças. Tanto Michels quanto Gramsci formularam suas ciências políticas sobre a divisão entre dirigente e dirigidos. Mas a construção teórica desta divisão, nestes autores, é oposta. A partir desta divergência foi possível demonstrar que a crítica de Gramsci revela as limitações do texto de Michels. Neste sentido, chegamos à formulação de que o conceito gramsciano de transformismo apareceu como uma superação teórica da oligarquização presente na teoria de Michels.

Abstract

This dissertation aimed to discuss Antonio Gramsci's critique to Robert Michels. The analysis was undertaken on the critique to three concept-processes of Michels's: the iron law of oligarchy in political parties, the charismatic elite and the concept of political elite. For this research, it was necessary to recover Michel's formulations in the light of his time, reflecting about the changes in the author's thought in the political history of the beginning of the century: from his critique on the social democracy to his support for the fascism. However, according to Gramsci, the theoretical reconstruction was made from the *Prison Notebooks*, the main work in which the author develops a critique to Michels. This critique was never systematized and, therefore, it had to undergo a reconstruction of the main concepts of the Italian Communist seeking to clarify the differences. Both Michels and Gramsci formulated their political sciences concerning the division between leader and led. But the theoretical construction of this division, according to these authors, is opposite. From this divergence was possible to demonstrate that Gramsci's critique reveals the limitations of Michels's text. In this sense, we come to a conclusion that the Gramscian concept of transformism emerged as a theoretical overrun oligarchization in Michels's theory.

Sumário

Introdução	13
Notas metodológicas	17
1. A sociologia elitista-oligárquica de Michels	21
A crítica à socialdemocracia	21
O elitismo de Michels: da democracia à oligarquia.....	26
Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna.....	31
A antidemocracia democrática: o paradoxo do fascismo.....	45
2. Gramsci e a crítica à teoria dos partidos	53
A temática dos intelectuais em Gramsci	53
O partido, seus momentos constitutivos e seus grupos elementares.....	59
Classe, história e partido	85
Liderança carismática e a fase econômico-corporativa	92
3. Elite, intelectuais e burocracia	99
Bukharin crítico de Michels.....	100
A necessidade dos organizadores: dirigentes e burocracia	108
Elite, classe política e classes dominantes	120
A historicidade dos dirigentes e dirigidos.....	125
4. Conclusão: transformismo e oligarquização	129
Bibliografia	133

Introdução

A obra de Antonio Gramsci é marcada por diversos temas. Neste trabalho abordaremos a crítica de Gramsci às teorias de Robert Michels. Michels foi um sociólogo alemão, que residiu parte da sua vida na Itália, país no qual se naturalizou na época do fascismo. As obras desse autor perpassam os mais diversos temas, como partidos políticos, elites, história social, nações, colonialismo, etc. A trajetória da sua vida, que é similar à de Benito Mussolini, é marcada pela militância nos partidos da II Internacional e depois da I Guerra Mundial, na afiliação ao fascismo. A obra de Gramsci foi escrita justamente nos cárceres do fascismo italiano, cujo regime Michels apoiava.

A presença de Michels na obra carcerária de Gramsci não é tão destacada quanto a de autores como Benedetto Croce e Nicolai Bukhárin. No entanto, apesar de não ser prioritária a crítica a Michels, o comunista italiano não desprezou a necessidade da reflexão sobre os temas propostos pelo autor ítalo-germânico. Na verdade, o comunista italiano separou material e enumerou alguns temas relevantes para a discussão com Michels, mas infelizmente não deu o prosseguimento necessário nesta crítica (GRAMSCI, Q 2, § 75, p. 236)¹.

Dos principais debates que Gramsci realizou sobre a obra de Michels, podemos extrair três temas centrais: a teoria do partido, a teoria das elites e o problema da elite carismática. Quanto à teoria do partido e da elite carismática, a discussão se dá diretamente com Michels, mas a polêmica com a teoria das elites não. No debate sobre elites, Gramsci fez a crítica aos principais representantes teóricos desta tradição: Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto. No entanto, a crítica à teoria das elites, em ambos os autores, também pode ser direcionada para Michels, como veremos. Além disso, a crítica à teoria das elites é uma complementação da crítica à teoria dos partidos em Michels.

No primeiro capítulo, fizemos uma reconstrução histórica da teoria de Michels. Esta reconstrução se deu através de três momentos centrais de sua obra: a primeira fase é a de

¹ Para os *Cadernos do Cárcere* utilizaremos uma abreviação da edição Gerratana (1975). Desta forma, as referências aos cadernos serão utilizadas da seguinte maneira: “Q 1, § 12, p. 10”, onde “Q” indica o número correspondente ao Caderno do Cárcere, “§” indica o parágrafo no qual encontramos a citação e “p.” indica a página correspondente. Para todas as outras obras, utilizaremos a nomenclatura padrão. Além disso, a tradução será feita de acordo com a edição brasileira (1999-2002).

Michels militante social-democrata e crítico da adaptação parlamentar dos partidos alemão e italiano; a segunda fase é a de síntese entre a crítica a esta adaptação e a teoria das elites, que levou às suas formulações mais clássicas no campo da sociologia; a última fase é a de Michels teórico do fascismo, que encontra na liderança de Mussolini o ponto de reconstrução de uma nação. Como veremos, há mudanças nas perspectivas do sociólogo, mas há um grande fio de continuidade em cada fase.

Após esta reconstrução da teoria de Michels, entramos na crítica de Gramsci. Esta crítica centrou-se, no segundo capítulo, na sociologia dos partidos políticos de Michels. Como esta sociologia foi renovada pelo autor com a teoria da elite carismática, optamos por abordar esta problemática separadamente da discussão sobre a teoria dos partidos. Sobre a teoria dos partidos, tanto Gramsci, quanto Michels se identificam por construir a maior parte de suas análises sobre os partidos transformadores, isto é, sobre a socialdemocracia até o início da I Guerra Mundial e os comunistas posteriormente. Esta identificação se dá por motivos diferentes: para Michels, interessava analisar os limites destes partidos na transformação democrática do Estado oligárquico; para Gramsci, a perspectiva de discutir o partido comunista consistia em construir ferramentas para transformar a sociedade, para a ampliação da democracia através do comunismo.

No terceiro capítulo, foi desenvolvida a crítica de Gramsci à teoria das elites. Michels considera impossível a soberania popular preconizada pelos democratas e socialistas. O autor ítalo-germânico, neste sentido, se aproxima dos teóricos elitistas e da crítica dos mesmos à democracia e chega a essa conclusão quando teoriza os limites da ação da socialdemocracia alemã na democratização do Estado, em seus estudos de 1906 e 1907 (MICHELS, 1989). A partir daí, ele começa a desenvolver estudos mais sistemáticos sobre a classe orgânica e a oligarquia constitucional (Ibidem). Nesses escritos, Michels procurou delimitar como a classe política domina nas sociedades modernas.

Em seus escritos do cárcere, Gramsci polemizou com a concepção elitista da classe política enquanto classe dominante. A sua polêmica não foi a de destruir a ideia de uma camada de dirigentes políticos do Estado, mas de incorporar esta categoria em sua teoria dos intelectuais. Além disso, fruto do método historicista de Gramsci, a negação da

concepção elitista foi o resultado do questionamento da metodologia da ciência política e da necessária historicização da política, ignorada até então pelos teóricos elitistas.

Uma presença que não pode ser ignorada na crítica de Gramsci a Michels e nos temas abordados, é a de Max Weber. Michels trabalhou por quase dez anos na redação da revista de Weber, *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, na qual publicou seus estudos sobre a socialdemocracia alemã e a internacional socialista (MICHELS, 1989). Além disso, a primeira edição do trabalho sobre partidos, de Michels, foi dedicada a Weber. Apesar da vasta obra, o trabalho de Weber sobre os partidos, como aponta o próprio Michels, é episódico e fragmentário, sendo de difícil reconstrução. Em relação ao carisma, este trabalho já não é nada desprezível. É o próprio Michels quem admite a influência de Weber sobre seu conceito de liderança carismática e sua explicação da figura de Mussolini (MICHELS, 1969). A presença de Weber nos escritos gramscianos é pequena, menor que a de Michels. Em algumas notas a referência se dá por meio dos próprios escritos de Michels, em outras em conjunto com este, mas, apesar disso, assim como em Michels, não é possível ignorar o debate indireto. Em Weber este debate irá aparecer novamente, principalmente na discussão sobre a falência do regime representativo (GRAMSCI, Q 14, § 49, p. 1708). Dessa forma, em todos os capítulos desta dissertação, há uma tentativa de construção da relação teórica entre Michels/Weber e da crítica de Gramsci a estes dois intelectuais, ainda que a crítica a Weber seja um trabalho por ser escrito.

A reconstrução da crítica de Gramsci a Michels tem o objetivo de destacar um importante ponto de reflexão da obra do comunista italiano: a sua formulação sobre o partido político e a formação dos novos intelectuais a partir das fontes de elaboração dos cadernos carcerários. O diálogo com as fontes é uma das formas de demonstrar a vitalidade e a precisão do pensamento de Gramsci e a crítica a um dos principais representantes da teoria dos partidos políticos no início do século XX reforça a formulação gramsciana e aponta para novas questões da teoria marxista dos partidos.

Notas metodológicas

A pesquisa realizada passou por dois momentos. O primeiro foi o estudo das principais obras dos autores que são objeto da pesquisa. Neste processo, a leitura das obras de Michels, Weber, Gramsci e de seus comentadores foi fundamental para conseguirmos estabelecer um ritmo de elaboração dos conceitos de cada um e comparar a formulação dos três autores sobre os temas propostos.

O segundo momento da pesquisa foi a construção da exposição do material estudado. Neste sentido, e tomando como hierarquia a presença de Michels em Gramsci, procuramos reconstruir as respostas do comunista italiano às problemáticas levantadas pelo autor criticado. Aqui, o apoio em obras como a de Francionni (1984) e Bianchi (2008) foram fundamentais para a exposição. O sentido no qual o texto se construiu foi o de recuperar a combinação entre as diversas temporalidades presentes no texto de Gramsci e de Michels. As principais temporalidades que buscamos em cada texto se relacionam com a formulação dos conceitos em cada obra, o processo histórico sobre o qual os autores teorizaram e a presença de Michels no texto de Gramsci.

Ao todo, Gramsci escreveu quatorze parágrafos com alguma referência a Michels². Dentre estes parágrafos existem sete nos quais há referência à obra de Michels, sendo que alguns só apresentam uma referência ocasional e em outros já há um debate da obra do autor. E os outros sete parágrafos são aqueles nos quais Gramsci só fez referência a algum conceito de Michels – na sua maior parte, ao conceito de chefe carismático. Entre estes textos, há apenas um texto A, oito textos B e cinco textos C³. A principal nota crítica de Gramsci a Michels, é um texto B, do Caderno 2 (§ 75), escrito entre 1929 e maio de 1930⁴.

² Os parágrafos são estes: Q 2, § 45, § 75 e § 93; Q 3, § 59; Q 6, § 97; Q 7, § 12 e § 64; Q 8, § 148; Q 9, § 142; Q 11, § 25, § 26 e § 66; Q 13, § 29 e Q 13, § 33.

³ “Os textos A são os que Gramsci redigiu nos ‘cadernos miscelâneos’ e depois retomou ou reagrupou (...) em textos C, todos eles – com a exceção de três notas presentes no caderno 14 – contidos nos ‘cadernos especiais’; os textos B, por sua vez, são aqueles de redação única, que aparecem sobretudo nos ‘cadernos miscelâneos’, mas também, em um número menor de casos, em alguns ‘cadernos especiais’.” (COUTINHO, 2001, p. 12). No caso da crítica de Gramsci a Michels, somente um texto A transformou-se em texto C e em todos os outros textos C, Michels foi incluído.

⁴ Existe um problema nesta datação. Gramsci faz uma referência neste parágrafo (p. 239) ao § 64 do Q 7 (e não ao parágrafo § 16 do Q 7, como coloca Gerratana), escrito em setembro de 1931. Se este só foi escrito nesta data, de acordo com Francioni, o outro só pode ter sido concebido posteriormente a esta data.

Este parágrafo está entre os primeiros em que Gramsci faz referência a Michels. No texto, o comunista italiano abordou os temas que discutiremos ao longo deste trabalho, principalmente no capítulo 2. Foi nesta nota também, que Gramsci demonstrou disposição de recolher material para um estudo sobre a obra de Michels, caso fosse necessário para lhe fazer a crítica.

Para além desta localização de Michels nos cadernos, algumas considerações metodológicas de Gramsci foram fundamentais para realizar esta pesquisa. A primeira é uma crítica do próprio Gramsci a Michels. Colocando-se a tarefa de realizar uma pesquisa crítica das obras de Michels, Gramsci deixou-nos duas considerações: “*A bibliografia dos trabalhos de Michels pode ser reconstruída sempre a partir de seus próprios textos, porque ele cita a si mesmo abundantemente*” (Q 2, § 75, p. 237). A repetição dos textos de Michels é impressionante. Os artigos entre 1907 e 1909, presentes na coletânea *Potere e Oligarchie* (MICHELS, 1989), se tornaram todos parte dos capítulos do livro de 1912, *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna* (Idem, 2001). Além disso, livros escritos na década de 1920 e 1930 também são a reescrita de textos anteriores.

A segunda consideração de Gramsci foi sobre o método de trabalhar e pensar de Michels, pois o autor ítalo-germânico não possui “*nenhuma metodologia intrínseca aos fatos, nenhum ponto de vista crítico a não ser um amável ceticismo de salão ou de café reacionário*” (GRAMSCI, Q 2, § 75, p. 237). Aqui, a crítica de Gramsci se desenvolve sobre o caráter diletante de Michels, que é guiado por citações e não por uma perspectiva metodológica própria. Isto fica perceptível nos textos históricos de Michels: não há uma história dos partidos, mas uma descrição dos mesmos. A falta de uma metodologia leva o autor germânico a confundir o nível empírico com a lei sociológica (Q 11, § 26, p. 1433-1434).

A terceira consideração metodológica encontra-se na discussão do “que é científico”. Estimulado pelo problema da identificação entre os termos “ciência” e “científico” com as ciências naturais, Gramsci levantou problemas sobre a relação entre ciência e método. Nesse sentido, o comunista chegou à conclusão de que: “*Não existem ciências por excelências e não existe um método por excelência, ‘um método em si’. Toda pesquisa*

científica cria para si um método adequado, uma lógica própria, cuja generalidade e universalidade consiste apenas em ser ‘conforme ao fim’.” (Q 6, § 180, p. 826).

Ser conforme ao fim, nesta pesquisa, é a tentativa de demonstrar que a crítica de Gramsci a Michels serve como um enriquecimento da teoria dos partidos políticos. Para isto, foi necessário analisar em cada nota carcerária de Gramsci, o ritmo e o desenvolvimento do seu pensamento. A exposição é marcada por este levantamento das fontes de desenvolvimento, do ponto de partida, até o ponto de chegada, que são as conclusões de Gramsci sobre o desenvolvimento dos problemas e as possibilidades de solução através da prática política.

1. A sociologia elitista-oligárquica de Michels

Neste primeiro capítulo analisaremos a obra de Michels a partir dos diversos debates intelectuais que o autor travou. Na primeira parte, será feita a análise dos debates no interior da socialdemocracia. Na segunda parte, a análise se centrará nas relações que Michels estabeleceu entre democracia e oligarquia. Na última parte, a discussão se centrará na elaboração de Michels sobre a elite carismática e a democracia fascista. O objetivo nessas três partes é compreender a gênese dos conceitos elaborados por Michels através do debate intelectual travado na sua época.

Este primeiro capítulo tem o objetivo de estabelecer o marco do debate entre Gramsci e Michels, marco comum na ciência política italiana: a análise das relações entre dirigentes e dirigidos.

A crítica à socialdemocracia

Nos primeiros dez anos de vida intelectual (1899-1909), Robert Michels foi um intelectual diretamente ligado a vida dos partidos políticos da Segunda Internacional. Ele era filiado tanto ao Partido Socialista Italiano (PSI), quanto ao Partido Social-democrata alemão (SPD). A evolução política destes partidos marcaram profundamente a primeira fase de produção de Michels, assim como a de muitos intelectuais de esquerda da época. Segundo Albertoni, os trabalhos do sociólogo ítalo-germânico estavam dentro do debate da socialdemocracia internacional, porém não tinham o invólucro ideológico marxista (ALBERTONI, 1989, p. 11).

O marxismo, enquanto corrente ideológico-política, se formou no final do século XIX, quando Frederich Engels, Karl Kautsky e Eduard Bernstein estavam em contínuo e estrito contato (MATHIAS, 1988, p. 35). O principal centro de desenvolvimento teórico foi a Alemanha e, principalmente, os teóricos e os debates surgidos em torno ao SPD.

Entre 1878 e 1890, o SPD agiu sob a égide de leis antisocialistas – uma resposta de Otto Von Bismarck a duas tentativas de assassinato do Kaiser Guilherme. A forçada clandestinidade fez com que o partido alemão só conseguisse desenvolver atividades

políticas no Parlamento, o que propiciou a formação de uma direção cada vez mais ligada às atividades parlamentares; por outro lado, a limitação das liberdades democráticas impostas na Alemanha imperial, possibilitou que a consciência ideológica do partido se aproximasse cada vez mais de soluções revolucionárias para a luta na Alemanha (Ibidem, p. 42).

Após o fim das leis antissocialistas, o partido alemão se encontrou sob a seguinte situação: um forte discurso ideológico ligado ao marxismo e a necessidade da revolução; e uma prática cada vez mais adaptada ao parlamento alemão. O programa de Erfurt (e o debate congressual sobre o mesmo), aprovado em 1891, era a expressão desta contradição: numa primeira parte, o programa apresentava as leis do capitalismo sob as formas conceituais marxistas; em outra parte, estavam expostas as reivindicações democráticas e de reformas sociais. Faltava entre elas uma “*unidade dialética entre teoria e prática*” (Ibidem, p. 42).

A contradição entre a teoria marxista e a prática reformista foi colocada em xeque, pela primeira vez, por Bernstein. Tentando se ater ao espírito crítico do método de Marx, Bernstein realizou uma revisão de alguns postulados da teoria marxiana:

Bernstein fora impulsionado por uma dupla motivação. Por um lado, pretendia superar a defasagem entre a teoria (radical-revolucionária) e a práxis (reformista) do SPD; por outro, queria rever as teses do marxismo, abaladas pelas críticas burguesas a Marx, e não mais válidas – era essa sua convicção – no plano empírico. (FETSCHER, 1989, p. 275).

A base do revisionismo de Bernstein são as mudanças econômicas ocorridas neste período. Para o revisionista alemão, a teoria das crises de Marx devia ser revista, pois já não se adequava à explicação do real. Esta revisão teórica levou Bernstein à formulação de uma política que garantisse reformas sociais através do parlamento e do compromisso com outros partidos políticos (BERNSTEIN, 1997, p. 143-145). Estas reformas sociais levariam a um avanço gradual ao socialismo, sem uma ruptura violenta. Este revisionismo teórico, como afirma Fetscher, era condizente com a prática reformista e parlamentar da socialdemocracia (Ibidem, p. 288).

O revisionismo de Bernstein é criticado por intelectuais da esquerda internacional: Vladimir Lenin, Georges Sorel, Karl Kautsky e Rosa Luxemburg. Cada crítica privilegiou um aspecto teórico e houve diversas convergências entre elas.

Foi envolto neste debate intelectual que Michels começou a escrever seus textos. A contradição entre a teoria revolucionária e a prática reformista será a base da crítica de Michels à socialdemocracia alemã. Em um texto de 1904, intitulado *Os perigos do Partido Socialista Alemão*, Michels criticou a posição contrária dos dirigentes do SPD à greve de massas. Tanto os sindicatos alemães (dirigidos por membros do SPD), quanto a socialdemocracia alemã eram contra a propaganda da greve de massas entre os operários. O texto de Michels iniciava com uma caracterização do Estado alemão e sua burguesia:

O nosso Estado não é, com efeito, o Estado de uma burguesia em decadência; é ainda o Estado feudal dos tempos bárbaros. E dispõe de duas forças formidáveis: de um lado uma burguesia intransigente que não está afetada por alguma ideia vagamente humanitária – como a burguesia liberal francesa, italiana e dos Países escandinavos – e que vê na monarquia não só uma instituição útil, mas ainda um fetiche que necessita imolar a vítima; de outro lado, um inumerável proletariado inconsciente e cego, pronto para atacar seus próprios irmãos na luta. (MICHELS, 1989, p. 152. Tradução nossa.)

Para o sociólogo ítalo-germânico, a Alemanha era o país mais atrasado da Europa, com exceção da Rússia e da Turquia. Mas tinha em seu seio um partido socialista que obtinha mais de três milhões de votos e que organizava milhares de trabalhadores. A Alemanha era a combinação do futuro (socialdemocracia) com o passado (absolutismo policial).

A prática reformista parlamentar, para Michels, fazia com que a socialdemocracia colocasse em risco não a possibilidade de transformação das instituições e da política do país, mas o próprio objetivo revolucionário da socialdemocracia (Ibidem, p. 149). O problema maior para Michels, estava contido numa frase de Edouard David, deputado do SPD, na qual “*os socialistas não podem ter mais que um dever: a legalidade!*” (Ibidem, p. 151. Tradução nossa). Para o autor ítalo-germânico, não era possível alcançar o objetivo da socialdemocracia sem atacar a legalidade do Estado absolutista alemão: a legalidade deste Estado era um atraso completo na Europa. O objetivo do SPD, para Michels, era o de “*criar um Estado democrático e republicano na Alemanha, que dará à força operária um ambiente livre, no qual não terá nenhum obstáculo ao desenvolvimento da força proletária*” (Ibidem, p. 164. Tradução nossa).

A forma como a socialdemocracia deveria aplicar esta política seria uma prática que servisse como um fermento revolucionário, que substituísse a educação “diplomática” por uma mais “socialista e moral” (Ibidem, p. 153). Além disso, seria preciso superar a priorização da ação parlamentar, pela ação de massas: a força do socialismo reside na luta das massas e, para isso, era necessário um partido que promovesse esta mesma luta (Ibidem, p. 157).

Entre 1906-1907, Michels teve uma relação intelectual com Max Weber e a revista que este dirigia *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*. Dois textos publicados na revista analisaram diretamente a socialdemocracia alemã. O primeiro, intitulado *Die Deutsche Sozialdemokratie* (A socialdemocracia alemã), de 1906, é um importante estudo empírico sobre o SPD. Neste estudo Robert Michels forneceu dados sobre os militantes do partido, sua composição social, as profissões, a divisão de gênero no partido, dados eleitorais do partido, entre outras informações. Na última parte desta investigação, pioneira em estudos partidários, o sociólogo ítalo-germânico destacou os atritos sociais no interior da socialdemocracia e a tendência à mobilidade social no interior da socialdemocracia.

Em relação aos atritos sociais, Robert Michels deu ênfase em alguns conflitos internos ao partido, principalmente, entre intelectuais e proletariado. Para o autor, estes conflitos, somente em certo sentido, poderiam ser compreendidos como uma “luta de classes”. A base dos conflitos de interesses entre estes setores estaria no papel que a socialdemocracia assume em relação à classe proletária: para os trabalhadores assalariados, o partido é um “*mecanismo de elevação social*” (Ibidem, p. 271. Tradução nossa). O papel que a socialdemocracia cumpre é de “*afastar do proletariado – de desproletarizar – uma parte, frequentemente a melhor, a mais forte, do proletariado mesmo, fazendo-a confluir na pequena burguesia e, em algumas raras exceções, realmente na burguesia média*” (Ibidem. Tradução nossa). Esta transformação dos proletários de trabalhadores manuais para trabalhadores do conhecimento tem dois aspectos centrais: o primeiro é a mudança de vida social; o segundo relaciona-se com a transformação psicológica destes trabalhadores (Ibidem). A definição do sociólogo é de que a classe proletária era composta por aqueles indivíduos que executavam o trabalho manual. A partir do momento em que o proletário transformava-se em dirigente partidário, um funcionário profissional, o operário

abandonava o trabalho manual e passava a executar um trabalho intelectual, caracterizando-se assim como um pequeno burguês. A transformação na forma de trabalho (manual para intelectual) é o que significa a mobilidade social, de proletário a pequeno burguês, possibilitada pelo partido socialdemocrata.

A conclusão de Michels neste texto recai sobre outro aspecto: a organização política é o palco de uma mobilidade social para determinados setores de trabalhadores, mas o que esta mobilidade social “*condiciona e limita as relações entre a estrutura do partido e os interesses dos trabalhadores*” (Idem, p. 283. Tradução nossa)? A resposta para esta questão, Michels deixou para “um estudo futuro” (Ibidem).

No segundo artigo, publicado também na revista de Weber, Michels analisou a posição da socialdemocracia na Segunda Internacional. Neste texto, o sociólogo ítalo-germânico analisou diversas posições políticas do SPD (greve de massas, anti-militarismo, a questão do predomínio da Prússia no Estado Alemão, etc.). A partir da posição assumida pela socialdemocracia alemã, Michels considerou que existia uma “*decadência da hegemonia da Social-democracia alemã no socialismo internacional, resultado da sua impotência*” (Ibidem, p. 367). O processo que explica esta impotência tem a ver com o gigantesco complexo organizativo do SPD: ao ter que se dedicar cada vez mais ao processo cotidiano, da luta imediata, o partido abandonou progressivamente a luta internacional (Ibidem, p. 370). Para Michels é o princípio da divisão do trabalho que aprofunda esta distância entre uma tática nacional de fortalecimento e uma tática internacional de enfraquecimento (Ibidem). Mas a impotência política vai mais além do que a disparidade nacional/internacional. Esta impotência é a combinação entre o *atraso alemão*, com a presença na luta política de uma classe feudal e uma burocracia funcional, e a política do partido enquanto “*exclusivamente de eleitores e leitores dos jornais, dotado de um grande aparato burocrático*” (Ibidem, p. 375). E Michels continua sua crítica ao SPD:

Para superar o poder centralizado do Estado, este é por sua vez centralizado e uma vez que emprega só um meio para combater este poder – isto é, utiliza daquele único elemento democrático da estrutura estatal alemã: o direito do voto – o mecanismo inteiro é estruturado e pensado para a obtenção da vitória eleitoral. (Ibidem. Tradução nossa).

E, mais adiante, Michels continua sua crítica à socialdemocracia, dizendo que o SPD não “educa homens”, mas esforça-se por formar “pequenas engrenagens” (Ibidem, p. 376), que reproduzem o que o autor considera como o caráter do povo alemão: “*a capacidade de organização gregária de seres fiéis, a submissão à autoridade administrativa*” (Ibidem). Esta relação de passividade (burocrática e administrativa) entre os militantes de base do SPD era o que mais enfraquecia a política social-democrata. Para Michels era possível, e necessária, a mudança desta política partidária.

Nestes textos sobre a socialdemocracia alemã, podemos sintetizar três traços da crítica de Michels ao SPD: a) a adaptação do partido ao parlamentarismo e o predomínio da fração do *Reichstag* (Parlamento alemão) neste; b) o partido como um mecanismo de ascensão social, com predomínio político dos pequeno-burgueses (trabalhadores intelectuais); c) a possibilidade de uma mudança desta política, através de uma educação e prática socialistas. A saída de Michels para os perigos que ameaçavam a socialdemocracia era uma política de educação socialista e de combate contra o atraso que representava o Estado alemão, lutando pela implementação de uma república democrática.

O elitismo de Michels: da democracia à oligarquia

Os estudos sobre a socialdemocracia deram um impulso na atividade intelectual de Michels. A partir dos contatos que teve com intelectuais italianos, como Achille Loria, Luigi Einaudi, Cesare Lombroso e Gaetano Mosca, Michels conseguiu, em 1907, adentrar na carreira universitária como professor de Economia Política do Ateneu de Turim. Iniciar a vida acadêmica na Alemanha não era uma possibilidade para Michels, devido a militância na socialdemocracia. A partir dos seus estudos, o sociólogo ítalo-germânico visava produzir uma “*ciência da história analítica dos partidos políticos*” (MICHELS *apud* ALBERTONI, 1989, p. 30. Tradução nossa). Desta forma, o autor produziu sua teoria, que buscava compreender as relações entre as formas políticas da democracia e da oligarquia, a partir da análise partidária.

De acordo com Michels, a política dos últimos 120 anos não se limitava à relação entre indivíduo e Estado. Surgiu na vida política dos países europeus um terceiro aspecto, que

estabeleceu a mediação entre os dois elementos anteriores e, na verdade, poderia ser chamado de um “*Estado no Estado*” (ALBERTONI, 1989, p. 31). Este terceiro elemento são os partidos políticos. Na sua obra de 1912 (*Para uma sociologia dos partidos políticos*), Michels desenvolveu esta ideia de forma elaborada:

Na arena dos combates políticos, sociais e culturais entrou um terceiro elemento, nascido de fato dos interesses e dos sentimentos, mas que em grande medida, na sua estrutura e nos seus objetivos, se assemelha ao Estado, de tal modo que pode ser entendido como uma espécie de Estado individualizado ou como um Estado dentro do Estado. Este novo elemento, que representa um significativo coeficiente da história contemporânea, é hoje o *partido político*. (MICHELS, 2001, p. 09-10)

Num texto de 1907 (*A oligarquia constitucional. Novos estudos sobre a classe política*), que Albertoni considerou como primeira síntese entre os conceitos de democracia e oligarquia, Michels inicia com uma análise da literatura sobre a classe política. A revisão literária passava por três escolas principais: a teoria das elites mosco-paretiana; a teoria de Saint-Simon; e a teoria anarquista de Bakunin (Idem, 1989, p. 431-435). Após rápidas apresentações, o autor terminou por colocar a necessidade de investigar as causas da força e da estabilidade da classe política (Ibidem, p. 435).

Para o sociólogo ítalo-germânico, o número de pessoas que se envolvem com os negócios do Estado é estreito (Ibidem, p. 436). Esta relação baixa de pessoas é fruto de uma passividade da maioria do povo com relação à política estatal. A passividade política não é o único fator que eterniza o domínio de uma classe política. Para Michels, era a natureza intrínseca do parlamentarismo, como governo indireto, mediante a delegação, que fortaleceria o predomínio da passividade e, conseqüentemente, da classe política (Ibidem, p. 437). Aqui Michels retomou os argumentos de Victor Consideránt, que considerava que entre a democracia e a monarquia não existia uma diferença essencial, pois ao invés do povo delegar a um Rei o poder, como na monarquia, o povo delegava a pequenos reis (parlamentares) o poder na democracia (Ibidem, p. 438). A estas observações, o sociólogo ítalo-germânico acrescentou que os parlamentares, ao exercerem os seus mandatos, transformavam-se de “servidores do povo” para “patrões do povo”.

Para perpetuar o domínio da classe política, Michels considerou duas práticas das elites. A primeira era a relação com a hereditariedade: para o intelectual ítalo-germânico, os

laços de família eram fundamentais na formação da classe política. Em sua *Introdução à sociologia política* (1969), Michels estudou os laços de família entre as antigas elites nobres e as novas elites burguesas na Alemanha, encontrando diversas famílias que se perpetuaram após dezenas de anos (Idem, 1969, p. 70). A segunda prática era a formação de uma burocracia como autodefesa da classe política, isto é, como uma camada submetida à vontade da elite política (Idem, 1989, p. 439-442). No próximo capítulo nos deteremos mais nesta questão.

Para se contrapor à classe política, os marxistas sempre apostaram na luta do proletariado e de seu partido pelo poder estatal. Para Michels, de acordo com seus estudos anteriores sobre o SPD, a luta dos partidos do proletariado não era a luta pelo fim de uma classe política, mas pela substituição de uma classe política minoritária por outra classe política minoritária. E, para efetivar esta transferência de poder, o partido político passaria a ser um meio de formação de uma nova elite política. Os motivos que dariam vida a esta transformação já foram expostos: a *desproletarização* dos trabalhadores organizados no partido que se tornam profissionais partidários, fazendo com que a posição política transformadora do partido torne-se uma posição de adaptação ao regime político predominante.

Michels afirmava a impossibilidade de existência de uma sociedade sem “classe política ou classe dominante” (Ibidem, p. 450). Aqui está a coincidência entre Michels e a teoria da elite de Mosca e Pareto. Para o autor ítalo-germânico, devido à análise dos partidos políticos e da história de alguns países europeus, a formação da elite não se dá por uma *circulação de elites* (Pareto), mas por um processo de *amalgamento*, isto é, da síntese entre as elites novas e velhas (Ibidem, p. 452).

É a permanência da classe política em diversas sociedades que vai levar Michels à formulação de sua principal tese: *a lei férrea da oligarquia*. A primeira formulação está no texto “*A democracia e a lei férrea da oligarquia*”, de 1910. Na primeira parte do texto, Michels retoma alguns elementos sobre o surgimento dos partidos políticos no Estado democrático moderno. Para o autor, no regime democrático todos os partidos, incluindo aqueles controlados por aristocratas ou velhas elites, devem ter um apelo democrático, caso contrário, não conseguiriam eleger ninguém (Ibidem, p. 496). Assumir o discurso

democrático é uma das consequências impostas às velhas elites pelo predomínio da democracia.

Para Michels, a possibilidade de um grupo social afirmar seus interesses só existe através de uma organização. A organização é um meio pelo qual milhares de indivíduos se associam em busca de fins compartilhados. O problema é que a organização, para ser efetiva, necessita de dirigentes. Um partido político não é uma organização qualquer, mas uma *instituição de representação de indivíduos no Estado* (papel de mediação). É exatamente o princípio da representação que Michels coloca em questão. Em seu livro sobre os partidos políticos, o autor escreveu:

Representar significa manifestar a vontade geral por intermédio da vontade particular. (...) Mas a função de representação, quando se prolonga, torna-se inevitavelmente, seja em que circunstâncias for, uma *dominação dos representantes sobre os representados*. (2001, p. 175. Grifos do autor).

Esta dominação acontece por dois processos que Michels analisou em outro texto: o primeiro é a mudança da posição social entre o dirigente partidário e o representado; o segundo refere-se às mudanças psicológicas advindas da atividade do dirigente partidário (Idem, 1989, p. 515). Além destes processos, há outro que Michels acrescenta e que analisaremos à frente, que são os processos de natureza tática, da luta (para vencer é preciso agir centralizado, como um exército). Neste debate, é importante a diferenciação que o sociólogo ítalo-germânico estabelece entre partidos da aristocracia e os partidos democráticos e/ou socialistas: para os primeiros, a relação de dominação é intrínseca ao projeto político; para os segundos, esta relação é oculta, é um efeito de miragem (Idem, 2001, p. 423).

A partir da consideração de que a organização leva uma dominação dos dirigentes sobre os dirigidos, Michels amplia a questão e diz que o regime oligárquico (dominação de uma elite minoritária) está contido dentro do regime democrático. É uma formação orgânica deste último. Este salto, do debate dos partidos para o debate do Estado, é possível pela consideração de que o partido nada mais é do que um Estado dentro do Estado (Ibidem, p. 09-10).

Além disso, Michels assinala algumas leis objetivas que operam na relação entre dirigentes e dirigidos: a lei da inércia ou estabilidade, na qual os dirigentes procuram se

perpetuar enquanto classe política (Idem, 1989, p. 510); a transformação do princípio de organização como fim do partido (necessidade de ganhar cada vez mais apoio e militantes para fortalecer a organização e não os fins partidários), entre outras.

Este texto, *A oligarquia orgânica constitucional. Novos estudos sobre a classe política* de 1907, é o início da relação entre Michels e a teoria das elites, pois o autor ítalo-germânico procurou descrever como se formam as novas elites no Estado moderno. Seus estudos prévios sobre o SPD foram fundamentais, pois é a crítica ao partido e a contradição identificada entre a teoria e a prática da socialdemocracia que levou Michels à formulação das leis que explicam tais transformações. Dessa forma, o caminho de Michels até a teoria das elites, teve como mediação a “crise do socialismo” no início do século. É justamente este tema que o autor aborda em outro texto, de 1910, chamado *A crise psicológica do socialismo*. A crise do socialismo, para Michels, se dava porque as organizações que se declaravam socialistas cresciam, mas a meta do socialismo estava cada vez mais afastada destas organizações (Ibidem, p. 528-529). Neste sentido, a crise dos socialistas era uma crise psicológica, uma crise nervosa (Ibidem, p. 527). A meta socialista não era somente um problema econômico (fim da propriedade privada e socialização da produção), mas um problema de organização, de ordem muito maior do que as questões técnicas da economia (Ibidem, p. 536). E a organização, para o sociólogo ítalo-germânico, era o princípio da oligarquização:

Quem diz organização, diz diferenciação, diz um punhado de chefes que falam e agem em nome de outros. A organização determina a divisão do ente organizado numa minoria condutora e numa maioria conduzida, mesmo se tal organização se chama Estado democrático, partido revolucionário ou sindicato operário (Ibidem, p. 536. Tradução nossa).

No mesmo texto, Michels procura acertar contas com seu passado de proximidade com o sindicalismo revolucionário de Sorel – com quem continuou trocando cartas e correspondências nos anos posteriores. Para os sindicalistas revolucionários, os partidos, que em tese teriam o papel político, têm uma função unicamente eleitoral. Por isso, os sindicatos não devem ter um papel somente econômico, mas político-econômico. Este papel é criativo e pedagógico, já que para os teóricos do sindicalismo revolucionário os

sindicatos devem assumir a educação dos trabalhadores para que os mesmos possam assumir a produção. Para Michels esse discurso não passa de uma ilusão:

O *lirismo* sindicalista se baseia sobre duas premissas e pressupostos falsos. O primeiro destes consiste na alegada capacidade educativo-técnica do sindicato de encarregar-se, se necessário, da produção, o que chega até o problema da capacidade econômica, e que deu início, recentemente, a uma interessante controvérsia. O outro pressuposto, não menos errôneo, do lirismo sindicalista de conhecimento incompleto, é o que tem seus seguidores das leis psicológicas e técnicas da democracia. (Ibidem, p. 534)

Em um texto anterior, de 1905, sobre o congresso sindical de Colonia (cidade da Alemanha), o sociólogo ítalo-germânico questionava se o partido combateria vigorosamente o espírito quietista dos sindicatos (Ibidem, p. 199). Espírito quietista que pode ser resumido na negação da convocação de uma greve de massas: expressão máxima da concepção revolucionária, antilegalista e antiestatal (Ibidem, p. 200). Já no texto sobre a crise do socialismo, o debate é o inverso. A greve geral não é vista mais como um meio de educação e movimentação das massas na luta pela democracia e pelo socialismo, mas um meio para a troca da classe política. A greve de massas não é mais um instrumento da emancipação dos trabalhadores, mas um meio de colocar as massas a serviço dos interesses das elites políticas (Ibidem, p. 540). Ao teorizar que o conservadorismo político não era só fruto de uma política errada, mas das próprias estruturas organizativas das sociedades modernas, a ruptura de Michels com a socialdemocracia se fez completa.

Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna

A principal obra de Michels foi publicada em 1912. Nesta obra, o autor ítalo-germânico procura entender as leis que permeiam o desenvolvimento dos partidos políticos. Um dos objetivos declarados por esse autor é compreender a *natureza dos partidos políticos*. Para realizar esta empreitada teórica, ele perpassou diversos ramos das ciências sociais (história, economia, filosofia e psicologia), já que em 1912, como o próprio justifica, não havia um campo de análise específico para a teoria dos partidos (Idem, 2001, p. 10). Esta obra nada mais é do que a conclusão definitiva dos estudos que Michels realizou, desde 1905, sobre os partidos políticos. De acordo com Albertoni:

Considero, agora, que se possa dizer que *A sociologia* representa efetivamente a confluência bastante prática de todas as diversas experiências políticas do escritor vividas e de seus questionamentos com pluralidade de aproximações e de métodos (1989, p. 39. Tradução nossa).

Esta “pluralidade de aproximações e de métodos” é na verdade uma tentativa de síntese das análises e dos conceitos formulados anteriormente por Michels. A síntese a que Michels chegou em sua obra sobre os partidos políticos é uma repetição das críticas realizadas nos textos anteriores, com uma maior quantidade de análise histórica dos fatos, que serve como apoio para suas teses. Nesse sentido, não será preciso aqui repetir algumas formulações de Michels, uma vez que já foram tratadas aqui, a saber: a) o partido como fator de mobilidade social, *Klassenerhöhungsmaschine* (MICHELS, 2001, p. 115); b) a necessidade do partido para a defesa dos interesses políticos (Ibidem, p. 53); c) a questão do *amalgamento* entre direções políticas contrárias (Ibidem, p. 238). Nestes pontos, não houve um aprofundamento conceitual do autor, mas em outros este aprofundamento existiu. Por isso, é preciso realizar uma análise das principais formulações de Michels sobre os partidos políticos.

a) Uma teoria dos partidos políticos ou uma teoria da impossibilidade da democracia?

Robert Michels é um conhecido teórico sobre os partidos políticos. Sua obra é lida muitas vezes nesta perspectiva analítica. Mas o próprio subtítulo do livro parece localizar a obra principal de Michels para além desse campo de estudos. O subtítulo é “*Investigação sobre as tendências oligárquicas da vida dos agrupamentos políticos*”. Logo na introdução à primeira edição do livro, Michels deixa clara sua intenção: “*A nossa tarefa consiste em ocuparmo-nos criticamente das tentativas de solução do **problema da democracia***” (Ibidem, p. 10. Grifo do autor). Para realizar esta tarefa, o autor propôs a análise dos *fenômenos de direção dentro dos partidos políticos* da democracia moderna (Ibidem, p. 11). Para a análise poder ser generalizada entre partido, Estado e sindicato era preciso que Michels identificasse as semelhanças e as diferenças entre estas instituições.

A diferença principal, para Michels, entre o partido e o sindicato consistia nas tarefas que cada um poderia cumprir. Enquanto o sindicato se construía com base no

âmbito profissional e econômico, os partidos políticos se construíam em bases políticas e ideológicas (Ibidem, p. 15). Apesar de não enfatizar, a classificação de Michels para os diversos tipos de organização se relaciona com o “campo” (político-ideológico, econômico, cultural) no qual se localizam as tarefas que a organização cumpre. Neste sentido, parece ser dado um privilégio à dimensão político-ideológica, cumprida pelo partido político e também pelo Estado, em relação a outras dimensões. Por isso, Michels considerava que o partido era a representação dos embates políticos, sociais e culturais.

O Estado também era concebido como meio organizador da vontade coletiva para o autor ítalo-germânico. Pode-se dizer que o Estado-nação organizaria a vontade coletiva através da defesa da pátria (Idem, 1969, p. 147)⁵. Mas um partido também poderia ser o organizador da defesa da pátria, como foram os mais diversos partidos socialdemocratas durante a I Guerra Mundial, ainda que a organização da defesa seja de determinação do Estado (controlado por partidos políticos). Por isso, a diferença real, para Michels, entre o partido e o Estado é que um é “*organização voluntária (o partido)*” e o outro é “*uma organização involuntária (o Estado), ou seja, entre uma organização à qual se adere e uma organização dentro da qual se nasce*” (Idem, 2001, p. 261). Esta diferença é importante, já que a aderência voluntária pressupõe o acordo entre indivíduo e partido, ainda que este não seja um acordo livre, mas a aceitação do indivíduo do programa e regime partidário.

A primeira edição do *Para uma sociologia*, foi dedicada a Max Weber, autor com o qual Michels compartilhou diversas ideias. Na definição de partido de Weber, o caráter voluntário também foi ressaltado: “*Partidos são, em sua essência mais íntima (...) organizações voluntariamente criadas e baseadas em livre **recrutamento**, necessariamente sempre renovado, em oposição a todas as corporações fixamente delimitadas pela lei ou por contrato*” (WEBER, 1999, p. 544, grifo do autor).

Além disso, é preciso lembrar que os partidos são “Estado dentro do Estado” (MICHELS, 2001, p. 10). Desta forma, é possível passar da análise da transformação

⁵ Este conceito de Estado é contrário ao do marxismo que representa a unidade entre Estado e classe dominante. Para Michels, o Estado-nação é uma unidade superior a qualquer movimento classista (MICHELS, 1969, p. 149).

oligárquica dos partidos democráticos e socialistas para a análise da mesma transformação nos Estados democráticos sem um prejuízo analítico. Esta passagem tem como base fundamental a tese de que é a necessidade de organização (sindicatos, partido e Estado são instituições organizativas) que levaria à formação do regime oligárquico (TUCCARI, 1993, p. 234).

A análise de Michels, como coloca Filippini, é uma análise da falência da democracia e do socialismo em não conseguir realizar as aspirações da “vontade da maioria” e do “fim da exploração”. Esta falência está localizada na concepção de Michels sobre democracia enquanto regime no qual a maioria governe. Toda análise empírica e teórica do sociólogo ítalo-germânico comprova a impossibilidade da maioria governar. É importante ressaltar que as formulações de Michels aconteceram, principalmente, sobre a análise do Estado autoritário do início do século XX na Alemanha e da democracia restrita no Estado italiano (FILIPPINI, 2008, p. 234). É neste contexto histórico que o autor analisou e formulou suas leis da ciência política.

b) *A luta pelo poder enquanto luta pelo consenso de massas*

A luta pelo poder nas sociedades modernas, para Michels, é uma luta dos partidos que pretendem atrair as massas para seu programa político. Esta característica se aplica tanto em relação ao regime democrático, quanto às ditaduras fascistas. Ela é uma consequência da busca pelo “máximo numérico”, como veremos adiante.

Em sua obra sobre os partidos políticos, o autor recuperou a formulação de Friederich Curtis criticando os partidos aristocráticos, os quais, em plena democracia, procuravam continuar no poder sem o consentimento das massas: “*A elite de nada lhes serve [aos conservadores]. Têm que dominar as massas e dominar por intermédio das massas*” (CURTIS *apud* MICHELS, 2001, p. 33).

A entrada das massas (o conjunto de classes subalternas) no jogo político é um fator novo no Estado capitalista moderno. Para o historiador inglês Hobsbawm, o processo de entrada das classes subalternas no jogo político, a partir da década de 70 do século XIX, era irreversível (HOBSBAWM, 2002, p. 127). Esta entrada se dava através da ampliação do

sufrágio e das instituições representativas. A participação das classes era feita, principalmente, por meio da mobilização eleitoral; mas a pressão através das lutas econômicas e políticas por direitos e reformas sociais também eram formas utilizadas pelos partidos políticos (Ibidem, p. 130). As velhas elites, contrárias por muito tempo à ampliação da democracia, tiveram que se render a esta entrada das classes subalternas na política:

Os políticos eram obrigados, cada vez mais, a apelar para um eleitorado de massas; e mesmo ao falar diretamente às massas, ou indiretamente, pelo megafone da imprensa popular (inclusive pelos jornais dos adversários), Bismarck, por exemplo, provavelmente jamais se dirigiu senão a uma audiência de elite. (Ibidem, p. 130).

Ao serem obrigados a apelar às massas para chegarem ao poder, os governantes jogavam as discussões políticas principais para o mundo dos intelectuais e para o público que os acompanhavam. De acordo com o historiador, a era da democratização é também a era da hipocrisia pública (Ibidem). Hobsbawn ainda destaca que esta “era da democratização” foi igualmente dourada pelo surgimento de uma nova sociologia política: Sorel, Mosca, Pareto, Michels, Weber, etc. (Ibidem).

De acordo com Michels, na política moderna, o consenso das massas para governar é um fator que deve ser levado em conta na luta política. Mas não é só no regime democrático que o consenso seria importante. Nos Estados ditatoriais também. Em sua aula de sociologia política, Michels discutiu, em referência ao partido fascista, que nem mesmo este poderia prescindir do consentimento das massas, já que é através deste que o partido pode governar:

A *elite* já não pode conservar seu poder sem o consentimento explícito ou tácito das massas, sobre o qual dependem de muitas formas. Então, existe uma compulsão social do todo recíproca entre o partido, monopolista e até agora dono do Estado a ponto de confundir-se com ele, por um lado e as massas, privadas de seus chamados direitos políticos, pelo outro. (1969, p. 141. Grifos do autor. Tradução nossa).

Esta “compulsão recíproca” entre partido e massas é característica de qualquer relação de direção política moderna. Ela é a novidade do Estado capitalista. O partido político é justamente o agente que constrói o consentimento junto as massas.

Esta forma de considerar as relações entre partido e massas é o que leva às considerações de Michels sobre a luta de classes e sua relação com a consciência de classe. Por exemplo, para o autor, a luta entre as classes não é resultado de situações objetivas, mas da combinação destas com a consciência de classe que só pode ser formada a partir da atuação dos partidos políticos:

Na história *das lutas de classes* o motor não é a simples *existência* de situações opressoras, mas o *grau de consciência* que os oprimidos têm delas. Deste modo, também a existência do proletariado moderno não é por si só determinante da chamada “questão social”. A luta de classes, para não ficar no estado onírico da eterna latência, necessita da *consciência de classe* como seu fundamento. A consciência de classe é um correlato imprescindível da luta de classes. (Idem, 2001, p. 268. Grifos do autor).

A conquista da massa só pode ser feita através da luta de classes e através da formação de uma vontade coletiva que a expresse. A luta pela direção do movimento de massas é a luta para ganhar a consciência das massas para o projeto de cada partido. E é nesta luta pela direção que se desenvolve o fenômeno de oligarquização da direção em relação às massas.

c) *A lei férrea das oligarquias*

A principal formulação de Michels, na sua compreensão sociológica dos partidos, foi a lei férrea das oligarquias. Esta lei descreve o processo de funcionamento de toda organização política, voluntária ou não, econômico-profissional ou ideológica. Como síntese, poderíamos descrever a lei, de acordo com Michels, da seguinte forma:

Quem diz organização, diz *tendência para a oligarquia*. Da natureza da organização faz parte um traço profundamente aristocrático. A mecânica da organização, ao criar uma estrutura sólida, produz também importantes alterações. Inverte a relação entre o chefe e a massa. A organização completa de modo decisivo a cisão de um partido ou de um sindicato em dois grupos: uma minoria que dirige e uma maioria que é dirigida. (2001, p. 54. Grifos do autor).

A elaboração da lei está baseada numa análise empírica. É a partir do estudo do partido social-democrata alemão (SPD) e do partido socialista italiano (PSI)⁶ que Michels chegou à formulação da lei.

⁶ Cf. Michels, R. *Storia critica del movimento socialista italiano : dagli inizi fino al 1911*. Firenze: Voce, 1926.

A lei da oligarquia se realizaria nas organizações políticas em virtude de diversos fatores (organizativos, administrativos, técnicos, psicológicos, sociais). Todos estes fatores impediriam a realização da democracia nos partidos, levando à constituição de oligarquias. A sistematização realizada por Michels da lei da oligarquia toma como base três características essenciais da sociedade moderna:

O complexo de tendências que levantam obstáculos à efetivação da *democracia* só dificilmente se deixa deslindar e só com grande pedanteria poderia ser catalogado. (...) Tais tendências assentam (1) na essência da natureza humana, (2) na essência da luta política e (3) na essência da organização. A *democracia* conduz à *oligarquia*, transforma-se em oligarquia. (Ibidem, p. 08-09).

Em relação à natureza humana, Michels irá recuperar os argumentos da psicologia da multidão de Le Bon. Para o autor ítalo-germânico, existem duas considerações importantes sobre a formação psicológica dos indivíduos a serem consideradas pela teoria dos partidos (TUCCARI, 1993, p. 235-236). A primeira diz respeito à questão da *apatia inerente às massas*. Para Michels, as massas vivem num “estado amorfo” (2001, p. 18), no qual estão desorganizadas política, profissional e ideologicamente. Em seu estado desorganizado, as massas não possuem uma vontade coletiva que possa atuar na luta política. São somente os dirigentes, que por razões pessoais ou ideológicas, saem deste estado de “natureza” e se tornam parte da “superestrutura” política:

O dirigente é alguém que se levantou de entre a multidão – dentro da qual era apenas uma molécula – sem ter total consciência de até onde o levaria esse impulso instintivo e sem segundas intenções de ordem pessoal, talvez apenas por intuir com maior clareza o objetivo comum, por desejar esse objetivo mais apaixonadamente, ou seja, em conseqüência de uma vontade mais intensa, de uma personalidade mais enérgica, de um filantropismo mais profundo do que o dos restantes. (Ibidem, p. 244)⁷

Michels insiste sobre o fato de que os dirigentes não são movidos apenas por interesses “egoístas”, podendo se mover por convicções coletivas (Ibidem, p. 262).

O que acontece é que a partir do momento em que aparecem os dirigentes e estes se organizam enquanto tais, o exercício da função de direção faz com que altere sua própria personalidade. Este é o segundo fator psicológico importante levantado por Michels. Para o

⁷ Apesar de em nenhum momento haver uma referência, é possível aproximar esta “vontade mais intensa” dos dirigentes, do conceito de paixão de Croce e do mito de Sorel (Cf. GRAMSCI, Q 7, § 39, p. 888-889).

autor, o “*certo é que o exercício do poder modifica traços essenciais do caráter daquele que o exerce*” (Ibidem, p. 248). A modificação do caráter psicológico faz com que aquele que acreditava poder emancipar a todos de forma igual, ao levar sua prática enquanto direção, no jogo político, tem que adaptar-se às suas leis. A adaptação às leis da luta política significa a perpetuação da necessidade da elite dirigente dos partidos políticos, da divisão entre dirigentes e dirigidos. Para Michels, como veremos mais abaixo, esta adaptação tem também uma base social.

É necessário acrescentar outro fenômeno que ocorre na psicologia das multidões, e ainda que não seja uma ocorrência central, é um fator importante para compreender a lei férrea da oligarquia. Para Michels, uma das modificações na relação entre chefes e massas se dá na *fidelidade das massas em relação aos dirigentes*. Ao fazerem avançar a luta das massas, os dirigentes obtêm a gratidão das massas (MICHELS, 2001, p. 89-91). Essa gratidão é a base de um importante *elo* entre os dirigentes e as massas: as massas só se sentem representadas e confiantes através de seus dirigentes. Esta confiança é reforçada a partir dos dons dos líderes, como oratória e carisma, além de ser base para o fenômeno de “culto a liderança”.

Mas na maior parte dos casos, pelo contrário, as massas, inebriadas pelas capacidades do orador, ficam tão hipnotizadas que continuam sempre a ver nele, por assim dizer, um espelho onde o seu próprio eu surge ampliado. Assim, a admiração e o entusiasmo das massas para com o orador transformam-se em última análise em admiração e entusiasmo por si próprias, pela sua própria personalidade, e que o orador vai alimentando na medida em que fala e promete agir em nome da massa, ou seja, em nome de cada um dos indivíduos que a compõem. (Ibidem, p. 103).

A ação dos partidos políticos tende a formar uma consciência nos indivíduos-massa de que é o dirigente quem age em nome das massas, mesmo quando estas têm que agir e se colocar em luta. Mas isto não passa de uma miragem, já que para Michels a própria divisão entre dirigentes e dirigidos faz com que os primeiros passem a defender interesses próprios, divergentes das massas.

As determinações em relação à psicologia da multidão não são as únicas sobre as quais Michels construiu a tendência à oligarquia. Existem outros dois conjuntos de determinações que ainda não exploramos: o caráter da luta política e as causas organizativas.

Em relação à luta política, atuam mais claramente as leis de diferenciação e transgressão. A “tendência diferenciadora” faz com que cada partido, para conquistar a maioria que necessita para chegar ao poder, precise se diferenciar do(s) outro(s) partido(s), em todas as suas atividades. É com este sentido, que Michels insiste que o partido “*significa separação, diferenciação; pars, não totum. Partido implica, pois, delimitação*” (Ibidem, p. 47. Grifo do autor). A vida de um partido é marcada pela *diferenciação* que, na prática cotidiana, lhe permite alcançar seu objetivo. Esta tendência é centrífuga porque, para Michels, ao se diferenciar o partido procura expandir, pois consegue delimitar melhor suas diferenças com outros partidos políticos para o conjunto dos cidadãos: o objetivo da diferenciação externa é a expansão da influência do partido nas massas através da delimitação de um campo próprio do partido.

Por outro lado, junto a esta tendência, atua uma contrária, que é a tendência à transgressão da base partidária ou do máximo numérico. Um exemplo hipotético pode tornar mais evidente esta tendência: todo partido tem o objetivo de chegar ao poder, por vias legais ou não; para isto, necessita ganhar a maioria das pessoas ao seu projeto (socialismo, nacionalismo, cristianismo...). Ao fazer isto, ele deve ultrapassar os limites da sua própria base partidária, que é marcada pela característica que define o próprio partido. Mas se ele ultrapassa a sua base partidária (ideologia/classe) ele anuncia a renúncia da sua própria base (social, ideológica, de elite). Este é um fator importante na explicação michelsiana para a degeneração da socialdemocracia alemã: a aceitação da legalidade burguesa pela socialdemocracia alemã (partido do proletariado) representou a morte do projeto socialista (Idem, 1989, p. 159). Esta tendência é centrípeta, pois ela representa o fim da possibilidade de transformação *no e pelo* partido – e, neste sentido, o seu fechamento. Michels acrescentou que esta tendência está determinada pela necessidade de conquistar o poder, objetivo de qualquer partido⁸.

É importante ressaltar, que na inter-relação de tendências que Michels apresenta, uma sempre prevalece sobre a outra; neste caso, a tendência centrípeta é lei, enquanto a

⁸ No livro de Michels, *Introdução à sociologia política*, o autor expôs sua elaboração destas duas tendências dos partidos políticos (1969, p. 136). Esta tendência foi identificada por Przeworski em seu livro sobre a socialdemocracia: “Os líderes de partidos baseados na classe operária devem escolher entre um partido homogêneo em termos de apelo a uma classe, porém condenado à eterna derrota eleitoral, ou um partido que luta pelo sucesso eleitoral às custas de uma diluição de sua orientação de classe” (1991, p. 125).

tendência centrífuga atua como contra-causa que não reverte a lei, apenas causa disfunções temporárias em suas determinações. E uma das razões para que a tendência centrípeta se perpetue, principalmente nos partidos democráticos e socialistas, é que para conseguir atingir o “máximo numérico”, é necessário uma direção cada vez mais estável e centralizada. Isto se dá porque os partidos que lutam pelo poder são “*organizações de combate*” (MICHELS, 2001, p. 69) e no combate “*a lei fundamental da ciência da tática é a da prontidão para o ataque*” (Ibidem).

Durante o combate, nem uma direção socialista pode prescindir da autoridade; precisa de ter força suficiente para levar a cabo a sua orientação. Para tanto, temporariamente é necessário exercer o despotismo. A própria liberdade tem que se subordinar às necessidades da rapidez na ação. (Ibidem, p. 70).

No exercício da luta política é necessário adaptar-se a um campo de batalha. É por esta razão que uma autoridade rígida (hierárquica e severa, de acordo com Michels), mesmo de caráter democrático ou socialista, seria necessária para avançar na luta política.

Outro aspecto relacionado é a necessidade da *prontidão para o ataque* nos partidos, é a questão de estabilidade da direção. Somente uma direção estável, que internamente não esteja fracionada por conflitos, conseguirá aplicar o seu programa da forma correta. A estabilidade interna é uma condição da luta pelo poder (que é externa). O problema é que estabilidade e conservadorismo são situações correlacionais: a luta pela estabilidade interna do partido, para Michels, tende a ser a luta pela conservação da direção partidária. É por isto que, para o autor elitista, a estabilidade pode ser comparada à “lei da inércia” (Idem, 1989, p. 510). De acordo com Michels, isto é perceptível nos confrontos internos dos partidos políticos, já que os “paladinos da estabilidade” são sempre aqueles que dirigem. E como diz o próprio autor, o “*que não espanta é que em períodos politicamente mais pacíficos a estabilidade dos dirigentes seja ainda muito mais notável*” (MICHELS, 2001, p. 130).

O terceiro campo de fatores que determinam a lei férrea da oligarquia referem-se à organização em si. Para o sociólogo ítalo-germânico, toda organização se baseia na diferenciação interna entre dirigentes e dirigidos. Segundo ele, no aspecto organizativo, a organização nunca poderia ser democrática, já que a maioria não poderia exercer a direção nos partidos socialistas e democráticos.

A razão principal, do ponto de vista organizativo, é de caráter técnico: a atividade política nos Estados capitalistas modernos é cada vez mais complexa. Para conseguir exercê-la é necessário que o dirigente desenvolva uma *atividade especializada* e que o cargo de direção não seja composto de forma apenas “voluntária”. Esta mudança da atividade política foi analisada por Max Weber, quando o autor discutiu a ação dos políticos a partir dos conceitos de *viver para política* para *viver da política* (WEBER, 2000a, p. 19)⁹. A primeira categoria representa aqueles políticos que podem exercer a atividade política de forma não remunerada, já que obtêm renda em outros meios que não ocupam a sua jornada diária (para Weber, nem operários, nem empresários poderiam ser representados nesta categoria); já a segunda se caracteriza por políticos remunerados e que exercem esta atividade em tempo integral (Ibidem, p. 19-25). Nos Estados modernos, há uma predominância dos políticos profissionais, devido ao desenvolvimento das atividades do Estado e das atividades políticas. Este desenvolvimento significou um aumento da complexidade da atividade política no Estado moderno, no sentido de que há cada vez mais atores no jogo político: Michels destacou a entrada das massas e dos partidos políticos na política, como vimos acima; Weber destaca, principalmente, a ampliação do Estado a partir dos cargos administrativos e representativos (Ibidem, p. 27). Para Michels, toda atividade dos partidos políticos é marcada pela complexidade progressiva da atividade política. A complexidade da atividade política nas sociedades capitalistas determina internamente a vida partidária a partir da expansão das atividades do partido, fruto da tendência de busca do “máximo numérico” por parte das organizações políticas:

Na medida em que disponha de uma estrutura com alguma solidez, uma *organização*, seja ela o Estado democrático, um partido político ou um sindicato proletário, é sempre um terreno fértil para o surgimento de diferenciações. Quanto mais o aparelho oficial se amplia e ramifica, ou seja, quanto mais membros a organização vai tendo, quanto mais os seus cofres se vão enchendo, quanto mais a respectiva imprensa vai crescendo, tanto mais o poder popular se vai restringindo dentro dela para ser gradualmente substituído pela *omnipotência das comissões* com funções diretivas. (MICHELS, 2001, p.111-112. Grifos do autor).

⁹ Weber define o conceito de política desta forma: “Deste modo estabeleceremos como significado de política a aspiração a participar no poder ou a aspiração a influenciar na distribuição do poder entre os diversos Estados ou no interior de um mesmo Estado, entre os diversos grupos de indivíduos que o constituem” (2000a, p. 5-6).

O desenvolvimento da organização acarreta o aumento das suas atividades, que leva à especialização em comissões específicas para a deliberação das atividades. O crescimento das atividades, para que se tenha eficiência na resolução das mesmas, faz com que o partido aumente o número de políticos profissionais, capazes de decidirem. É através deste processo de complexidade da atividade política que, para Michels, a organização torna-se um meio de autonomização/separação dos representantes políticos da sua base social.

Outro aspecto técnico da impossibilidade da maioria dirigir o partido político é que o autogoverno das massas não seria possível nas sociedades modernas. A reunião diária de todos os partidários para a deliberação das ações partidárias seria impossibilitada por razões territoriais e econômicas. Por isso, a complexidade das atividades políticas levaria o partido a abandonar (na prática) a possibilidade do autogoverno das massas.

Esta impossibilidade do autogoverno tem como fundamento, para Michels, a impossibilidade de uma representação, individual ou coletiva, que ocorresse de forma permanente. Para o autor, a partir do momento em que a base do partido elege sua direção, a base abdicaria da sua própria soberania (Ibidem, p. 171). Este é o sentido no qual o autor ítalo-germânico recuperou a crítica à democracia de autores como Jean-Jacques Rousseau¹⁰ e Mikhail Bakunin¹¹. Para Michels, a representação de interesses é apenas possível em formas conjunturais, nunca estruturalmente. A relação entre dirigentes e dirigidos é sempre uma relação entre dominantes e dominados. E na democracia, ou nos partidos democráticos, esta relação se transveste de representantes e representados.

Isto fica claro na análise que o autor fez da participação na vida partidária, em congressos ou assembléias do SPD (Ibidem, p. 83). Nesta análise, Michels apresenta a diferenciação em relação à “base partidária” e à “direção partidária” de forma inversamente proporcional ao poder de deliberação: quanto maior o número de pessoas num escalão da organização (filiação), menor o poder deste escalão em determinar a política do partido (Ibidem).

¹⁰ “Tomando o termo em acepção rigorosa, nunca existiu verdadeira democracia e nunca existirá. É contra a ordem natural que seja o grande número a governar e que o pequeno número seja governado.” (ROUSSEAU *apud* MICHELS, 2001, p. 421).

¹¹ “Toda a mentira do sistema representativo reside nesta ficção, segundo a qual um poder e uma câmara legislativa saídos da eleição popular devem ou até podem representar absolutamente a vontade do povo.” (BAKUNIN, s/d, p. 169).

Para Michels, a forma de organização de um partido político, socialista ou democrático, ainda que de modo inconsciente, desenvolveria objetivamente como pressuposto a cisão entre uma camada que delibera e outra que acredita participar da deliberação política (Ibidem, p. 423). Mas esta divisão é ocultada por meio da representação de interesses, pois os dirigidos acreditam que tem seus interesses defendidos pelos dirigentes. Para o sociólogo ítalo-germânico, esta é a característica principal do regime democrático: um efeito de luz, que dá a ilusão aos governados de que eles conseguem enxergar o que está sendo iluminado, mas que na verdade esconde a dominação dos governantes sobre os governados.

d) *Organização e política são incompatíveis?*

A conclusão da obra de Michels sobre os partidos políticos inicia-se com dois questionamentos: 1) é incurável a doença oligárquica dos partidos políticos? 2) o regime oligárquico do partido determina uma política oligárquica? (MICHELS, 2001, p. 393). A primeira destas questões foi respondida anteriormente: quem diz organização, diz tendência a oligarquia e, por isso, a oligarquização é uma tendência imanente de qualquer partido que pretenda chegar ao poder (Ibidem, p. 54).

A segunda questão ainda não foi explorada neste trabalho. A relação entre organização interna e atividade externa, para Michels, necessariamente, deve ser harmônica. Vimos no estudo sobre a relação entre o SPD e a II Internacional, que não havia harmonia entre a atividade nacional do partido e a internacional. Para determinar este processo, Michels vai partir da investigação das causas e contra-causas. De acordo com o autor:

Dentro de certos limites relativamente estreitos o partido político democrático dirigido em moldes oligárquicos não deixará de ter uma influência democrática sobre o Estado. A velha classe política da sociedade – sobretudo ao nível do próprio aparelho de Estado – vê-se obrigada a adotar em alguma medida uma transfiguração dos valores: aumenta a consideração pelas massas, ainda que estas sejam conduzidas pela demagogia, e os órgãos legislativos e administrativos habituem-se a ceder não apenas às pressões vindas de cima, mas também às que vêm de baixo. (MICHELS, 2001, p. 393).

Para o autor, ao mesmo tempo em que avança a influência democrática do partido no sistema jurídico-político, ele se adapta à legalidade estatal.

É por isto que os limites da política democrática de uma organização oligárquica são estabelecidos por Michels através da ideia de *colaboração ao nível da própria governação*. Um processo de democratização, como disse o autor ítalo-germânico, pode avançar dentro de limites estreitos, no entanto “*tal processo ficará suspenso no momento em que as classes dominantes conseguirem captar a colaboração da oposição de extrema-esquerda ao nível da própria governação*” (Ibidem, p. 394). Para a classe política e o partido no poder, o objetivo era conseguir fazer com que a extrema-esquerda, que no início do século eram os socialdemocratas, aceitasse a própria legalidade imposta pela elite dominante. A aceitação desta legalidade fez com que a socialdemocracia se afastasse de seus objetivos socialistas e democráticos – este foi o sentido da colaboração teorizada por Michels. Este mesmo processo, de adaptação ao regime, foi caracterizado por Gramsci como transformismo (Q 19, § 24, p. 2011)¹².

É a partir da constatação deste processo de transformação da extrema esquerda para uma esquerda com participação no governo que Michels começou a elaborar as suas críticas à democracia e ao socialismo. Como vimos, o centro da crítica do autor ítalo-germânico ao SPD era justamente a adaptação à legalidade, pois é nesta aceitação que residia o principal perigo ao partido (MICHELIS, 1989, p. 159).

Além disso, o fenômeno de adaptação não é somente externo ao partido. Internamente, Michels caracteriza este fenômeno como de *cooptação*. A cooptação ocorre, principalmente, a partir do momento de estabilização da direção partidária e serve para apaziguar os conflitos internos ao partido. Existem duas formas de cooptação na vida partidária: a primeira é aquela na qual os dirigentes procuram designar outros dirigentes (nos quais confiam) para cumprirem as principais atividades partidárias (Idem, 2001, p. 202). Outra forma de cooptação é alocar os membros da oposição em postos “*importantes e honrosos dentro do partido*”, de forma a partilhar a “*responsabilidade pelas ações da direção enquanto grupo*” (Ibidem, p. 234).

A análise de Michels sobre a democracia tomou como base sua definição conceitual e não um regime historicamente existente. Para o sociólogo, a democracia era tal como Rousseau expôs, uma “soberania popular” (Ibidem, p. 426), na qual havia coincidência

¹² Abordaremos o conceito de transformismo quando discutirmos a análise de Gramsci adiante.

entre as vontades gerais e as vontades individuais. O estudo de Michels sobre os partidos políticos teve como proposta “*expor abertamente a questão de saber se a democracia é um ideal que possa reclamar-se de um valor de realidade*” (Ibidem, p. 426). Sua conclusão é que o regime democrático é na verdade uma democracia antidemocrática, isto é, uma democracia oligárquica: apoia-se em práticas formalmente democráticas (voto, consulta, participação, liberdade de imprensa), mas estas não passam de um *effet de mirage*, pois escondem um regime oligárquico, no qual as minorias dominam a maioria através dos mesmos mecanismos em que a maioria acredita ter o poder sobre a minoria.

Se a democracia não era a representação de uma vontade geral, mas um instrumento de perpetuação do domínio da minoria sob a maioria, ela representava uma forma de degeneração da atividade política, para Michels, pois afastava o povo da realização de seus interesses, em detrimento de realizar os interesses da elite dominante (TUCCARI, 1993, p. 325).

A antidemocracia democrática: o paradoxo do fascismo

A Itália sai da I Guerra mundial em uma situação precária. A vida social na nação era instável e com grandes desequilíbrios. A inflação entre 1913 e 1918, subiu mais de 300% e o déficit estatal elevou-se em mais de dez vezes (DIAS, 2000, p. 255). A estes problemas econômicos, de uma nação com unificação e industrialização tardia, somou-se os poucos direitos trabalhistas que tinham os operários e também a desmobilização do contingente do exército que participou na guerra, em sua maioria ex-camponeses, que não encontravam meios para assegurar uma vida digna (Ibidem, p. 256-257). É neste contexto de crise que o fascismo surgiu enquanto movimento, através dos *Fasci di combattimento*¹³, apoiando-se, principalmente, nos ex-combatentes e em setores médios (estudantes e pequena burguesia) das cidades. A partir de 1920, o fascismo avançou também para o campo (POULANTZAS, 1972, p. 163).

¹³ Eram corpos francos criados entre 1919-1920. De acordo com Gentile, “*se consideravam um movimento de minorias aristocráticas, que desprezavam às massas organizadas e não pretendiam manter seu movimento além do tempo necessário para cumprir com a tarefa contingente que haviam proposto ao final do conflito mundial: defender a guerra, valorizar o triunfo, combater o bolchevismo*” (2005, p. 204-205).

Em sua obra sobre o fascismo, Poulantzas destaca algumas contradições em que a sociedade italiana encontrava-se neste momento histórico. A mais importante delas foi o fosso entre a indústria e a agricultura no pós-guerra, que colocava em oposição a grande burguesia aos setores agrários e burgueses médios (Ibidem, p. 140). Para o autor, os setores médios, até aquele momento, predominavam no Estado italiano.

A partir de 1920 há uma virada na política da grande burguesia italiana, que passou a apoiar o movimento fascista, principalmente através do financiamento do movimento (Ibidem, p. 162). Com este apoio, em 1921, o movimento fascista buscou as vias de sua institucionalização e se transformou em partido político¹⁴. Esta transformação levou à formação de um novo tipo de partido, o “partido milícia” (GENTILE, 2005, p. 203), que ao mesmo tempo participava da ação parlamentar (legalidade) e utilizava métodos de terrorismo contra os movimentos socialista e comunista (ilegalidade). A combinação da crise econômica e de hegemonia com a atividade política dos fascistas, fez com que este movimento chegasse ao poder em 1922, após a marcha sobre Roma. Nos escritos da década de 20, Michels esteve interessado em analisar o fascismo como um novo fenômeno político.

O apoio de Michels ao fascismo se deu a partir de alguns pontos em comum entre ambos. De acordo com Albertoni, tanto Michels, quanto o movimento fascista, sustentavam uma crítica contundente à democracia parlamentar – esta hostilidade era comum também aos sindicalistas revolucionários (ALBERTONI, 1989, p. 43). Para Enrico De Mas, a passagem de Michels ao fascismo é a conclusão prática da impossibilidade das transformações sociais através da democracia parlamentar (DE MAS, 1991, p. 06). Segundo Albertoni, o apoio de Michels ao fascismo, inclusive com o estabelecimento de relações pessoais com o *Duce* Mussolini (os dois tiveram reuniões pessoais entre 1922 e 1936), não altera a teoria sociológica de Michels, mas sim os temas sob os quais o autor trabalhou (ALBERTONI, 1989, p. 45).

¹⁴ A transformação em partido político foi, de acordo com Gentile, uma luta entre as direções que compunham o movimento. De um lado, os esquadristas originais que consideravam o movimento antipartido e que só sentiam necessidade de manter o movimento até o momento no qual a nação italiana estivesse “em ordem”; de outro, Mussolini que “*pretendia dar à nova e heterogênea massa, os fascistas, a estabilidade de uma organização baseada sobre a ordem da hierarquia e da disciplina*” (GENTILE, 2005, p. 205).

Sobre a passagem de Michels ao fascismo é interessante a análise de Tuccari (1993). Em sua obra sobre os dilemas da democracia em Weber e Michels, Tuccari considera que Michels sai do paradoxo da *democracia antidemocrática* para o paradoxo da *antidemocracia democrática*. Com isto, o autor afirma que Michels considerava que a impossibilidade da realização da vontade popular no regime democrático (democracia antidemocrática), pelos motivos debatidos anteriormente, poderia ser superada pela realização da mesma vontade em um regime ditatorial no qual coincide os interesses do povo e do líder carismático (antidemocracia democrática) (cf. TUCCARI, 1993, p. 338-339). Voltaremos a este ponto mais adiante.

Após a chegada do fascismo ao poder (1922), Michels analisou por que os teóricos elitistas, principalmente Mosca (que era um parlamentar na época que o fascismo chegou ao poder), não aderiram ao regime fascista. De acordo com Tuccari, o autor ítalo-germânico considerava que “*entre a teoria da escola mosco-paretiana, na qual se reconhecia, e a realidade do fascismo existia uma relação precisa e substancial*” (1993, p. 320. Grifos do autor). A teoria das elites seria uma antecipação ideal do fascismo (Ibidem, p. 321), isto porque no fascismo operavam dois dogmas: “*de um lado, o dogma da impossibilidade de qualquer domínio das massas, e do outro, o dogma da classe política*” (Ibidem, p. 323). Estes dois dogmas podem ser percebidos, nas linhas de Michels sobre Pareto: “*O povo, como coletividade, nunca pode governar-se democraticamente a si mesmo, porém os próprios governantes trocam continuamente*” (MICHELS, 1969, p. 63). Em outra passagem, Michels escreveu

Vilfredo Pareto opôs a teoria da circulação das *elites* à pretensão da aristocracia ao “eterno” predomínio de poucos e, ao mesmo tempo, opôs a “fábula” ou também o “resíduo” da democracia à possibilidade do direto (ou ao menos indireto) predomínio da massa. Gaetano Mosca criou no seu trabalho fundamental, *Elementos de Ciência Política*, na sua segunda edição, aparecida em 1922, que foi aumentada, a doutrina de um Estado baseado sobre a indispensabilidade de uma considerada *classe política* e sobre esta construiu sua teoria (isto foi um pouco antes e ao mesmo tempo de Pareto). (Idem, 1991, p. 58. Tradução nossa).

Discutindo as diferenças que tinha com Mosca sob a interpretação da história italiana, Michels chegou à conclusão de que o fascismo renovou a classe política italiana, instituindo uma nova camada de dirigentes políticos (Ibidem, p. 75). Ao mesmo tempo, o fascismo

instaurou um novo regime político, que não se baseava mais na *rotation in office*, mas na estabilidade, unitária e por um longo período de tempo, de um círculo de pessoas escolhidas de forma elitista. É isto que, para Michels, fez com que os liberais se opusessem ao regime de Mussolini, já que não podiam mais participar do poder (Ibidem).

A perspectiva de leitura histórica de Michels sobre a Itália é importante para entendermos a dimensão que os conceitos formulados pelo autor ítalo-germânico têm na sua teoria. A formação do Estado nacional italiano aconteceu por meio de um processo passivo, sem uma revolução política do tipo jacobino. Este processo é conhecido como *Risorgimento*. A ausência de uma revolução nacional, a diferença entre o desenvolvimento do sul e do norte e a posição subalterna da Itália nas relações internacionais enfraqueciam o poder nacional (GRAMSCI, Q 19, § 7, p. 1992). Para Michels, a divisão, no pós-guerra, entre liberais, socialistas e comunistas também enfraquecia a nação, devido a limitação destes partidos, principalmente dos dois últimos, em relação a sua base de classe¹⁵. A tomada do poder pelos fascistas era um contraponto a esta estrutura desagregada da nação italiana. O projeto fascista colocou o desenvolvimento da nação acima do desenvolvimento das classes ou de setores particulares. Esta foi a única forma de alcançar um desenvolvimento efetivo do bem-estar e do progresso (MICHELS, 1969, p. 111). É pela fraqueza que representava a unificação italiana do século XIX, que o mito sob o qual se apoiava a ideologia fascista não era esta unificação, mas a Roma antiga (Ibidem, p. 106). Com o fascismo:

A Itália, pela primeira vez na sua tormentada história, tornou-se uma nação autêntica e, por conseqüência, se reconhecia (antes, se identificava) com sua estrutura estatal. Estado e nação coincidiam através do trabalho de mediação do partido fascista e de seu chefe. (PANELLA, 1991, p. 167. Tradução nossa).

Para alcançar a coincidência entre Estado e nação, o fascismo não podia se reduzir a um projeto político institucional, mas deveria assumir um caráter ético, de renovação moral (MICHELS, 1991, p. 48-50). O fascismo era uma concepção de dever, um grandioso trabalho e uma rigorosa disciplina sob a égide do Estado nacional (Ibidem, p. 105). Para o

¹⁵ De acordo com Michels, os partidos socialista e comunista ao representarem os “interesses do proletariado”, de uma única classe, não conseguiam ter um programa nacional, que abarcasse o problema de todas as classes sociais.

autor ítalo-germânico, o fascismo conseguiu unificar as forças nacionais e sair da crise do pós-guerra:

É incontestável que o aparato estatal italiano começou a funcionar melhor, imediatamente após o início do governo fascista. Correio e Ferrovia fazem de novo seus deveres. O absentéismo ferroviário foi reduzido a um resíduo relativamente pequeno. A insegurança, os furtos em grande estilo de navios e ferrovias cessaram. (...) Reina de novo a ordem no País. Também na mudança de valores. A lira italiana pode ser considerada estabilizada. (Ibidem, p. 52. Tradução nossa).

Foi a saída da crise do pós-guerra, denominada “Tempo secondo”, que impressionou Michels. Como saída da desagregação da nação italiana no pós-guerra, o fascismo implementou um novo Estado. Este novo Estado era o resultado da fusão entre Partido Fascista e o Estado e entre o Estado e a Nação (Ibidem, p. 107). Para chegar a esta fusão, o partido teve que pagar um preço caro: acabar com a livre manifestação de opinião no Estado, na sociedade, na imprensa e no parlamento. Apesar de considerar o fim da liberdade de opinião um ponto negativo, para Michels esta medida era necessária a fim de que pudesse surgir na nação uma única vontade coletiva, encarnada numa única elite política; na democracia, regime sob o qual existia a liberdade de imprensa, a concorrência entre as elites impossibilitava a formação de uma vontade política nacional. Outro resultado da fusão do partido e do Estado era a voluntária subordinação dos indivíduos aos interesses da totalidade do Estado. O exemplo maior desta voluntária subordinação é o próprio Mussolini (Ibidem, p. 109).

Mussolini, para Michels, é o exemplo mais claro do líder carismático, teorizado por Weber (2000). Para este autor, na dominação carismática os seguidores obedeciam “*exclusivamente à pessoa do líder devido às suas qualidades excepcionais*” (WEBER, 2001, p. 354). A autoridade carismática se baseava na crença no profeta, no líder. E neste sentido, Weber acrescentava “*sem dúvida, a autoridade carismática é uma das grandes forças revolucionárias da História, porém em sua forma totalmente pura tem caráter eminentemente autoritário e dominador*” (Ibidem, p. 355-356).

Para Michels, as principais características de Mussolini eram a coragem, a firmeza na direção e a vontade de viver, de acordo com uma expressão de Friederich Nietzsche, uma *vita periculosa* (MICHELS, 1991, p. 115). Essa vontade determinada era contrária à dos

socialistas (PSI), que tiveram a oportunidade nas ocupações de fábrica de 1920 de renovar a nação e não o fizeram (Ibidem, p. 91). Para Michels, o fascismo, que tirou a Itália da crise do pós-guerra, tinha sua unidade neste chefe carismático, *Il Duce*. De acordo com Tuccari, com a ideia de chefe carismático:

Michels chega a definir o conceito antinômico e paradoxal de uma “antidemocracia democrática”, no qual uma *elite carismática* e coerentemente antidemocrática pode estabelecer uma relação “sincera” e imediata com a massa, não mais através da *mediação* ilusória da “votação popular” e da representação, mas através de um consenso que se exprime no silêncio – um “contínuo tácito consenso” – ou, o que é o mesmo, na “multidão que freneticamente aclama” o chefe no palanque (TUCCARI, 1993, p. 335. Tradução nossa)¹⁶

A fidelidade ao projeto fascista, mais do que a fidelidade a ideias, significava a confiança no chefe fascista, a fé em Mussolini, acreditando que o mesmo poderia estabilizar e levar o bem-estar e o progresso a toda a nação (PANELLA, 1991, p. 162). Era sobre esta fidelidade que se baseava a antidemocracia democrática de Michels. Ao conseguir retirar o Estado italiano da crise do pós-guerra, alcançando resultados de bem-estar para a população em geral, o fascismo, de acordo com Michels, estabeleceu uma relação harmônica, sincera e consensual entre dirigentes e dirigidos. Esta relação baseava-se na prática do mito e da organização em torno deles: os mitos da nação italiana, da romanidade, do Estado novo, do homem novo e uma organização que os expressassem foram fundamentais para a formação de um espírito nacional que confluísse o povo e o *Duce* (GENTILE, 2005, p. 175-176).

Uma das principais características da inversão de Michels em relação aos paradoxos que conceituou Tuccari está em que, diferentemente do regime democrático, o fascismo era um governo de minoria, que se afirmava enquanto minoria, mas que trabalhava para o bem-estar da maioria da população. A democracia italiana (governo da minoria, que se afirmava enquanto de maioria) tinha levado o Estado italiano a uma crise, enquanto o fascismo levou à superação desta crise e a um momento de desenvolvimento da nação.

A análise de Michels deslocou a definição de democracia na teoria política. Esta não seria mais um regime político baseado na concorrência de partidos ou na liberdade de opinião, mas uma relação harmônica entre dirigentes e dirigidos para o bem-estar da nação.

¹⁶ Cf. MICHELS, 1969, p. 118.

Neste sentido, a democracia seria a realização da vontade popular por meio do poder político. A contradição com a teoria política liberal é que esta realização só poderia ser feita por um regime oligárquico, no qual a concorrência de partidos e a liberdade de opinião não são necessárias. O fascismo é o projeto de realização desta harmonia entre os dirigentes e os dirigidos, é uma revolução capaz de colocar a nação no ritmo do progresso, através da refundação do Estado italiano. Este deslocamento na definição da democracia da análise institucional, que não é característica das ciências políticas italianas, para a análise das relações entre dirigentes e dirigidos, é o fundamento de toda a teoria de Michels.

2. Gramsci e a crítica à teoria dos partidos

Como apresentado na introdução, a presença direta de Michels na obra de Gramsci não é tão destacada. Mas o debate indireto sobre a relação entre dirigentes e dirigidos e a questão democrática, fundamental em toda obra michelsiana, é de grande importância na obra do comunista italiano. É este ponto que queremos destacar neste capítulo a partir do debate direto entre Gramsci/Michels.

Dos temas levantados por Gramsci, sem dúvida alguma, a polêmica sobre a teoria dos partidos, base de toda a teoria de Michels, é o mais relevante. Para a reconstrução desta polêmica foi preciso localizar o ponto de partida da teoria dos partidos a partir da teoria dos intelectuais na obra de Gramsci.

A temática dos intelectuais em Gramsci

O trabalho de Gramsci na prisão foi diferente dos escritos produzidos por ele em sua época de ativa militância partidária. Estes últimos, Gramsci considerou como textos conjunturais, que tinham validade até o final do dia; já o trabalho no cárcere, era para o comunista italiano uma tentativa de produzir algo *für ewig*, para sempre. Foi com esta intenção, que na carta para Tania, de 19 de março de 1927, Gramsci escreveu seu primeiro plano de trabalho:

Pensei em quatro temas até agora, e já isto é um indicador de que não consigo me concentrar. São eles: 1) uma pesquisa sobre a formação do espírito público na Itália no século passado; em outras palavras, uma pesquisa sobre os intelectuais italianos, suas origens, seus agrupamentos segundo as correntes culturais, seus diversos modos de pensar, etc., etc. (...) 2) Um estudo de lingüística comparada! (...). 3) Um estudo sobre o teatro de Pirandello e sobre a transformação do gosto teatral italiano que Pirandello representou e contribuiu para produzir. (...) 4) Um ensaio sobre os romances de folhetim e o gosto popular na literatura. (GRAMSCI, 2005, p. 128-129)

O tema que nos interessa para o debate entre Gramsci e Michels é o tema dos intelectuais. O projeto inicial de Gramsci apontava para um estudo do “espírito público”, que coincidia com uma pesquisa dos intelectuais (origens, correntes culturais e modo de

pensar). Neste primeiro momento, Gramsci não parece fazer um vínculo direto entre intelectuais e política.

Mas por razões técnicas, como disse Gramsci, este projeto teve que ser adiado. E como o tempo na prisão era uma tormenta mental, o projeto do comunista italiano foi reformulado dois anos mais tarde, quando finalmente conseguiu ter a permissão para realizar anotações em cadernos. Duas são as anotações desta mudança/ampliação nos temas a serem estudados. A primeira está contida no Caderno 1, logo em sua primeira página, escrita em 8 de fevereiro de 1929:

Notas e apontamentos.

Argumentos principais.

- 1) *Teoria da história e da historiografia.*
- 2) *Desenvolvimento da burguesia italiana até 1870.*
- 3) *Formação dos grupos intelectuais italianos: desenvolvimento, atitudes.*
- 4) *A literatura popular dos romances de folhetim e as razões de sua permanência e influência.*
- 5) *Cavalcante Cavalcanti: a sua posição na estrutura e na arte da Divina Comédia.*
- 6) *Origens e desenvolvimento da Ação Católica na Itália e na Europa.*
- 7) *O conceito de folclore.*
- 8) *Experiências da vida no cárcere.*
- 9) *A “questão meridional” e a questão das ilhas.*
- 10) *Observações sobre a população italiana: sua composição, função da emigração.*
- 11) *Americanismo e fordismo.*
- 12) *A questão da língua na Itália: Manzoni e G. I. Ascoli.*
- 13) *O ‘senso comum’ (cf. 7).*
- 14) *Tipos de revistas: teórica, crítico-histórica, de cultura geral (divulgação).*
- 15) *Neogramáticos e neolingüistas (‘essa mesa redonda é quadrada’).*
- 16) *Os sobrinhos do padre Bresciani. (Q 1, p. 5)*

Esta reformulação do projeto original traz algumas novidades. A primeira é a ampliação de temas (folclore, ação católica, senso comum, tipos de revistas, etc.) e a reformulação de outros. Esta ampliação do tema, abriu para temas que serão bastante recorrentes na análise gramsciana, como o *Americanismo e Fordismo* e a questão da *Ação Católica*. Esta reformulação aponta para a variedade dos temas que preocupavam o comunista italiano no cárcere.

O segundo texto no qual Gramsci reformulou seu projeto é uma carta de 25 de março de 1929, endereçada a Tatiana:

Decidi ocupar-me predominantemente e tomar notas sobre os três temas seguintes: - 1º. A história italiana no século XIX, com especial referência à

formação e ao desenvolvimento dos grupos intelectuais; - 2º. A teoria da história e da historiografia; - 3º. O americanismo e o fordismo. (GRAMSCI, 2005, p. 329)¹⁷

Esta carta parece ser uma apresentação, bem reduzida, do planejamento realizado por Gramsci no Caderno 1, para Tatiana. Mas esta redução não é casual. Demonstra na verdade uma predileção por alguns dos 16 temas apresentados naquela nota do caderno.

Tanto nestas, quanto em outras notas (cf. Q 8, p. 235, escrito entre novembro e dezembro de 1930), o problema dos intelectuais sempre esteve presente. Não se pode minimizar a temática dos intelectuais na reflexão gramsciana, mas também, como assegura Bianchi, “a questão dos intelectuais, apesar de sua importância, não esgotava a pesquisa gramsciana” (2008, p. 27).

Dada a importância do tema dos intelectuais, o Caderno 1 está cheio de notas sobre eles. Gramsci parece, neste caderno, tentar definir, através da discussão de alguns casos e não de uma demonstração mais acabada, a amplitude da categoria de intelectuais. Em uma destas notas, Gramsci fez a relação entre intelectuais e dirigentes do Estado:

Pode-se dizer isto: sendo o Estado a moldura concreta de um mundo produtivo e sendo os intelectuais o elemento social que melhor se identifica com o pessoal de governo, é próprio da função social dos intelectuais pôr o Estado como um absoluto: desse modo, é concebida como absoluta sua função histórica, é racionalizada sua existência. (Q 1, § 150, p. 133)¹⁸

Este é um parágrafo escrito em maio de 1930. A discussão de Gramsci era sobre a concepção de Estado segundo a produtividade (função) das classes sociais. No início do parágrafo, o comunista italiano discutiu a unidade da classe dominante a partir da relação da conquista do poder e a afirmação de um novo modo de produção. Somente se há esta relação entre projeto político e econômico, é que a classe dominante é unitária (Ibidem). O que aconteceu, na história, foi que quando este desenvolvimento do capitalismo ocorreu predominantemente devido a um impulso internacional (como nos casos da Itália, Rússia, América Latina, etc.) e não nacional (Inglaterra, França), a classe portadora das novas

¹⁷ Nesta mesma carta, Gramsci faz um pedido de um livro de Michels que tinha em seu acervo: *Il Partito Politico. Le tendenze oligarchiche della democrazia moderna*, edição de 1924. De acordo com os editores e as próprias cartas de Gramsci (cf. 2005, p. 374-375), o autor só chegou a ter na prisão a edição francesa de 1919, sem as notas críticas desta edição italiana, que parece ter sido extraviada.

¹⁸ Este parágrafo foi reescrito no Caderno 10 (§ 61, p. 1358-1362) entre fevereiro e maio de 1933. A reformulação traz novos temas para o debate, como a necessidade de considerar as relações de forças nacional/internacional para a unidade da classe dominante, etc.

ideias não foi uma classe produtiva (burguesia ou proletariado), mas os intelectuais. É por isto que *os intelectuais, que se identificam com os governantes*, afirmam uma nova concepção de Estado como um absoluto racional (idealismo filosófico), já que é o Estado o sujeito do desenvolvimento da nova forma econômica e não a classe dominante de forma unitária. A identificação dos intelectuais como governantes é um primeiro passo para a definição da categoria na teoria gramsciana. Nesta passagem, os intelectuais não perdem a sua função de elaboradores de construções ideológicas, mas assumem a função de exercício do poder político.

Alguns meses mais tarde, em novembro de 1930, Gramsci escreveu o parágrafo que serviu de base para sua definição dos intelectuais (este foi reagrupado, posteriormente, no Caderno 12, dedicado ao tema dos intelectuais). Logo no início, o autor colocou uma primeira pergunta: *“os intelectuais são um grupo social autônomo, ou cada grupo social tem sua própria categoria de intelectuais?”* (Q 4, § 49, p. 474). Para o comunista italiano esta pergunta exigia uma resposta complexa, que deveria se apoiar em dois pontos principais: 1) cada grupo social, nascendo de funções essenciais no mundo econômico, cria para si um conjunto de intelectuais que dão homogeneidade e consciência da sua própria função no mundo econômico (Ibidem, p. 474-475); 2) cada grupo encontrou na história uma camada de intelectuais pré-existente, que representavam outros grupos sociais, que demonstravam que a história é ininterrupta – para Gramsci, esta camada são os intelectuais tradicionais e a mais comum representação da sua existência são os eclesiásticos (Ibidem, p. 475).

Após explorar estes dois pontos, como uma resposta à questão intelectuais/classes sociais, Gramsci colocou uma segunda pergunta: *“quais são os limites máximos da concepção de intelectual?”* (Ibidem, p. 475). O comunista italiano considerava errado fazer uma classificação a partir da especificação de cada atividade intelectual. O correto seria partir do *“sistema de relações no qual essa [camada] (...) se encontra no complexo geral das relações sociais”* (Ibidem, p. 476). Esta não é uma mudança sutil. O próprio Gramsci utiliza como exemplo a classe trabalhadora, que não pode ser definida por sua atividade (trabalho manual ou intelectual), mas pelas relações nas quais exerce seu trabalho (relações de assalariamento, de exploração). Dessa forma, os intelectuais devem ser definidos a partir

das relações em que se encontram: a função de direção numa fábrica, através do exercício de controle dos trabalhadores é, ainda que seja sob relações assalariadas, uma função de intelectuais orgânicos da burguesia, já que sua função é que organiza a extração de mais-valia para a apropriação da burguesia. Somente com esta camada de intelectuais é que a burguesia consegue compor sua dominação. Da mesma forma, juristas, ministros, representantes do executivo, dentre outros, fazem parte da organização do Estado burguês e, num sentido geral, organizam a direção política da classe dominante sobre as classes subalternas, através da formulação e execução de políticas e leis.

A partir da resposta destas duas perguntas, Gramsci desenvolve considerações mais gerais sobre os intelectuais. A ligação dos intelectuais com a produção se dá por dois meios: a sociedade civil e a sociedade política. A função deles nestas formações é a organização da hegemonia de um grupo social sob outros grupos a partir dos aparelhos privados e estatais (Ibidem)¹⁹. Organizar a função de hegemonia significa formar um consenso entre as classes da sociedade para a dominação de um setor social sobre outros. Esta organização do consenso se dá através dos diversos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil (Igreja, escola, mídia, partidos políticos, etc.) e também pela ação coercitiva do aparelho de Estado (Ibidem).

Quase no final do parágrafo, Gramsci coloca outra pergunta: “*o que torna-se o partido político em relação ao problema dos intelectuais?*” (Ibidem, p. 477). A resposta de Gramsci é que o partido político é o que realiza a unidade entre a classe social e o Estado (sociedade política) na sociedade civil. Neste sentido, realiza uma função semelhante ao Estado político: a elevação de membros da classe social à condição de intelectuais políticos (Ibidem, p. 478). O partido que representa uma classe é, por isto, a organização dos intelectuais orgânicos da classe representada. O partido, para Gramsci, muitas vezes estabelece uma relação muito mais forte entre os intelectuais orgânicos e a classe representada, do que a ligação que se dá por meio do Estado e da classe dominante (Ibidem). E foi sobre este tema que Gramsci recolocou a relação que tinha estabelecido no parágrafo § 150 do Q 1: a separação do Estado, por diversas razões, da sua base social

¹⁹ Uma distinção importante que Gramsci faz neste parágrafo é que o consenso pode ser ativo e passivo. Desenvolveremos este tema mais adiante, já que para Michels, como vimos, a socialdemocracia provocava a passividade nas massas proletárias.

(classe produtiva) é o que leva a confusão entre intelectuais/Estado e a absolutização da própria função governante (Ibidem). Essa separação é própria da quebra de unidade da classe dominante e será uma das características da crise que alavancou o fascismo ao poder²⁰.

A reformulação do parágrafo, no Caderno 12, entre maio e junho de 1932, traz um elemento diferencial para a discussão entre intelectuais e partidos políticos. No trecho reescrito, o comunista italiano aponta uma diferença entre os partidos das classes subalternas e os partidos em geral.

1) para alguns grupos sociais, o partido político é nada mais do que o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim, e não podem deixar de formar-se, dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva (no campo da técnica produtiva, formam-se estratos que correspondem, pode-se dizer, aos cabos e sargentos no exército, isto é, os operários qualificados e especializados na cidade e, de modo mais complexo, os parceiros e colonos no campo, pois o parceiro e o colono correspondem geralmente ao tipo artesão, que é o operário qualificado de uma economia medieval); 2) o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo nascido e desenvolvido como 'econômico', até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. (Q 12, § 1, p. 1522)

A segunda função (soldagem entre intelectuais orgânicos e tradicionais) já foi explorada. A primeira função do partido político é que é nova: as classes subalternas só podem formar seus intelectuais orgânicos por meio do partido político. E este intelectual não se forma no campo da técnica produtiva, mas no campo político e filosófico.

No capitalismo a burguesia, ao contrário do proletariado, forma seus intelectuais orgânicos no campo da técnica produtiva: os administradores formados diretamente nas fábricas são o claro exemplo disso. Mas a burguesia não forma os seus intelectuais somente

²⁰ A quebra da unidade entre intelectuais e classe dominante é uma característica da crise orgânica. Uma solução *cesarista*, como foi o fascismo, é a base para a formação de ideologias nas quais o Estado (e o pessoal governante) é tudo e a sociedade civil não é nada.

no campo da técnica produtiva. Eles também são formados nos partidos, no Estado e nos aparelhos de educação, como a universidade.

Gramsci conceituou, nestas linhas, um aspecto estrutural das sociedades de classes que chamamos de subalternidade partidária, isto é, os partidos políticos das classes dominadas partem de um campo mais restrito que seus antagonistas, o que faz com que a “atividade produtiva” e a “atividade política” sejam, estruturalmente, separadas. O partido político das classes subalternas, para construir a hegemonia destas classes, deve realizar a mais profunda unidade entre o poder político e a forma de produção. Só assim, poderá acabar com esta subalternidade partidária e conseguir a unificação para sua luta pela hegemonia.

A ampliação do conceito de intelectuais, de elaboradores teóricos, para também organizadores, faz com que a teoria do partido político tenha que assumir outra perspectiva frente à questão dos intelectuais, já que os partidos políticos são um dos campos privilegiados de atuação dos intelectuais.

O partido, seus momentos constitutivos e seus grupos elementares

O partido político tornou-se um tema em Gramsci a partir da discussão dos intelectuais e das notas sobre Maquiavel e o novo príncipe²¹. Na primeira, a discussão centrou-se no papel de construção da hegemonia dos intelectuais a partir do partido; já nas notas sobre Maquiavel, a discussão sobre o partido apareceu na reconstrução do fundamento estratégico, da unidade entre o partido e a formação de um novo Estado. Aqui é preciso esclarecer uma coisa: as notas que analisaremos, e boa parte dos parágrafos sobre os partidos políticos, foram escritos após a virada do início de 1930. Uma virada que é política: os temas de análise política e social se tornaram os mais recorrentes nos escritos de Gramsci após este período. É assim que ocorre a confluência, cada vez maior, do tema dos intelectuais com o dos partidos políticos e do Estado. De acordo com Bianchi, a razão deste giro está fora do texto gramsciano: “*os dilemas da luta contra o fascismo; o giro sectário da Internacional Comunista dado pelo 6º Congresso (1928) e consolidado pelo 10º Pleno*

²¹ O partido político não se reduz ao tema dos intelectuais, mas é preciso ter claro que são as relações intelectuais/partido e príncipe/partido os marcos do debate de Gramsci sobre os partidos.

do Comitê Executivo (1929); e a crescente stalinização da União Soviética” (2007, p. 25). Acrescenta-se aqui, os dilemas da política italiana, como a necessidade da luta pela Constituinte (Ibidem).

Em relação às notas sobre os partidos políticos, na maior parte delas, Gramsci realizou uma reflexão sobre o partido comunista. Mas também escreveu outras notas que são considerações históricas ou gerais sobre partidos políticos, relacionadas a temas com os quais o autor trabalhou. Desta maneira, é possível encontrar elementos para uma teoria dos partidos políticos nas notas sobre o *Risorgimento*, sobre o Estado, sobre o fascismo, o economicismo, entre outras. Em nossa análise reconstruiremos parte desta teoria de Gramsci do Novo Príncipe a partir de sua crítica à teoria dos partidos em Michels.

A crítica de Gramsci em relação à concepção de partido político de Michels se concentrou em dois parágrafos: o primeiro intitulado *Robert Michels, “Les partis politiques et la contrainte sociale”* (Q 2, § 75, p. 230-239), escrito entre 1929 e maio de 1930; e o segundo intitulado *Sul concetto di partito politico* (Q 13, § 33, p. 1629-1630), escrito entre 1932 e os primeiros meses de 1934. Será a partir da análise destes dois parágrafos que buscaremos compreender a crítica do comunista italiano à teoria do partido de Michels.

O primeiro parágrafo que interpretamos é o do caderno 2. Este é o parágrafo mais extenso que Gramsci escreveu sobre Robert Michels e sua obra, de modo que, neste parágrafo, o comunista italiano não abordou somente um tema de Michels, mas diversos.

Além disso, a interpretação do parágrafo 75 do Caderno 2 tem uma dificuldade adicional: mais da metade da nota de Gramsci é, na verdade, uma transcrição do texto de Michels. Nesta transcrição, o comunista italiano acrescentou, além de reflexões sobre o texto, alguns pontos de exclamação ou interrogação que acrescentam significação ao texto de Michels. O resto da nota é de confronto aberto com a teoria de Michels.

A rubrica da nota é sobre um artigo de Michels publicado em 1º de maio de 1928. A maior parte do artigo é a reformulação de uma parte de seu curso de sociologia política (MICHELS, 1969), cujas aulas tinham sido ministradas em 1926 e a publicação data de 1927²². A parte sobre a qual se refere é “*La naturaleza sociológica de los partidos políticos*” (MICHELS, 1969, p. 125-142). Esta coincidência textual é comum na carreira de

²² Gramsci tinha este livro na prisão.

Michels. De acordo com o próprio Gramsci, a obra do sociólogo ítalo-germânico era uma reelaboração contínua dos seus próprios textos, conforme explicamos no capítulo anterior.

O primeiro questionamento de Gramsci é a afirmação de que “*O partido, portanto, é apenas uma fração, pars pro toto (?)*” (GRAMSCI, Q 2, § 75, p. 230), sendo este ponto de interrogação acrescentado pelo autor. Esta relação entre partido como “parte” e não representação do todo foi constante na obra de Michels. Para Gramsci esta afirmação é extremamente complexa, em dois sentidos.

O primeiro sentido é a compreensão literal da frase, do partido como parte e não todo. Em determinado sentido, esta afirmação é correta, já que o partido não é formado por toda classe ou grupo que representa. Muito pelo contrário, como diz Gramsci, no início de um trabalho partidário, o partido deve começar por uma “*elite na qual a concepção implícita na atividade humana já se tenha tornado, em certa medida, consciência atual coerente e sistemática e vontade precisa e decidida*” (GRAMSCI, Q 11, § 12, p. 1387). O partido inicia o seu trabalho apenas enquanto parte da classe, e não enquanto “toda” a classe. Isto ocorre não apenas no início do trabalho partidário, mas no próprio processo de desenvolvimento, no qual o partido ainda tem como marca abarcar apenas uma “fração” do todo.

Sobre esta relação entre fração e todo, é interessante recuperar o debate entre Antonio Gramsci e Amadeo Bordiga, ocorrido na década de 1920, no seio do Partido Comunista. Gramsci e Bordiga militaram no Partido Socialista Italiano e foram fundadores do Partido Comunista. A diferença de concepção partidária entre ambos foi enorme: se no início do PCd'I havia alguma convergência, na luta contra o reformismo do PSI, após a passagem de Gramsci por Moscou e a aceitação da fórmula política da frente única²³, as divergências exacerbaram-se. A polêmica entre os dois, para além de uma discussão teórica, envolvia a direção do partido comunista. No documento escrito em conjunto com Palmiro Togliatti para o congresso de Lyon, Gramsci elaborou a crítica à alguns elementos da concepção de Bordiga sobre o partido político comunista: a) o partido não é um “órgão” da classe (concepção bordigiana), mas é parte da classe operária; b) a função do partido é guiar a

²³ A aceitação da política de frente única por Gramsci e pela direção do PCd'I foi um longo e polêmico caminho. Cf. DEL ROIO, 2005.

classe operária em todos os momentos e não apenas a de elaborar quadros para o momento revolucionário (concepção de Bordiga); c) as táticas devem aderir à realidade de forma a realizar o contato permanentemente entre o partido e as massas e não, como pensava Bordiga, ter como base das táticas preocupações formalistas.²⁴ Para Gramsci, a concepção de Bordiga levava o partido político à inatividade e, neste sentido, se aproximava dos desvios de direita no partido, que eram expressos por Angelo Tasca (GRAMSCI, 2004, p. 344-347). A saída para Gramsci era construir o

partido do proletariado como partido de massa, bem como demonstrando a necessidade de que ele adequasse sua tática às situações com o objetivo de poder transformá-las, de não perder o contato com as massas e conquistar zonas de influência cada vez maiores. (Ibidem, p. 347).²⁵

Voltando à crítica de Gramsci a Michels, ao mesmo tempo em que existiam elementos corretos na concepção do partido enquanto parte, a negação de que a organização *possa vir a ser* o todo era, para Gramsci, falsa. E, neste sentido, os escritos pré-carcerários também ajudam a esclarecer esta discussão. Na polêmica contra Bordiga, o comunista italiano escreveu que não é possível dizer que um partido seja uma força definida, acabada: “A verdade é que, historicamente, um partido é e jamais será definido. E isso porque ele só se definirá quando tiver se tornado toda a população, ou seja, quando tiver desaparecido” (Ibidem, p. 182). A definição que surge do partido aqui é que *um partido só é partido quando se torna a classe* e, neste sentido, é a classe que delimita os limites da formação do partido. Em relação à burguesia, pode-se dizer que o partido burguês está definido quando a hegemonia da burguesia é completada. Já ao partido do proletariado, “*que se propõe anular a divisão em classes, sua perfeição e seu acabamento consistem em não existir mais, porque já não existem classes e, portanto, suas expressões*” (GRAMSCI, Q 14, § 70, p. 1732-1733).

²⁴ Neste ponto, Gramsci faz crítica a duas táticas políticas de Bordiga: 1) a adesão ao partido comunista não poderia acontecer somente de forma individual, como defendia o último, mas também acontecer a partir de “fusões”; 2) adaptar as fórmulas políticas (frente única, governo operário e camponês, etc.) de acordo com as relações de força e não em relação aos princípios formais, como defendia Bordiga.

²⁵ Nesta concepção de partido de massas e de contato permanente com as massas está contido o desenvolvimento do conceito de hegemonia em Gramsci. Para o debate de Gramsci e Bordiga no cárcere, cf. LIVORSI, 2001. Aprofundaremos este debate na questão do centralismo, mais adiante.

Este estágio, de partido definido, é apenas um momento particular da vida do partido. Quando Gramsci está desenvolvendo a questão da definição do partido, ele parece se atentar para outra pergunta: “*quando um partido se torna historicamente necessário?*”. Aqui, de forma implícita, o autor recupera os critérios de Marx sobre as condições de extinção de uma sociedade²⁶ para elaborar a sua resposta: “*Quando as condições de seu “trunfo”, de seu inevitável tornar-se Estado estão pelo menos em vias de formação e deixam prever normalmente seus novos desenvolvimentos*” (Idem, p. 1733). E um partido só adquire condições para o seu triunfo, quando não pode ser destruído por meios normais. Estas condições constituem uma determinada combinação de “proporções definidas” de cada grupo no partido (trataremos disso mais adiante quando discutiremos a respeito da estrutura partidária).

Para Michels, a possibilidade do partido tornar-se toda a população é impossível: o partido era sempre um instrumento de perpetuação da divisão entre dirigentes e dirigidos. Mas para o comunista italiano, para que o partido se tornasse a classe era necessário que a organização criasse as condições para realizar a sua hegemonia. E o primeiro passo para isto, de acordo com Gramsci, era a fundação de um novo Estado. É por isso que o partido aparece para o comunista italiano como o “novo Príncipe” (GRAMSCI, Q 13, § 21, p. 1601): assim como o Príncipe de Maquiavel tinha o dever de fundar um novo Estado, o partido comunista, para Gramsci, deve ter isto como meta. O processo de definição do partido comunista, que quer acabar com as classes, tem a ver com o *tornar-se Estado*, com a destruição das condições que sustentam os partidos nas sociedades capitalistas modernas e com a transformação da sociedade civil-política em sociedade regulada (Q 6, § 65, p. 734), isto é, a extinção da sociedade política na sociedade regulada (CC 7, § 33, p. 882) – a separação da sociedade civil e da sociedade política é uma das formas de perpetuação da divisão entre dirigentes e dirigidos.

²⁶ “Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir.” (MARX, 1974, p. 136). Sobre a recuperação da vontade humana de Gramsci a partir desta passagem de Marx, cf. Bianchi (2008, p. 136-142).

O segundo passo a ser destacado, derivado diretamente do primeiro, tem a ver com a possibilidade de se tornar o todo, o que, para Gramsci, era identificado como a possibilidade de construção da hegemonia de um partido na sociedade. Conforme afirmou Dias, a “*hegemonia é a elaboração de uma nova civiltà, de uma nova civilização*” (1996, p. 10). A formação de uma nova civilização estava ligada ao papel totalitário²⁷ que os partidos políticos cumpriram, de acordo com Gramsci. Para que a prática cotidiana do partido estivesse unificada com uma nova civilização era preciso estabelecer a ligação entre os intelectuais, em sentido amplo, e um determinado grupo social (econômico). Este processo de alcançar “toda a humanidade” só pode se tornar real se o grupo tiver uma política para a superação dos interesses particulares e corporativos. A superação destes interesses é, num primeiro momento, para Gramsci, a luta pela hegemonia, por uma nova forma de Estado. Mas como o próprio autor italiano insiste, a unificação com toda a população só pode ser possível se a luta pela hegemonia desembocar numa luta que procure superar a política e a moral, isto é, numa luta que pretenda chegar à sociedade regulada (GRAMSCI, Q 6, § 79, p. 750).

A luta pela hegemonia não significa somente a luta pelo poder político ou pela sociedade regulada, pois a hegemonia se realiza no movimento e nas instituições, isto é, no plano organizativo e também no plano ideológico (DIAS, 1996, p. 10). A luta pela hegemonia, travada pelo partido político, é a luta pela direção orgânica do movimento das classes sociais. Por isso é que a luta do partido não pode ser reduzida às palavras de ordem que devem ser levantadas (táticas de adequação momentâneas). O fundamental para Gramsci é a relação que o partido desenvolve com o movimento de massas. É aqui que entra a discussão sobre a possibilidade de representação dos interesses das massas. Como vimos anteriormente, Michels discute a incompatibilidade temporal entre os interesses individuais e a formação de um interesse coletivo. Por isso, para Michels, a representação

²⁷ O termo totalitário em Gramsci é utilizado de forma diferente de definições liberais. O termo é utilizado para representar uma profunda unidade entre teoria e prática. O comunista italiano considerava ser possível uma política totalitária regressiva ou progressiva. A progressiva era marcada pelo desenvolvimento de um partido que portasse uma nova cultura e construísse a hegemonia dos subalternos – hegemonia que amplia permanentemente a camada de dirigentes. A regressiva era marcada por um partido que quer impedir as forças subalternas de construir sua hegemonia (Q 6, § 136, p. 800). Cf. CAPUTO, 2009, p. 851-853.

da vontade coletiva é impossível: a longo prazo, a vontade coletiva é sempre a vontade dos dirigentes e não a dos dirigidos (predomínio da elite).

Gramsci não discute a possibilidade de que os interesses individuais sejam representados pelo partido enquanto organizador coletivo. Não é este o terreno da representação para Gramsci, uma vez que, para ele, a representação é justamente a transformação da necessidade em liberdade dos dirigidos, isto é, em *práxis*:

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é a força social; cria-se o “bloco histórico”. (Q 11, § 67, p. 1505-1506).

A representação enquanto *adesão orgânica* é contraposta pelo comunista italiano a relações burocráticas ou formais, nas quais os intelectuais transformam-se em castas, como na Igreja – a forma de organização destes partidos é a do centralismo burocrático (Q 11, § 67, p. 1505). Os dirigentes eclesiásticos compreendem, mas não “sentem” os sentimentos das massas. Para Gramsci, a adesão orgânica representa “*a troca de elementos individuais*”, isto é, a passagem dos “simples” a “intelectuais orgânicos”:

O processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética intelectuais-massas; o estrato dos intelectuais se desenvolve quantitativa e qualitativamente, mas todo progresso para uma nova ‘amplitude’ e complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência, com a passagem de indivíduos, ou mesmo de grupos mais ou menos importantes, para o estrato dos intelectuais especializados. (Q 11, § 12, p. 1386).

Para Michels existe a possibilidade da passagem de elementos da “massa amorfa” à condição de “dirigentes partidários” ou da “elite proletária”. Mas, de acordo com o autor ítalo-germânico, esta passagem não pode se estender ao conjunto do proletariado e representa um afastamento da classe de origem - a história do movimento operário internacional comprovaria esta tese michelsiana. Esta foi a base sob a qual o autor afirmou o partido como “elitização” do proletariado (MICHELS, 1969, p. 80) ou como *Klassenerhöhungsmaschine* (Idem, 1989, p. 271). Para Gramsci, o afastamento da classe de

origem depende inteiramente de uma relação política: o novo dirigente pode ou não elevar mais camadas de sua classe a condição de dirigente? Pode ou não realizar um bloco histórico?

Iniciamos o questionamento do partido sobre a relação da parte e do todo. Se para Michels esta relação é sempre de separação (parte do todo), para Gramsci a relação é sempre de desenvolvimento, isto é, o partido *é parte do todo* e se desenvolve da *parte ao todo*. Para explicitar melhor este processo, é necessário o desenvolvimento do conceito de bloco histórico. Para Gramsci, a relação de representação é a única capaz de realizar um bloco histórico. Este conceito foi recuperado da formulação de Sorel, porém com um sentido diverso ao atribuído pelo sindicalista francês (GALASTRI, 2007, p. 140). Para Gramsci, o bloco histórico representa “*unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos*” (Q 13, § 10, p. 1569). Com isto, o bloco é para Gramsci uma “*unidade dialética entre forças produtivas, relações sociais de produção e superestrutura jurídico-política num dado momento histórico*” (GALASTRI, 2007, p. 141)²⁸. A relação de representação pode colocar a questão da criação de um bloco histórico porque a transformação do *sentir das massas* em *compreensão ativa* (práxis) é a forma de iniciar a unidade do desenvolvimento entre as forças produtivas, as relações sociais e a superestrutura política.

A partir do bloco histórico é possível reconstruir a unidade entre o programa político e a forma de representação pela mediação do partido. Para o comunista italiano, a criação de um bloco histórico só é possível se o partido político colocar enquanto programa a unidade entre estrutura e superestrutura, isto é, apresentar um “*programa de reforma econômica [que] é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral*” (Q 13, § 1, p. 1561). Isto não é nada mais do que apresentar um programa de transformação para a formação de uma classe dominante. Somente através da combinação entre a reforma intelectual e moral e a reforma econômica, isto é, o programa de mudança da sociedade, é que o partido político pode lutar pela hegemonia de uma classe. Desta

²⁸ A nota, apresentada anteriormente, sobre a unidade da classe dominante ser, ao mesmo tempo, política e econômica (poder político e afirmação de um novo modo de produção) é o ponto de partida, na nossa opinião, para a discussão do bloco histórico.

forma, o partido que é parte se transforma no todo por meio da luta para tornar Estado a classe que representa.

Seguimos com a nota de Gramsci sobre Michels. A próxima crítica refere-se à tipologia dos partidos políticos de Michels (após diversas passagens em que o autor critica a concepção de carisma e também da história dos partidos). Para Gramsci, a classificação dos partidos de Michels é superficial e genérica. Ele afirma que o “partido de homens fortes” é entendido enquanto “partido carismático”. A crítica a esta categoria é bastante dura, pois, para Gramsci, estes partidos nunca existiram, já que um partido político moderno não vive apenas da relação entre um dirigente e milhares de dirigidos. Mesmo no partido fascista, no qual o carisma de Mussolini era um importante fator de coesão partidária, outras estruturas eram fundamentais, como as organizações por bairros, os secretários federais, as organizações de juventude, etc. (cf. GENTILE, 2005, p. 171-201).

Em relação a esta tipologia partidária, a crítica de Gramsci procurou delinear que a classificação de Michels é puramente descritiva, pois não há uma metodologia implícita na análise: o sociólogo ítalo-germânico estabelece uma classificação por características empíricas sem aprofundar teoricamente a importância de cada uma na definição conceitual. Por isso, a tipologia do autor ítalo-germânico é considerada muito esquemática e pouco eficaz, já que as categorias não representam nenhum partido concreto. O comunista italiano enfatiza que toda a teorização de Michels sobre a tipologia partidária era vazia e imprecisa. O que Gramsci considera o “menos mal” (a consideração de Michels de que na realidade as categorias se intercalam nos partidos concretos), na verdade, era uma crítica à metodologia de Michels de adaptar os fatos reais ao tipo sociológico. Toda esta classificação não passa de “escolástica”. Segundo Malandrino, a classificação desenvolvida por Michels neste texto é contrária à riqueza analítica presente na *Sociologia dos Partidos Políticos*, na qual não havia nenhuma classificação sistemática dos partidos (MALANDRINO, 2010, p. 6). Para Malandrino, a classificação de Michels tinha como propósito contrapor a elite carismática e o partido carismático a outras formas de partido e elites surgidas na democracia (Ibidem, p. 7).

Após a crítica à tipologia, Gramsci desenvolve uma crítica à lei férrea das oligarquias. Esta parece ser o ponto central da crítica do comunista italiano. A primeira vez que a crítica

à lei aparece, no parágrafo que estamos estudando, é seguida por uma passagem de Michels que explica a prisão que os operários criam ao aceitarem os seus próprios chefes. Esta prisão, que para Michels é uma necessidade, leva a uma perpetuação da dominação dos dirigentes sobre os dirigidos. Esta permanência da dominação, de acordo com Michels (a qual Gramsci cita integralmente), se dá através da “*superioridade técnica e intelectual, e na impossibilidade de seus mandantes exercerem um controle eficaz*” (MICHELS, 1969, p. 132). O próprio Michels coloca que a presença de intelectuais no partido exerce uma pressão que reforça a dominação dos dirigentes sobre os dirigidos (GRAMSCI, Q 2, § 75, p. 236).

Na sequência, Gramsci desenvolve, a partir de uma passagem de Michels, uma resposta política para a tendência à oligarquização. A passagem do autor ítalo-germânico é a seguinte:

Agora bem, na medida em que se torna complexa a atividade política e se multiplicam as regras da legislação social, se impõe aos dirigentes dos partidos políticos uma existência cada vez mais profissionalizada, baseada num conhecimento que se amplia continuamente, *savoir-faire*, numa rotina e em ocasiões delicadas de diplomacia. Daí que se aumenta de modo constante a distância entre os dirigentes e dirigidos. Por isso se pode destacar a flagrante contradição que existe, nos partidos políticos maduros, entre as declarações e intenções democráticas, por um lado, e a concreta realidade oligárquica, por outro. (MICHELS, 1969, p. 132. Tradução nossa).

Logo após a transcrição da passagem de Michels, o comunista italiano desenvolve um comentário crítico importante para a compreensão da tendência à oligarquização, que Gramsci localiza com o título de “complexidade progressiva da atividade política”:

(...) entretanto, é necessário observar que uma coisa é a democracia de partido e outra a democracia no Estado: para conquistar a democracia no Estado pode ser necessário – ou melhor, é quase sempre necessário – um partido fortemente centralizado; e mais ainda: as questões relacionadas com democracia e oligarquia têm um significado preciso, que é dado pela diferença de classe entre líderes e seguidores: a questão torna-se política, ou seja, adquire um valor real e não mais apenas de esquematismo sociológico, quando na organização existe divisão de classe: isso ocorreu nos sindicatos e nos partidos social-democratas. Se não existe diferença de classe, a questão torna-se puramente técnica – a orquestra não crê que o regente seja um patrão oligárquico –, de divisão do trabalho e de educação, isto é, a centralização deve levar em conta que nos partidos populares a educação e o ‘aprendizado’ político se verificam em grande parte através da participação ativa dos seguidores na vida intelectual – discussões – e organizativa dos partidos. A solução do problema, que se complica exatamente pelo fato de que

nos partidos avançados os intelectuais têm uma grande função, pode ser encontrada na formação de um estrato médio o mais numeroso possível entre os chefes e as massas, que sirva de equilíbrio para impedir os chefes de se desviarem nos momentos de crise radical e para elevar sempre mais a massa. (Q 2, § 75, p. 236-237)

Nesta crítica de Gramsci à lei férrea da oligarquia de Michels, existem três importantes formulações teóricas sobre os partidos políticos que devem ser abordadas de forma separadas, para que os nexos da crítica apareçam da forma mais concreta. A primeira formulação é sobre a diferença entre o regime de organização e a política do partido. Como vimos, para Michels, somente de forma conjuntural e episódica poderia um partido oligárquico influir democraticamente na vida do Estado (MICHELS, 2001, p. 393). Para Gramsci, esta não é uma relação necessária: um partido centralizado por uma minoria, mas com um programa democrático pode cumprir a função de democratização do Estado. Para o comunista italiano, um partido de combate não só pode, como deve ser centralizado, pois esta, muitas vezes, é a única via para a democratização do Estado.

Ao contrário de Michels, que considera que a contradição está entre a democracia do partido e o Estado oligárquico, com a predominância deste último, para Gramsci a contradição está nas forças antagônicas que constroem cada partido e o projeto de Estado que defendem. O problema não é de instituições que se enfrentam, mas de forças sociais e é entre estas forças sociais que se coloca o problema das estruturas a se formar para a constituição de novas instituições.

É a partir desta consideração que podemos desenvolver a segunda formulação crítica de Gramsci: a diferença entre democracia e oligarquia é uma diferença de classe e somente neste sentido esta disparidade adquire um “valor real”, político. Para Gramsci, a classe burguesa só consegue manter o seu domínio subordinando a prática política das outras classes a sua própria concepção de mundo, isto é, estabelecendo um “conformismo” que adapte as práticas de classe a sua direção e dominação (Q 8, § 2, p. 937)²⁹. O domínio da burguesia impõe as suas “necessidades” a outras classes subalternas. Dessa forma, entre a classe burguesa e as outras classes subalternas não há relação orgânica de representação, já que a burguesia não pode transformar em “liberdade” as “necessidades” das classes

²⁹ A subordinação do SPD e dos partidos socialdemocratas no início do século XX à legalidade burguesa é um exemplo claro disto.

subalternas, pois isso iria contra o seu próprio domínio. De acordo com Gramsci, somente os intelectuais próprios das classes subalternas podem estabelecer uma relação democrática e orgânica com as mesmas. E na sociedade capitalista moderna, a única forma que os subalternos têm para desenvolver sua própria camada dirigente, é através do partido político, conforme vimos anteriormente (GRAMSCI, Q 12, § 1, p. 1522).

No parágrafo que estamos discutindo, Gramsci coloca que a divisão de classes existiu nos “*sindicatos e partidos social-democratas*” (Q 2, § 1, p. 236). É importante precisar esta divisão. O problema, para Gramsci, da divisão de classes é que a partir do momento em que o partido não realiza a “educação” da massa através da “participação ativa” dos dirigidos na discussão político-partidária (intelectual), a organização reproduz a separação de classes entre os dirigentes e dirigidos, já que fecha a possibilidade de que os dirigidos se transformem em dirigentes. Foi esta separação, por exemplo, que Gramsci criticou no partido comunista italiano, em suas cartas de 1923 sobre a formação de um novo grupo dirigente. Gramsci se opôs, nessa ocasião, ao fato de que para o partido, qualquer “*participação das massas na atividade e na vida interna do Partido que não fosse a que tem lugar em grandes ocasiões e em decorrência de uma ordem formal do centro dirigente era vista como um perigo para a unidade e para o centralismo*” (GRAMSCI, 2004, p. 181-182). Portanto, para a definição de classe do organismo partidário, não é somente necessário analisar a sua composição social, mas a relação entre os organismos e as classes sociais – isto serve também para a definição de classe dos dirigentes do partido. Este critério de definição de classe é o mesmo que Gramsci utilizou para a definição dos intelectuais: a determinação de classe dos intelectuais não deve ser procurada em sua atividade intrínseca e individual, mas nas relações que a atividade intelectual-organizativa mantém no conjunto das relações sociais (GRAMSCI, Q 12, § 1, p. 1516).

Portanto, para Gramsci, a análise de Michels sobre os dirigentes enquanto “pequeno-burgueses”, que fica presa a uma concepção da função individual, é errônea. A análise de classe de um partido deve ter como objeto a relação política que a organização estabelece com a classe social a qual representa.

Por isso, quando Michels afirma que a formação dos dirigentes é uma forma de perpetuar a divisão de classes (dirigentes pequeno-burgueses e dirigidos proletários),

Gramsci não responde a partir da análise social do partido. A defesa de Gramsci está calcada na política do partido, sobre o que esta política reforça: procura perpetuar a divisão entre dirigentes e dirigidos (interesse dos dominantes) ou acabar com a mesma (interesse dos subalternos)? (Q 15, § 4, p. 1752). É a partir deste prisma que o problema da oligarquia nos partidos políticos adquire um valor real, político. Um partido subalterno que se oligarquiza é um partido no qual os interesses da classe dominante prevalecem sobre os interesses dos subalternos. A oligarquização não é um fenômeno que se restringe à composição social (mais burgueses, mais oligárquicos; mais proletários, menos oligárquicos). Esta oligarquização se dá, principalmente, porque os dirigentes orgânicos da classe realizam uma política que favorece outra classe social, isto é, se transformam em intelectuais orgânicos de outra classe social. O processo de oligarquização é a efetivação do transformismo.

O transformismo é um conceito que Gramsci desenvolveu a partir da análise do *Risorgimento*³⁰. O conceito se faz presente desde o primeiro caderno e, principalmente, nas notas históricas. Em um parágrafo escrito entre dezembro de 1929 e fevereiro de 1930, do caderno 1, que foi reescrito no caderno 19, entre fevereiro de 1934 e fevereiro de 1935, Gramsci afirmou:

Para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar e examinar sua atitude psicológica em relação às classes fundamentais que eles põem em contato nos diversos campos: têm uma atitude ‘paternalista’ para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica destas classes? Têm uma atitude “servil” para com as classes dirigentes ou se consideram, eles próprios, dirigentes, parte integrante das classes dirigentes? (Q 19, § 26, p. 2041)

Para Gramsci, os moderados, que dirigiram a unificação italiana, impuseram ao Partido da Ação uma atitude “paternalista”, não permitindo que este partido conseguisse, a não ser de forma muito limitada, realizar a unidade entre as classes subalternas e o Estado (Q 1, § 43, p. 38). A falta de unidade entre a classe dirigente e as classes subalternas levaram ao fenômeno do transformismo dos dirigentes subalternos: “*O chamado ‘transformismo’ é tão somente a expressão parlamentar do fato de que o Partido da Ação é incorporado*

³⁰ Ao todo são 13 referências ao transformismo: Q 1, § 43 e § 44; Q 2, § 29; Q 3, § 119 e §137; Q 8, § 5 e § 36; Q 10 [I], § 13; Q 10 [II], § 14 e § 22; Q 15, § 11; Q 24, § 19 e § 26.

molecularmente pelos moderados e as massas populares são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado” (Q 19, § 26, p. 2041).

A atitude dos dirigentes em relação às massas é fundamental para Gramsci. É ela a chave da resposta para o problema da oligarquia: somente superando a atitude paternalista dos dirigentes é que se poderá incorporar o conjunto das massas no Estado, isto é, realizar a hegemonia, definir o partido. Superar a política paternalista, inorgânica, é incorporar ativamente o amplo conjunto das massas populares no Estado. A política contrária a esta incorporação é a que resultou no fenômeno histórico do transformismo, processo que Gramsci concebeu sob a ótica da revolução passiva (Q 10[I], §13, p. 1238).

Em fevereiro de 1932, Gramsci escreveu um parágrafo com a rubrica *Risorgimento. Transformismo*. Neste parágrafo o autor descreveu dois períodos na história dos partidos italianos: 1) 1860-1900: o período de transformismo molecular, de poucas pessoas que se incorporam individualmente à classe política conservadora e moderada; 2) a partir de 1900: o transformismo de grupos radicais inteiros, que aderem ao campo conservador e moderado (Q 8, § 36, p. 962-964). O problema que se coloca, e que foi respondido em outro parágrafo, é que elementos políticos operaram para que este processo molecular se transformasse em processo grupal. Para o comunista italiano, a explicação está na formação do Estado-governo italiano que, pela fraqueza do sistema político-partidário, atuou como um partido político na formação da hegemonia (Q 3, § 119, p. 387-388).

O fenômeno do transformismo apareceu em outras análises de Gramsci. Por exemplo, no Caderno 10, o comunista italiano se refere ao transformismo efetivado por Croce, como um “reformismo pelo alto” (Q 10 [III], §22, p. 1261). Já no Caderno 19, numa nota em que Gramsci discute o problema da direção política no *Risorgimento* italiano, ele elaborou o conceito de transformismo a partir da compreensão da hegemonia entre os moderados e o partido da ação: o transformismo é uma absorção contínua dos elementos ativos dos grupos aliados e dos grupos inimigos na ordem defendida pelo grupo dominante. O transformismo é aceitação das “regras do jogo” pelos inimigos da ordem dominante. Esta adaptação a ordem só é possível, no caso italiano, pois os moderados eram um grupo político com um programa e com intelectuais bem constituído, enquanto o Partido da ação não tinha um

programa de governo e foram, constantemente, influenciados pelo programa dos moderados (Q 19, § 24, p. 2010-2014).

Um parágrafo importante sobre o transformismo foi escrito entre agosto e setembro de 1930, momento de intensa produção sobre a história da Itália e os partidos políticos. Gramsci inicia o parágrafo com uma afirmação: “*Eficácia alcançada pelo movimento operário socialista para formação de importantes setores para a classe dominante*” (Q 3, § 137, p. 396). Para o comunista italiano, esta formação de quadros burgueses pelos socialistas italianos se explicava por diversos motivos, como: a baixa aderência das classes altas a vida do povo e a crise das gerações mais jovens, que fez com que os jovens se aproximassem de movimentos populares. Gramsci acrescentou que este fenômeno é o mesmo que o transformismo.

No mesmo período, entre agosto e setembro de 1930, Gramsci escreveu uma nota de bastante interesse sobre os partidos na história italiana. A rubrica da nota é *Passado e Presente. Agitação e propaganda*. O comunista italiano iniciou tal nota com a caracterização de que os partidos políticos italianos, desde o *Risorgimento*, com exceção parcial do Partido Nacional Fascista³¹, sempre sofreram de um desequilíbrio entre agitação e propaganda, tática e estratégia, etc. A causa disto seria, num primeiro momento, econômica: a debilidade das classes dominantes italianas e a “gelatinosa” estrutura econômica do país. Mas o próprio Gramsci se corrige e diz que não se pode ser “fatalista” (economicista) e é preciso afirmar que:

embora seja verdade que os partidos são apenas a nomenclatura das classes, também é verdade que os partidos não são apenas uma expressão mecânica e passiva das próprias classes, mas reagem energicamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las. (Q 3, § 119, p. 387).

Os partidos políticos operacionalizam uma dupla identidade: por um lado são a nomenclatura de uma classe, enquanto parte desta, são a forma como esta classe se apresenta no embate político; por outro, são a forma de desenvolver, consolidar e universalizar a política de uma classe social, parte da transformação da classe no todo. Os partidos apresentam-se enquanto nomenclatura da classe, pois “*as classes expressam os*

³¹ A exceção do Partido Fascista deve ser entendida no marco de um regime totalitário: ainda que a fase inaugurada por este partido fosse regressiva, de revolução passiva, o partido fascista conseguiu construir uma unidade parcial entre as massas e o Estado, fato que nenhum outro partido italiano tinha realizado.

partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de Governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política” (Ibidem).

Na continuação, como forma de entendimento da crise italiana do pós-guerra, Gramsci afirmou que o Estado italiano sempre agiu como um “partido”, mas não no sentido de realizar aquela hegemonia, soldadura entre intelectuais e massas populares, que seria a formação do bloco histórico. A ação do Estado-governo italiano “*de Depretis, Crispi, Giolitti e do fenômeno parlamentar do transformismo*” serviu para separar e desagregar os quadros dos partidos políticos. O Estado surgido no *Risorgimento* era um Estado que não somente estava separado das massas, mas que era sujeito ativo na separação dos dirigentes dos partidos políticos das massas. Nesta passagem, a análise de Gramsci sobre o parlamentarismo como um fenômeno do transformismo é importante: aqui há uma coincidência com a crítica de Michels à socialdemocracia, que vimos anteriormente. O parlamentarismo italiano serviu enquanto mecanismo de autonomização dos partidos em relação às classes representadas. Neste parlamentarismo, a burocracia se alienava do país e tornava-se o “*pior dos partidos políticos (...) o partido estatal-bonapartista*” (Ibidem, p. 388). Não é à toa que o término da nota faz referência ao estudo análogo de Weber sobre o parlamentarismo na Alemanha (WEBER, 1974). Apesar da coincidência com Michels em relação ao parlamentarismo como fenômeno de autonomização dos partidos políticos, há uma grande diferença na elaboração da análise dos autores: Michels generaliza este fenômeno para qualquer situação política e histórica; Gramsci chega a este fenômeno a partir da análise histórica, da gênese da separação entre intelectuais e povo na história italiana. Foi devido a formação do Estado italiano que o parlamentarismo jogou um papel regressivo na hegemonia da classe burguesa. É importante ressaltar, que no parágrafo em questão, Gramsci afirma que o cenário que se produz o transformismo é o da falta de desenvolvimento teórico do partido, da falta de formação de novos quadros dirigentes, na qual em lugar de grandes livros e revistas, o partido opera com jornais e panfletos – o que caracteriza, na opinião de Gramsci, a preocupação somente com uma pequena política (Q 3, § 119, p. 388).

A amplitude de situações históricas discutidas por Gramsci em relação ao transformismo nos parece indicar que este conceito pode servir para a compreensão da

ruptura empreendida entre os dirigentes socialdemocratas e as massas trabalhadoras. As causas são variadas, mas poderíamos pegar duas das principais tendências que operaram nestes partidos e que Michels também analisou: a adaptação dos partidos socialdemocratas ao regime parlamentar burguês e a não elevação de estratos da classe a condições dirigentes dos subalternos. A adaptação faz com que só seja possível a guerra de posição e as reformas pelo alto do regime capitalista, ainda mais em países como a Itália ou a Alemanha, na qual o parlamento não cumpriu um elo entre as classes subalternas e as classes dominantes. Por outro lado, a não elevação é uma condição da manutenção da subalternidade, já que os partidos socialdemocratas não passam a lutar pelo fim da divisão entre governantes e governados, mas apenas por uma troca entre os setores dirigentes da sociedade burguesa.

Ainda é preciso recuperar a afirmação de Gramsci sobre a divisão de classes no partido. Para o comunista italiano há divisão de classes nos partidos socialdemocratas, já que estes operam dentro das duas tendências discutidas acima. Desta forma, a divisão de classes é política, de hegemonia nestes partidos. Já num partido que combate as duas tendências, a divisão entre dirigentes e dirigidos é técnica e a querela da divisão de classes nestes casos era “*esquematismo sociológico*”. A consideração da questão como técnica não quer dizer que o comunista italiano retirasse o problema do âmbito da política. A questão era técnica porque a política de construção da hegemonia dos subalternos lhe permitiria que fosse desta forma. A justificativa de Gramsci, através da relação entre o regente e a orquestra, era uma crítica sobre um exemplo dado pelo próprio Michels³².

A última parte da crítica de Gramsci a Michels, no § 75 do Q 2, abre o debate sobre a estruturação interna do partido. Discussão esta que Michels só faz no âmbito geral, através da lei de oligarquização e em poucas referências às estruturas partidárias. A estrutura interna do partido, para Gramsci, se relaciona diretamente ao combate ao processo de oligarquização. Desta forma, a estrutura interna do partido deve servir no processo de constituição da classe enquanto dominante na sociedade.

³² A frase de Michels é: “*A mudança do regente nada altera na música*” (2001: 419). A utilização desta frase serve, para o autor ítalo-germânico, como justificativa de que a mudança na direção política dos partidos não irá alterar a natureza oligárquica das organizações. Em Gramsci, o exemplo é usado para discutir outra coisa.

Para o autor italiano, a existência de um partido é determinada pela confluência de três elementos fundamentais: base, direção e militantes intermediários. Gramsci classifica cada um destes elementos como “grupos”. O primeiro destes grupos, a base partidária, é definido da seguinte forma pelo comunista italiano:

Um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizativo. Sem eles o partido não existiria, é verdade, mas também é verdade que o partido não existiria “somente” com eles. Eles constituem uma força na medida em que existe quem os centraliza, organiza e disciplina; mas, na ausência dessa força de coesão, eles se dispersariam e se anulariam numa poeira impotente. Não se nega que cada um desses elementos possa se transformar numa das forças de coesão, mas falamos deles exatamente no momento em que não o são nem estão em condições de sê-lo, e, se o são, apenas o são num círculo restrito, politicamente ineficiente e inconseqüente. (GRAMSCI, Q 14, § 70, p. 1733)

A caracterização de Gramsci da base partidária é importante em três pontos: a) a base é uma necessidade de qualquer organização, pois não é possível existir um partido político que se constitua apenas de quadros intermediários e na direção partidária; b) a base partidária tem alguma efetividade a partir do momento que existe “*quem os centraliza, organiza e disciplina*”, caso contrário haveria dispersão desta base; c) os militantes de base são uma forma transitória no partido, já que não se pode negar que estes possam transformar-se em elementos de coesão (intermediários ou de direção). Esta é, na verdade, uma necessidade do desenvolvimento de um partido que luta pela hegemonia: ampliar o conjunto de quadros que há no partido.

O segundo elemento necessário ao partido é justamente a “força de coesão” principal, que o comunista italiano chama de Estado-maior do partido:

O elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais; este elemento é dotado de força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e também (ou melhor, talvez por isto mesmo) inventiva, se se entende inventiva numa certa direção, segundo certas linhas de força, certas perspectivas, certas premissas. Também é verdade que, por si só, este elemento não formaria o partido, mas poderia servir para formá-lo mais do que o primeiro elemento considerado. Fala-se de capitães sem exército, mas, na realidade, é mais fácil formar um exército do que formar capitães. Tanto isto é verdade que um exército já existente é destruído se faltam os capitães, ao passo que a existência de um grupo de capitães, harmonizados, de acordo entre si, com objetivos comuns, não demora a formar um exército até mesmo onde ele não existe. (GRAMSCI, Q 14, § 70, p. 1733-1734)

Este segundo grupo de elementos é a direção do partido. É através dela que emana a coesão do organismo partidário. É por isso que, para Gramsci, esta é uma força centralizadora e disciplinadora, já que para uma concepção de mundo se tornar força material é necessária uma disciplina coesa para sua aplicação. Um aspecto que apareceu no texto sobre a direção partidária é a relação inventiva. Ser inventiva significa que a direção partidária deveria analisar as relações de forças e formular políticas para o desenvolvimento favorável às classes representadas (GRAMSCI, Q 13, § 17, p. 1578-1589). Neste sentido, a faculdade criadora que Gramsci atribuiu como característica necessária à direção é a de conseguir dar respostas políticas adequadas para cada situação³³.

Outro aspecto referente a direção é o processo de centralização na ação. O centralismo no partido é uma necessidade da luta de hegemonias. Da mesma forma que Michels, Gramsci afirmou que no combate dos partidos, a centralização é consequência da tática de luta. Mas, diferentemente do teórico ítalo-germânico, centralizar não é para o marxista italiano uma forma elitista por princípio. Somente no conjunto de relações que envolvem o partido (interna e externamente) é que esta “lei da tática” pode ser ou não democrática.

O centralismo nas organizações políticas é um tema que Gramsci retomou diversas vezes em suas obras carcerárias. Ao todo, existem nove parágrafos nos quais o autor toma o tema de forma direta e indireta³⁴. Não estão incluídos, dentre as nove notas, aquelas nas quais o comunista italiano tratou temas correlatos, como a disciplina ou a estrutura de organização das igrejas e das associações existentes. A maior parte dos parágrafos sobre o centralismo discute o problema do centralismo orgânico³⁵. Este é um debate importante, porque como já vimos na primeira parte, para Michels é impossível a compatibilidade entre

³³ O trabalho de Gramsci na prisão faz parte deste “ser inventivo” da direção: a análise da derrota das revoluções do pós-guerra e a mudanças da estratégia da guerra manobrada para a guerra de posição são exemplos desta “faculdade criadora” na atividade teórica (cf. BIANCHI, 2008, p. 199-209).

³⁴ Os parágrafos em que Gramsci discute o centralismo são: Q 1, § 49; Q 3, § 56; Q 4, § 33; Q 6, § 128; Q 9, § 68; Q 13, § 36; Q 13, § 38; Q 14, § 48; Q 15, § 13.

³⁵ A fórmula do centralismo orgânico tem origem em Bordiga, num ensaio de 1922, *Il principio democrático*: “propomo-nos a dizer que o partido comunista funda a sua organização sobre o ‘centralismo orgânico’. Embora preservando o máximo do mecanismo democrático que possa nos servir, eliminaremos o uso de um termo caro aos piores demagogos e cheio de ironia para todos os explorados, os oprimidos e os enganados, que é aquele da ‘democracia’, que é para uso exclusivo dos burgueses e defensores do liberalismo em disfarces diversos e às vezes com posições extremistas” (BORDIGA *Apud* LIVORSI, 2001, p. 69. Tradução nossa). É possível afirmar que todo o combate ao centralismo orgânico é um combate à concepção partidária de Bordiga.

centralismo e democracia.

A primeira discussão que Gramsci fez em relação ao centralismo foi sobre a relação entre Charles Maurras³⁶ e o centralismo no Q 1, § 49, escrito entre fevereiro e março de 1930 – o parágrafo anterior, §48, também trata de Maurras e tinha como tema central a dialética entre força e consenso no regime parlamentar e como a solução da Ação Francesa à crise parlamentar francesa de 1925 era o “avesso do jacobinismo”. No parágrafo sobre centralismo em Maurras, o comunista italiano considera que o “centralismo orgânico” devia ser ligado à cooptação em torno a um “possuidor infalível da verdade”. Esta concepção de centralismo era uma transposição da concepção positivista da mecânica e da matemática para a compreensão histórica, própria de um conjunto de intelectuais do início do século, como Maurras (Q 1, § 49, p. 64) e Achille Loria (Q 28, § 1, p. 2325). Este parágrafo foi reescrito no Q 13, § 38, entre maio de 1932 e os primeiros meses de 1934³⁷, no qual o comunista italiano acrescentou alguns novos termos que esclarecem a sua crítica a Maurras e ao centralismo orgânico: a cooptação agora é de “grupos políticos”; o “possuidor da verdade” agora é explicitado através de uma concepção que “*encontrou as leis naturais infalíveis da evolução histórica, infalíveis mesmo que a longo prazo e mesmo que os acontecimentos imediatos ‘pareçam’ não lhes dar razão*”; é, neste sentido, que a concepção positivista das leis da mecânica e da matemática transformam-se nos motores intelectuais desta concepção. A afirmação final continua a ser sobre o nexos entre centralismo orgânico e Maurras³⁸.

Entre junho e julho de 1930, Gramsci voltou a se referir ao centralismo orgânico, mas agora não em relação a Maurras, e sim em relação à igreja e à casta sacerdotal. Para o comunista italiano, o “*centralismo orgânico imagina poder fabricar um organismo de uma vez por todas, já perfeito objetivamente*” (GRAMSCI, Q 3, § 56, p. 337). Neste sentido, a concepção de ideologia expressa pelo centralismo orgânico se apresenta como algo

³⁶ Charles Maurras (1868-1952) foi poeta e jornalista. Líder do jornal e do grupo Ação Francesa, defendeu a tese do nacionalismo integral e da monarquia parlamentar. Teve muito apoio em setores da Igreja, apesar de ser agnóstico.

³⁷ A nota também é antecedida pela reescrita do texto A do Q 1, § 48. Nesta nota há diversas mudanças, inclusive do título, que passa de “*O jacobinismo ao revés de Charles Maurras*” para “*Notas sobre a vida nacional francesa*” (Q 13, § 37, p. 1635-1650).

³⁸ Ao texto C do Q 13 é acrescentada uma consideração sobre as estratégias inglesas e alemãs na batalha de Jutlândia. Essas considerações aparecem como anotações sobre a questão do centralismo no exército.

“artificial e mecânico” e não histórico; é o resultado de uma luta incessante – é este o caráter iluminista dado por Gramsci à concepção do “centralismo orgânico”.

O centralismo orgânico ainda é retomado nos outros parágrafos que tratam do tema. Por exemplo, no Q 6, § 128, escrito entre março e agosto de 1931, Gramsci recupera as palavras de Ferdinand Foch³⁹, citadas por Eugène Schneider⁴⁰ e faz a seguinte crítica ao centralismo orgânico:

Tendência a separar o “comando” de qualquer outro elemento e a transformá-lo numa “panacéia” de novo tipo. (...) O centralismo orgânico, com o comando autoritário e “abstratamente” concebido, está ligado a uma concepção mecânica da história e do movimento, etc. (GRAMSCI, Q 6, § 128, p. 796)

Em outra passagem, Gramsci faz a relação entre o centralismo orgânico e a forma pela qual os dirigentes constroem o consentimento das massas a sua política. Para o comunista italiano, a direção de uma organização estatal ou civil, tem como um dos seus elementos principais conseguir o consentimento das massas. Este consentimento pode ser obtido de duas formas: a primeira é a forma passiva, na qual os dirigidos não participam da elaboração da política; a segunda ocorre de forma ativa, na qual a elaboração da política perpassa a intervenção dos dirigidos. O centralismo orgânico é uma forma de “consentimento passivo”, no qual a organização é identificada com seus dirigentes e na qual a intervenção dos dirigidos desagregaria toda a estrutura superior – o exemplo de Gramsci é a forma de organização da Igreja católica (GRAMSCI, Q 15, § 13, p. 1771).

Desta forma, Gramsci parece considerar que o centralismo orgânico é uma forma de direção da organização política que se baseia numa concepção de mundo a-histórica e mecânica da história. Não parece nada diferente da crítica à concepção de Bordiga, que defendia o partido como portador da verdade, como vimos anteriormente. As organizações políticas com o centralismo orgânico só podem existir através de uma forma passiva de intervenção das massas sobre o organismo, o que acarreta organismos nos quais a base e as massas não intervenham na vida partidária. Este é o tipo de centralismo que predomina nos partidos oligárquicos que Michels analisa; para o autor ítalo-germânico este é o *único* tipo

³⁹ Ferdinand Foch (1851-1929): Marechal francês que foi chefe do Estado-maior em maio de 1917 e comandante-chefe das forças da Entente em abril de 1918.

⁴⁰ Eugène Scheneider (1868-1942) foi um industrial e político francês, sendo por duas vezes deputado da assembleia nacional.

de centralismo possível na organização partidária.

Diferentemente de Michels, para Gramsci existe um regime de centralismo que se contrapõe ao centralismo orgânico. A primeira vez que o autor italiano realiza esta contraposição é em um texto A, presente no Q 9, intitulado “*Maquiavel. Centralismo orgânico e centralismo democrático*”, escrito entre julho e agosto de 1932. Este texto será reescrito e aparecerá no ponto 2 do Q 13, § 36, que tem como título geral “*Burocracia*”. Neste texto, Gramsci acrescenta alguns exemplos e desenvolve as diferenças sobre as quais é preciso se atentar no que se refere aos dois tipos de centralismo (orgânico e democrático). A preocupação do comunista italiano, nas duas notas citadas, é a do estudo das relações políticas e econômicas que se manifestam no centralismo orgânico e no democrático, através de uma série de campos: na vida estatal, nas relações interestatais, nos partidos e nas associações sindicais. O primeiro apontamento de Gramsci é sobre a “influência” de uma organização ou direção sobre outras e se esta influência é suficiente para o centralismo de um grupo sobre o outro. O exemplo emblemático foi o papel do SPD na II Internacional, partido que tinha a maior parte dos intelectuais e que era o principal partido da Internacional. Apesar da grande influência teórica e política, o SPD não centralizava a política dos partidos nacionais da II Internacional. Mas, para Gramsci, o vínculo que existia entre a política do SPD e os outros partidos nunca foi orgânico e por isso não era disciplinar, o que acarretava numa influência política desagregada e não numa centralização deste sobre os demais partidos da II Internacional (GRAMSCI, Q 13, § 36, p. 1633).

Em seguida, Gramsci distingue dois tipos de centralismos orgânicos: o primeiro se relaciona à ocultação do predomínio da parte sobre o todo (os partidos democráticos) e uma segunda forma que afirma este predomínio e o reforça (o partido fascista). Para Gramsci, o nome exato deste centralismo deveria ser o de “centralismo burocrático”, pois a centralização da atividade é feita para adequar os organismos à forma de organização que corresponda à manutenção da atual direção⁴¹. Esta forma pode ser identificada como a

⁴¹ A referência ao Papa e a Igreja Católica, na opinião de alguns analistas, é apenas uma aparência para a crítica ao centralismo praticado no partido bolchevique russo na época de Stálin. Isto é reforçado por dois elementos: o primeiro é que assim como o catolicismo se transformou numa espécie de culto do pontífice, o leninismo também se transformou, na ex-URSS, num culto ao líder. O segundo elemento é que a Igreja nunca reivindicou a sua organização como “centralismo orgânico”, mas o partido bolchevique foi o principal difusor

forma de reprodução da oligarquia nos partidos em Michels, pois este autor trata o centralismo apenas como tipo de dominação dos dirigentes sobre os dirigidos. Na verdade, para o autor ítalo-germânico, o centralismo “*que é uma idéia de poder, vem prestar assistência à forma de organização política concreta que o Estado reveste*” (MICHELIS, 2001, p. 216).

Diferentemente de Michels, Gramsci compreende que é possível outra forma de centralização nos partidos políticos. Ele ainda coloca que esta forma de centralização é a única que pode ser orgânica, pois é

um “centralismo” em movimento, por assim dizer, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências: ele é ‘orgânico’ porque leva em conta o movimento, que é o modo orgânico de revelação da realidade histórica, e não se enrijece mecanicamente na burocracia; e, ao mesmo tempo, leva em conta o que é relativamente estável e permanente ou que, pelo menos, move-se numa direção fácil de prever, etc. (GRAMSCI, Q 13, § 36, p. 1634).

Esta organicidade é dada porque o centralismo democrático é uma forma “elástica”, que pode adaptar-se a diversas situações. Esta adaptação é possível porque a concepção de mundo que se organiza de acordo com o centralismo democrático é aquela que consiste “*na pesquisa crítica do que é igual na aparente diversidade e, ao contrário, é diverso e até mesmo oposto na aparente uniformidade*” (Ibidem, p. 1635). O resultado desta pesquisa crítica não é “racionalista, dedutivo, abstrato” (método próprio dos intelectuais e acadêmicos, segundo Gramsci), mas prático, indutivo e experimental, já que ele requer a unidade orgânica entre teoria e prática, intelectuais e massas, governantes e governados, vida partidária e cotidiano das massas (Ibidem).

O centralismo democrático deve ser relacionado a dois temas tratados anteriormente. O primeiro é da relação entre centralização interna e política externa: por ser uma forma que tem como objetivo acompanhar o movimento e responder às necessidades do mesmo, não há uma contradição organizativa entre a centralização e a política. Ao contrário do centralismo burocrático que parte de uma “verdade infalível”, o centralismo democrático

do centralismo democrático. Por isso, a referência a “centralismo burocrático”, seria na verdade, uma referência a forma como o centralismo era aplicado no partido comunista russo.

faz parte de uma concepção do mundo que acompanha o movimento, através da inserção política dos militantes partidários nas classes subalternas, e possibilita alterar e/ou adequar a política da direção através da intervenção dos militantes de base na estrutura partidária. Desta forma, a concepção de Gramsci sobre o centralismo democrático inclui uma concepção partidária que pressupõe o debate político e a participação de todos os militantes partidários na formulação política. O comunista italiano acentuou esta questão quando discutiu a necessidade do consenso ativo e direto, ainda que este consenso “*provoque uma aparência de desagregação e de tumulto*” (Q 15, § 13, p. 1771).

O segundo tema relacionado ao centralismo democrático é a definição do partido. A definição do partido comunista depende da sua identificação com a classe, como vimos anteriormente. O centralismo democrático, por acompanhar o movimento da classe, é a única forma, para o comunista italiano, na qual a identificação entre partido e classe, na sociedade regulada, é possível de ser alcançada: somente sob a forma do centralismo democrático é que se pode elevar as classes subalternas à condição de dirigentes políticos.

Considerando os elementos presentes na organização partidária, a discussão sobre centralismo não diz respeito apenas às relações da direção do partido com a base. Como Gramsci afirmou, é mais fácil formar um exército a partir de capitães do que de soldados. Mas entre os capitães e soldados existe um grupo intermediário de homens que realizam a soldadura necessária entre a direção e a massa partidária. Este grupo cumpre um papel importante para Gramsci, já que é através dele que se torna possível atingir um equilíbrio que possa “*impedir os chefes de se desviarem nos momentos de crise radical e para elevar sempre mais a massa*” (Q 2, § 75, p. 237). Este grupo é constituído pelos quadros intermediários do partido.

Em relação aos quadros intermediários é preciso considerar duas afirmações de Gramsci: a) os quadros não unificam a base e a direção apenas através do contato “físico”, mas através do contato moral e intelectual ou ético-político (GRAMSCI, Q 14, § 70, p. 1734); b) é comum, na relação direção-base, certo descompasso no desenvolvimento das atividades políticas. Como correção deste descompasso, esteja o problema nos dirigentes ou nos dirigidos, o corpo intermediário é fundamental para remediar esta desigualdade temporal na política partidária.

Este estrato intermediário não foi levado em conta por Michels. A discussão sempre se deu entre dirigentes e dirigidos de forma direta: entre os quadros dirigentes não há nenhuma diferença estrutural⁴². Esta ampliação, no caso dos partidos políticos, entre dirigentes e dirigidos é própria da progressiva complexidade da atividade política: a ampliação dos aparelhos estatais gerou um conjunto de camadas intermediárias que realizam a unidade entre a direção e a base. Uma analogia pode ser feita, para além do partido, se pensarmos, por exemplo, numa fábrica: a direção da fábrica necessita de quadros intermediários (chefes de seção, por exemplo) para a aplicação de sua política. Este setor intermediário, na concepção do centralismo democrático de Gramsci, é um elemento fundamental para a elevação da classe à condição de dirigente.

A partir das três dimensões exploradas acima (o centralismo democrático, as relações de classe no aparelho partidário e os elementos constitutivos do partido) é possível avançarmos na compreensão do “novo príncipe”. Quando o comunista italiano discute os textos de Maquiavel, ele assinala:

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (Q 13, § 1, p. 1558).

Para Gramsci, o partido político é uma célula de desenvolvimento de uma vontade coletiva: é uma nomenclatura de classe, que desenvolve a própria classe, isto é, representa a classe porque luta pela elevação da classe à hegemonia⁴³. O partido é uma parte, que se definirá quando for o todo. A vontade coletiva, inerente ao desenvolvimento deste organismo, só pode ser desenvolvida a partir de um novo nexos entre sociedade civil e sociedade política.

⁴² Michels discutiu a questão dos dirigentes intermediários, principalmente no embate entre os novos dirigentes e os velhos dirigentes (MICHELS, 2001, p. 238-240). Mas Michels localiza ora os dirigentes intermediários na categoria de elite política, ora na de burocracia.

⁴³ Esta relação entre partido e classe não é automática: somente em determinadas condições os partidos representam a classe. É por isto que, nos períodos de crise orgânica, os partidos tradicionais não representam mais suas classes ou frações de classe (Q 13, § 23, p. 1602-1603). Nestas crises abre-se a possibilidade para soluções de forças e/ou carismáticas, tais como o fascismo italiano.

O “moderno príncipe” não é qualquer príncipe. Ele é novo porque é capaz de ser o “anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna.” (Q 13, § 1, p. 1560). Esta reforma intelectual e moral significa a realização de uma nova unidade enquanto classe dominante, isto é, a afirmação de um novo Estado e de uma nova forma econômica.

Em sua teoria, Michels insistiu em dizer que é contraditório o processo de crescimento do partido, pois de um lado há a necessidade de expandir para todas as classes sociais, enquanto de outro surge uma diferenciação de classe interna ao partido, através desta expansão (MICHELS, 1969, p. 136). A expansão da ação do partido a outras classes faz parte do processo de hegemonia: para se tornar Estado é preciso combater as classes inimigas e dirigir as classes aliadas (GRAMSCI, Q 1, § 44, p. 41) – atuar somente em uma classe social limitaria a ação do partido a uma política corporativista. Já a diferenciação interna é resolvida pelos elementos que discutimos acima, isto é, pelo tipo de relação estabelecida entre dirigentes, setores intermediários, setores dirigidos e a classe representada: se houver uma relação democrática entre eles, esta expansão não constitui uma diferença de classe.

No entanto, há um elemento importante na discussão sobre a expansão partidária, que tem a ver com a forma do recrutamento. Para Gramsci, o recrutamento só amplia a diferenciação de classe se for feito de forma trabalhista⁴⁴. Mas, se for feito sob a forma do centralismo democrático, não há a contradição expressa pelas tendências elaboradas por Michels. Isto fica explícito no seguinte parágrafo do comunista italiano:

Os partidos selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos prático e teórico, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagonica aos antigos modos de pensar. Por isso, pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias, isto é, o crisol da unificação de teoria e prática entendida como processo histórico real; e compreende-se, assim, como seja necessária que a sua formação se realize através da adesão individual e não ao modo “laborista”, já que – se se trata de dirigir organicamente “toda a massa economicamente ativa” – deve-se dirigi-la

⁴⁴ O recrutamento de forma trabalhista significa que para integrar o partido basta ser filiado a um sindicato, como acontece no Partido Trabalhista Inglês.

não segundo velhos esquemas, mas inovando; e esta inovação só pode tornar-se de massa, em seus primeiros estágios, por intermédio de uma elite na qual a concepção implícita na atividade humana já se tenha tornado, em certa medida, consciência atual coerente e sistemática e vontade precisa e decidida. (Q 11, § 12, p. 1387).

No final do parágrafo, Gramsci compara duas formas de recrutamento para o partido: a adesão individual e a laborista. Esta última significava que qualquer trabalhador ligado a um sindicato poderia ser considerado membro do partido, tal como é o partido trabalhista inglês. Já a fórmula defendida por Gramsci, a única capaz de dirigir as classes subalternas, era a de que os membros do partido deveriam aderir individualmente, através da coincidência entre sua concepção de mundo individual e o programa do partido. Para o comunista italiano, não adiantava estar ligado a um organismo, como o sindicato; é preciso estar na célula partidária que atua sobre os organismos econômicos e sindicais. Somente com uma militância por meio do partido é possível desenvolver as novas intelectualidades integrais e totalitárias, capazes de formar uma nova vontade coletiva. Esta militância orgânica é o elo fundamental para a ligação entre teoria e prática, concepção de mundo e luta de classes. O sentido da militância orgânica é justamente o de conseguir a unificação entre a vanguarda organizada e as classes subalternas.

Desta forma, a contradição que era apontada por Michels, em sua lei férrea da oligarquia, entre a formação da hegemonia nas massas e a diferenciação interna de classe, não aparece como uma “lei férrea” para Gramsci. A militância, no seio das classes subalternas, através da luta pela hegemonia e de um centralismo democrático que signifique a unificação entre intelectuais e povo é a forma que o comunista italiano propõe para que não haja diferenciação de classe na representação política.

Classe, história e partido

O segundo parágrafo na crítica de Gramsci a Michels está no Q 13, § 33 e foi escrito entre agosto de 1932 e março de 1934. Este é um texto C. No texto A, presente no Q 9, § 64 (escrito entre julho e agosto de 1932), a referência não é a Michels, mas a Maquiavel e à história das classes subalternas. É somente no texto C que Gramsci acrescenta a referência a Michels.

O questionamento central de Gramsci, nesta nota, é “*o que é a história de um partido?*” (Q 9, § 64, p. 1134; Q 13, § 33, p. 1629). O comunista italiano levanta diversas hipóteses sobre a história do partido: história da elite dirigente, história da vida interna, biografia das lideranças. Mas a resposta a esta pergunta só aparece quando o autor italiano relaciona a história do partido com a história do grupo social à qual o partido está ligado e, neste sentido, “*é expressão e a parte mais avançada*”:

a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Somente do quadro global de todo o conjunto social e estatal (e, freqüentemente, também com interferências internacionais) é que resultará a história de um determinado partido; por isso, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico. (GRAMSCI, Q 13, § 33, p. 1630).

Mas o modo de escrever a história de um partido é, ao mesmo tempo, uma concepção sobre o que é o partido. E é justamente este o erro de Michels que o comunista italiano critica. Para Gramsci, o teórico elitista concebe a história dos partidos de forma simplificada, não como parte da história de uma classe (Ibidem, p. 1629). O crítico italiano acrescenta que o historiador, ao contrário do sectário, “*acentuará sobretudo a eficiência real do partido, sua força determinante, positiva e negativa, sua capacidade de contribuir para a criação de um acontecimento e também para impedir que outros acontecimentos se verificassem.*” (Ibidem, p. 1630).

Esta identificação entre “o modo de escrever a história de um partido” e o “conceito de partido político”, nos permite estabelecer analogias entre esta nota sobre o conceito de partido político e as notas sobre o papel do partido na história das classes subalternas.

O caderno 25, escrito inteiramente em 1934, reúne ao todo oito notas reescritas do caderno 1 (duas notas) e do 3 (seis notas)⁴⁵. Dentre estas, três são de particular interesse para a teoria dos partidos em Gramsci. A primeira se relaciona aos *critérios metodológicos* para a história das classes subalternas. Para Gramsci, a história das classes subalternas é necessariamente desagregada e episódica. A tendência à unificação é “*continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes*”, mesmo quando se “*rebelam e insurgem*”;

⁴⁵ O primeiro parágrafo é uma reescrita de dois textos A, um do caderno 1 e outro do caderno 9.

somente a vitória “permanente”⁴⁶ poderia romper esta desagregação (GRAMSCI, Q 25, § 2, p. 2283)⁴⁷. É devido a esta situação que, para o historiador, toda atividade “autônoma” dos grupos subalternos tem um “valor inestimável” (Ibidem, p. 2284). Logo na continuação, Gramsci insistiu no fato de que a história dos grupos subalternos só pode ser escrita enquanto monografia, já que é a história de um aspecto do processo de desenvolvimento da classe social.

Em outra nota, sobre “*critérios de método*”, Gramsci desenvolve um esquema hipotético de estudo para a história das classes subalternas. Para isso, parte da afirmação de que a “*unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado*” (GRAMSCI, Q 25, § 5, p. 2287-2288). E o comunista italiano destaca o caráter desta unidade: ela não é “*puramente jurídica e política*”, mas “*o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e ‘sociedade civil’*” (Ibidem, p. 2288). A história das classes subalternas é desagregada e episódica, porque as classes subalternas constroem a sua história na sociedade civil. O rompimento desta fragmentação das classes subalternas só é possível através da unificação destas no Estado. Esta unificação significa o estabelecimento de relações orgânicas entre a sociedade civil e a sociedade política. As relações orgânicas entre ambas são justamente a hegemonia de um grupo social através dos organismos e instituições civis e políticas e são também a sua unidade enquanto classe dominante. A partir destas relações orgânicas, é que Gramsci formulou seis pontos para o estudo das classes subalternas: 1) deve-se partir da formação do grupo social subalterno a partir da estrutura de produção econômica, da sua difusão quantitativa e sua origem nos grupos sociais pré-existentes; 2) é preciso analisar a adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes e às tentativas de impor reivindicações próprias dos grupos subalternos; 3) é necessário verificar o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes que procuram manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos; 4) deve-se determinar as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações restritas e parciais; 5) é

⁴⁶ As aspas na palavra permanente são do próprio Gramsci. O comunista italiano acentua a relatividade desta permanência. Isto ocorre porque mesmo quando os grupos subalternos são vitoriosos, eles devem estar sempre em “estado de alerta”.

⁴⁷ Este é um texto C. O texto A está em Q 3, § 14, p. 299-300. A diferença essencial entre um e outro é que o texto A se apresenta como uma nota para “história das classes dominantes e das classes subalternas”, enquanto a segunda já são os critérios metodológicos para a história das classes subalternas (que contém também indicações para a história das classes dominantes).

preciso analisar as novas formações que afirmam a autonomia dos subalternos, mas nos quadros da formação política dominante; 6) é necessário a análise, nas lutas dos subalternos, das formações que afirmam a autonomia integral dos grupos subalternos (Ibidem). Para o comunista italiano, estas fases são apenas hipóteses de desenvolvimento, e combinações ou fases intermediárias podem ser descobertas na análise histórica.

Estes pontos de indicação são muito próximos aos momentos das “relações de forças” que Gramsci analisou em outra nota, escrita entre maio de 1932 e os primeiros meses de 1934. Neste parágrafo, o comunista italiano concebe as relações de força através de basicamente três graus: 1) relação objetiva de determinação numérica no campo da estrutura econômica; 2) análise das forças políticas dos grupos sociais através dos graus de consciência política que atingiram: a) econômico-corporativo: solidariedade entre profissionais de uma mesma área (bancário com bancário, professor com professor, empresário com empresário...); b) solidariedade dos interesses do grupo social: identificação de classe (trabalhadores com trabalhadores, camponeses com camponeses...), articulada em torno de reivindicações econômicas e sindicais que não ultrapassam o quadro da ordem existente (salários, condições de trabalho, mudanças legislativas, entre outras); c) a consciência de que os interesses de classe devem ultrapassar o grupo social e se tornar interesses de outros grupos sociais aliados: esta é a forma de luta dos partidos, que tende a compatibilizar o interesse do grupo social que representa com o interesse de outros grupos, de forma a possibilitar a conquista da hegemonia na sociedade; 3) relação de forças militares em sentido técnico (capacidade bélica) e político (capacidade de manter desagregado o antagonista através da força) (GRAMSCI, Q 13, § 17, p. 1583-1584).

A congruência entre os dois parágrafos nos parece evidente, ainda que o primeiro tenha foco na metodologia da história e o segundo na metodologia da análise política. Para analisar a história é necessário analisar a relação de forças reais que se desenvolveu em cada processo, da mesma forma que na política. Neste sentido, as considerações de Gramsci sobre o papel da formação política dominante são importantes para entender que grau de relações de força existiu em cada momento histórico: a análise de situações é entendida como uma inter-relação entre os diversos grupos sociais e seus partidos – o desenrolar destas relações na história é que determina o processo. Neste processo, que tem a

intervenção humana como fundamental, os teóricos só podem prever a luta, mas não os elementos concretos de cada luta (GRAMSCI, Q 11, § 15, p. 1402).

Esta unidade entre a análise política e a análise histórica só pode ser feita porque, para o comunista italiano, existe uma ligação entre história e política: “*História e política estão estreitamente unidas, são, aliás, a mesma coisa; entretanto, deve-se distinguir a avaliação dos fatos históricos e dos fatos e atos políticos.*” (GRAMSCI, Q 3, § 33, p. 310). A distinção se dá porque é mais fácil cometer erros na apreciação dos fatos correntes, do que nos passados. É por isso que o conhecimento político não pode ser “livresco”, mas “vivo”, de conexão com a realidade, isto é, o intelectual não pode ser tradicional (conhecer mas não sentir), mas orgânico (conhecer e sentir) (Ibidem, p. 310-311).

Na continuação do Caderno 25, Gramsci insistiu no papel do partido para os subalternos. A primeira consideração feita por ele é sobre a relação entre o partido dos subalternos com a classe dominante e com os grupos subalternos. Em relação à classe dominante, Gramsci reafirma o “espírito de cisão” de Sorel: o projeto de autonomia integral dos subalternos é um programa de cisão (independência de classe) completa em relação aos dominantes, mas esta somente é possível quando a vitória for permanente, isto é, quando a autonomia for integral através da conquista do poder e do estabelecimento de relações orgânicas entre sociedade política e civil sob a dominação dos subalternos. Para chegar a isto, é necessário analisar em cada fase particular o papel que as classes dominantes exerceram no comportamento e nas atividades dos grupos e partidos dos subalternos. Na relação entre os subalternos e seus partidos, o comunista italiano deixa claro que um grupo exercerá ou tenderá a exercer “*certa hegemonia através de um partido, e é preciso estabelecer isto, estudando também o desenvolvimento de todos os outros partidos, por incluírem elementos do grupo hegemônico ou dos outros grupos subalternos que sofrem tal hegemonia.*” (Ibidem, p. 2228-2229).

Como analisamos no parágrafo anterior (Q 25, § 2), o que tem “valor inestimável” na história das classes subalternas são justamente aqueles momentos em que se desenvolvem a “autonomia”. Para compreender estes momentos, é necessário analisar esta autonomia em relação “*aos inimigos a abater e a adesão dos grupos que ajudaram ativa ou passivamente*” (Ibidem, p. 2289) na formação dos organismos, inclusive do partido.

Uma consideração metodológica importante é a da “dupla perspectiva”: as organizações de classe não podem ser analisadas somente em relação ao seu grupo social, fora das relações de força que envolvem toda a sociedade. Para Gramsci, é necessário analisar o partido político através da influência das classes dominantes e da influência das outras classes subalternas no desenvolvimento do partido, tanto no comportamento, quanto na atividade política. É preciso levar em conta, na análise, as pressões objetivas que o partido sofre na sua atuação cotidiana.

A dupla perspectiva foi considerada por Gramsci como critério de análise a partir da metáfora do “centauro de Maquiavel” (GRAMSCI, Q 8, § 86, p. 991; Q 13, § 14, p. 1576). A dupla perspectiva pode ser vista através das relações entre força e hegemonia, dominação e direção, estratégia e tática, agitação e propaganda, política e economia, dentre outras. A insistência de Gramsci é que a dupla perspectiva na análise não deve ser compreendida de forma temporal (imediate e mediato), mas através de uma unidade complexa de desenvolvimento desigual e combinado entre as partes (Ibidem): a alteração entre o texto A (Q 8, § 86) e o texto C (Q 13, § 14) reside justamente na insistência do caráter dialético de interpenetração entre as partes e não da temporalidade diferente das partes em suas relações.

Voltando ao caderno 25, é justamente nestas notas que a história do partido como “monografia da história de uma classe” adquiriu um sentido mais claro. A história dos partidos é uma parte essencial da história do desenvolvimento de uma classe subalterna. O partido é, na verdade, um instrumento necessário para a passagem da classe subalterna para a hegemônica. O partido é um elemento de autonomia parcial, é parte do desenvolvimento que busca a autonomia integral, que só pode ser conquistada através da conquista do Estado em sentido amplo.

Para a análise do partido político, enquanto elemento de autonomia parcial, Gramsci insistiu em duas considerações importantes. Uma primeira é a do parágrafo escrito entre junho e julho de 1930, que colocou elementos para se pensar as organizações políticas:

Três elementos: doutrina, composição ‘física’ da organização de um determinado pessoal historicamente determinado, *movimento real histórico*. O primeiro e o segundo elementos caem sob o controle da vontade associada e deliberante. O terceiro elemento reage continuamente sobre os outros dois e determina a luta

incessante, teórica e prática, para elevar o organismo a níveis de consciência coletiva cada vez mais altos e refinados. (Q 3, § 56, p. 337).

Os pólos de relações para Gramsci, na análise do partido, se dão entre, de um lado o elemento “voluntário” (doutrina e composição física) e de outro o movimento real histórico. É o movimento real da classe, a qual o partido representa, que determina a luta incessante para a formação da consciência coletiva. Neste movimento o partido é parte ativa da classe e determinado pela ação da classe. É importante notar que o movimento da classe determina uma luta e não o resultado concreto desta luta, o que implica dizer que a situação de mobilização favorável ou desfavorável à classe apenas auxilia as tendências à luta do partido, não a resolve.

O outro parágrafo se relaciona propriamente à questão da relação entre partido e classe. Enquanto para Michels esta relação de representação era impossível, já que no partido convivem duas classes diferentes e o interesse de uma delas será predominante, para Gramsci, pode-se dizer que o partido é uma *nomenclatura* de uma classe. Porém, a relação entre partido e classe não é uma relação mecânica (partido = classe), mas uma relação de influência de um sobre o outro (GRAMSCI, Q 3, § 119, p. 387), como vimos acima. Uma prova desta compreensão é a afirmação de Gramsci de que os partidos nem sempre

sabem adaptar-se às novas tarefas e às novas épocas, nem sempre sabem desenvolver-se de acordo com o desenvolvimento do conjunto das relações de força (e, portanto, a posição relativa de suas classes) no país em questão ou no campo internacional. Quando se analisam estes desenvolvimentos dos partidos, é necessário distinguir: o grupo social, a massa partidária, a burocracia e o Estado-Maior do partido. A burocracia é a força consuetudinária e conservadora mais perigosa; se ela chega a se constituir como um corpo solidário, voltado para si mesmo e independente da massa, o partido termina por se tornar anacrônico e, nos momentos de crise aguda, é esvaziado de seu conteúdo social e resta como que solto no ar. (GRAMSCI, Q 13, § 23, p. 1604)

Em relação à estrutura partidária discutida anteriormente, surge um grupo novo: a burocracia. E sobre ela, Gramsci dá uma importância mais ampla: a burocracia é identificada com os funcionários do aparelho. Mas estes funcionários exercem funções organizativas e, por isso, são também intelectuais. Mas este é um problema que deixaremos para abordar no próximo capítulo.

Liderança carismática e a fase econômico-corporativa

Como vimos no primeiro capítulo, a separação entre representantes e representados é resolvida por Michels na defesa de uma liderança carismática, que consiga colocar em movimento toda a nação. Para Gramsci, esta liderança carismática é apenas um momento do desenvolvimento dos partidos políticos e este momento é o de

“anarquia permanente” devido ao equilíbrio estático das forças em luta, um homem representa a “ordem”, isto é, a ruptura por meios excepcionais do equilíbrio mortal, e em torno dele se agrupam os “amendrotandos”, as “ovelhas hidrófobas” da pequena-burguesia: mas há sempre um programa, mesmo que genérico, e genérico porque tende apenas a readaptar a cobertura política exterior a um conteúdo social que não atravessa uma verdadeira crise constitucional, mas só uma crise provocada pelo número excessivo de descontentes, difíceis de serem controlados em virtude de sua quantidade e da simultânea, mas mecanicamente simultânea, manifestação de descontentamento em toda a área da nação (Q 2, § 75, p. 234).

Esta crítica surge na discussão sobre a tipologia partidária. O que Gramsci procurou destacar na crítica à tipologia dos partidos michelsiana é a relação entre o partido carismático e o programa político, a qual, para o comunista italiano, é desprezada pelo sociólogo. Esta crítica fica evidente no ponto de exclamação acrescentado por Gramsci quando transcreve a frase de Michels: “*O partido político como tal tem sua própria alma (!), independente de seus programas e regulamentos e dos princípios eternos de que está impregnado*” (GRAMSCI, Q 2, § 75, p. 235-236; MICHELS, 1969, p. 131-132). O problema central é que Michels excluiu da “alma” do partido a concepção de mundo que o sustenta: a classificação de partido carismático é feita sobre a análise da figura do Duce e não do programa que este partido representa (MALANDRINO, 2010, p. 10). Este é o significado da crítica de Gramsci: não existe partido sem programa, ainda que este programa seja feito com uma “*cobertura política exterior a um conteúdo social*” – esta referência de Gramsci é exatamente ao fascismo.

Em sua crítica ao conceito de “partido carismático”, o comunista italiano desenvolveu também a crítica à concepção de “carisma” michelsiana:

o chamado “carisma”, no sentido de Michels, coincide com uma fase primitiva dos partidos de massa, com a fase em que a doutrina se apresenta às massas como algo nebuloso e incoerente, que necessita de um papa infalível para ser interpretada e adaptada às circunstâncias; quanto mais se verifica esse fenômeno,

mais o partido nasce e se forma não com base numa concepção do mundo unitária e rica de desenvolvimentos, porque expressão de uma classe historicamente essencial e progressista, mas com base em ideologias incoerentes e confusas, que se nutrem de sentimentos e emoções que ainda não alcançaram o ponto terminal de dissolução, porque as classes, ou a classe, das quais é expressão, embora se dissolvendo, historicamente, ainda têm certa base e se apegam às glórias do passado para utilizá-las como escudo contra o futuro. (Q 2, § 75, p. 233).

Para entendermos esta fase primitiva dos partidos políticos, é preciso entender a localização do carisma na teoria gramsciana. Em sua obra carcerária, o tema da liderança carismática foi retomado por sete vezes⁴⁸.

Num texto escrito entre novembro e dezembro de 1930, discutindo a relação entre o “homem-indivíduo” e o “homem-massa”, Gramsci comentou o problema das lideranças carismáticas. Neste parágrafo, o interesse do comunista italiano era a discussão sobre o novo homem coletivo. Para ele, a existência de um homem coletivo, que seja superior às multidões ocasionais, só é possível a partir do capitalismo: é o surgimento das grandes fábricas, a taylorização, a racionalização que criou as condições para um novo homem coletivo (Q 7, § 12, p. 862). Mas isto não quer dizer que não existiram homens coletivos no passado:

Existia sob a forma da direção carismática, para citar Michels: isto é, obtinha-se uma vontade coletiva sob o impulso e a sugestão imediata de um “herói”, de um homem representativo; mas esta vontade coletiva era devida a fatores extrínsecos, compondo-se e decompondo-se continuamente. (Ibidem)

A vontade coletiva anterior ao sistema capitalista, para Gramsci, se deu, principalmente, sob a forma da liderança carismática: este foi o sentido de “atraso” que o comunista italiano atribuiu à direção carismática. O carisma como forma agregadora da vontade coletiva nos Estados pré-capitalistas decorria do fato de não existirem organismos permanentes, como os partidos políticos, nestes Estados. Os grupos políticos que formavam a vontade coletiva agregavam-se e decompunham-se de forma contínua (COUTINHO, 2009, p. 902). Com a formação do Estado capitalista e a existência de partidos políticos, a vontade coletiva se formava com base em organismos coletivos e não mais no “indivíduo-príncipe” (GRAMSCI, Q 13, § 1, p. 1558).

⁴⁸ Os textos são os seguintes: Q 2, § 75 (texto B); Q 6, § 97 (B); Q 7, § 12 (B); Q 10, § 41 (C); Q 11, § 25 (C) e § 26 (C); Q 13, § 23 (C). Em todos os textos C, o conceito de carisma foi incluído na redação do novo parágrafo.

Em outro parágrafo escrito entre março e agosto de 1931, Gramsci discute a relação entre política e ambição. Para o comunista italiano não existe política sem ambição, isto é, sem que exista um projeto ligado à ação política imediata. A forma negativa de conceber a ambição se relaciona ao fato de confundirem “grandes ambições” com “pequenas ambições” e também do oportunismo que é gerado por estas formas de se fazer política. Gramsci identifica a *pequena ambição* com interesses particulares, enquanto a *grande ambição* é inseparável do interesse coletivo.

A grande ambição, além de necessária para a luta, não é nem mesmo desprezível moralmente, de modo algum: tudo consiste em ver se o “ambicioso” se eleva depois de fazer o deserto em torno de si ou se sua ascensão está conscientemente condicionada pela ascensão de todo um estrato social e se o ambicioso vê exatamente sua própria ascensão como elemento de ascensão geral. (Q 6, § 97, p. 771)

Para Gramsci, a diferença fundamental entre os dirigentes que têm pequena ambição e aqueles que têm grandes ambições é a forma na qual se estabelece a relação entre dirigentes e dirigidos, forma da relação que discutimos anteriormente. Enquanto os grandes dirigentes, *ambiciosos*, procuravam criar uma camada intermediária em torno de si, permitindo não só a sua substituição, mas também uma elevação da massa dos simples, o líder carismático é um demagogo que cria

o deserto em torno de si, sistematicamente esmaga e elimina os possíveis concorrentes, quer entrar em relação direta com as massas (plebiscito, etc., grande oratória, golpes de cena, aparato coreográfico fantasmagórico: trata-se daquilo que Michels chamou “líder carismático”). (Idem, p. 772).

Ainda há dois textos C, no caderno 11, nos quais Gramsci critica Michels e aponta para a metodologia do autor ítalo-germânico. No primeiro parágrafo, o comunista italiano está criticando a redução da filosofia da práxis a uma sociologia realizada na obra de Nikolai Bukharin. Para Gramsci, a política não pode ser entendida de modo fatalista, por meio de leis estatísticas ou naturais, mas através de uma *filologia viva*, isto é, a compreensão da ação das classes sociais não pode ser derivada de uma standardização mecânica e casual, mas através da “co-participação ativa e consciente”, da “compassionalidade” entre os intelectuais e as massas. Os partidos são justamente os organismos coletivos que, por aderirem à vida das massas, podem aplicar esta “filologia viva”, podendo elaborar a vontade política a partir da experiência e dos sentimentos imediatos das classes

as quais representam. Se a vontade coletiva, necessária para a realização de projetos nacionais, só pode ser derivada desta confluência entre a ação do partido e a vida das massas, a predominância do líder carismático no partido não é representativa para a análise da formação de uma vontade nacional-popular, já que este não adere à vida das massas. Para esta análise, é preciso investigar as relações entre as massas, o partido e o grupo dirigente (Q 11, § 25, p. 1429-1430).

No segundo parágrafo, Gramsci continua a criticar o empreendimento de Bukharin. No final do texto, Gramsci acrescenta uma nota, parecida a um texto de rodapé. Neste, discute que as “leis sociológicas” são quase sempre “tautologias e paralogismos” e “*não passam de uma duplicação do próprio fato observado*” (Q 11, § 26, p. 1433). E acrescenta: “*Nos tratados de Michels, pode-se encontrar todo um registro de tais generalizações tautológicas: a última, e mais famosa, é a de ‘chefe carismático’*” (Idem, p. 1433-1434). Isto quer dizer que a categoria de chefe carismático, na concepção de Michels, para o comunista italiano, não representa nada mais do que uma generalização do fato observado e uma forma de compreensão idealista, platônica. Aqui é preciso compreender a fundo a crítica de Gramsci: o conjunto da análise de Michels não é ciência, mas duplicação mental de uma realidade através da generalização de conceitos. E a forma como o autor ítalo-germânico utiliza este conceito não é a compreensão da filologia viva, das relações entre as partes na constituição do todo, mas a concepção positivista, que “encaixa” a realidade sob as leis extraídas da análise empírica.

Nesse sentido, a crítica de Gramsci à categoria de chefe carismático não recusa a inexistência destas personalidades na história, mas a insuficiência da explicação da história do capitalismo a partir desta categoria. É possível compreender o chefe carismático como o principal elemento para a formação da vontade coletivo em algumas situações históricas específicas, como as sociedades pré-capitalistas. Mas para o capitalismo contemporâneo, este tipo de líder carismático não representa nada mais do que uma forma de representação política em dissolução. Isto porque, nas sociedades capitalistas modernas, a relação direta entre chefe e massas, sem um corpo intermediário capaz de assegurar a hegemonia de determinada elite política, é cada vez mais rara.

A gênese dos líderes carismáticos é muito próxima da origem descrita, por Gramsci, das lideranças bonapartistas ou cesaristas. Para os líderes carismáticos, a situação é de “*anarquia permanente*’ devido ao equilíbrio estático das forças em luta” (Q 2, § 75, p. 234); para os bonapartistas, a de um equilíbrio catastrófico entre as forças em luta (Q 13, § 27, p. 1619-1622). O bonapartismo, enquanto fenômeno de liderança, também foi tratado por Michels (2001, p. 252-259) e parece ser uma antecipação do paradoxo da sua terceira fase, isto é, o bonapartismo é a resolução (supressão) dos dilemas da representação dos regimes democráticos.

Esta analogia é importante, pois esclarece a relação entre liderança carismática e a fase primitiva da organização. Para Gramsci, este tipo de liderança tende a prevalecer em momentos em que a sociedade civil (partidos, sindicatos, igrejas, escolas) está desagregada, em crise. Em épocas normais, com o desenvolvimento da sociedade civil, estas lideranças carismáticas só sobrevivem por meio de uma política policialesca (Q 13, § 27, p. 1620): o bonapartismo serve não para a repressão direta da força inimiga, mas para adequar a força antagônica à legalidade. O papel do partido fascista não foi este, o de adequar a força antagônica à legalidade, mas o de construção de uma nova legalidade para a manutenção da ordem capitalista, devido à crise orgânica pela qual passava a sociedade italiana. Por isto, foi necessário aos fascistas o recurso à ilegalidade.

Se partirmos dos conceitos que Gramsci utiliza para a forma da luta dos partidos (econômico-corporativo, econômico e político), poderíamos dizer que, para o comunista italiano, a liderança carismática só é possível na fase econômico-corporativa de um partido político ou de um Estado político. Desta forma, o predomínio do fator “carisma” no desenvolvimento de uma classe só é possível quando esta ainda não estabeleceu um regime hegemônico, num processo no qual a classe não dirige as classes aliadas e nem domina as classes inimigas. Michels, ao enquadrar o partido fascista como partido carismático, deixou de lado o estabelecimento das estruturas partidárias que permitiram a estabilização do regime e a formação de uma hegemonia na Itália pós-1926.

Apesar de Gramsci não teorizar diretamente sobre isso, é possível afirmar que a passagem dos fascistas de movimento para partido, em 1921, é o momento da superação da primeira fase econômico-corporativa (defesa da legalidade através da violência), para a fase

da construção da hegemonia fascista: o partido fascista não abandonou as práticas anteriores, mas começou a trilhar o caminho para a conquista da sociedade política e, para isto, teve que buscar o consenso através das instituições do Estado político. Este consenso, como bem teorizou Gramsci, era passivo e se baseava em mitos e rituais (ideologia nebulosa e confusa) (GENTILE, 2005, p. 175). Mas esta hegemonia fascista só se consolida enquanto vontade nacional-popular, após a derrota da oposição a partir de 1926⁴⁹.

Uma diferença entre Gramsci e Michels, na consideração teórica sobre o fascismo, está no tipo de consentimento que cada um estabeleceu entre a relação do regime, do partido e das massas. A teoria de Michels excluiu uma diferenciação que é essencial na análise gramsciana: a possibilidade de que uma força política hegemônica conforme sua hegemonia de forma passiva ou ativa (Q 15, § 13, p. 1771). Mesmo que considere o fascismo como realização da vontade geral e, neste sentido, democrático, Michels afirmou que este consentimento expressava-se através do silêncio e da aclamação e não através da participação política dos dirigidos. Para Gramsci, a hegemonia fascista está baseada nesta passividade das massas, na negação da participação política das mesmas enquanto sujeitos ativos. Por isso, não conforma uma vontade nacional-popular. Para o comunista italiano, o fascismo, enquanto revolução passiva, não pode ser um movimento progressivo de concretização histórica de uma revolução social (reforma econômica + reforma intelectual e moral), mas apenas uma reação à crise orgânica que passava a Itália. Reação esta que, apesar das mudanças econômicas e políticas, não conseguiu, na opinião de Gramsci, superar a miséria e o atraso da formação nacional italiana (GAGLIARDI, 2010, p. 249).

⁴⁹ Alguns autores, como Pombeni e De Felice, identificam este momento através da transformação que sofre, no interior das instituições estatais, o partido fascista: mesmo perdendo a função de elaboração dos projetos políticos, o partido assume o papel do principal organizador do consenso social e de mediação extra-institucional do Estado (GENTILE, 2005, p. 159).

3. Elite, intelectuais e burocracia

Gramsci e Michels se apropriaram de modos diferentes da categoria de elite: não somente o que esta categoria representa na teoria de cada autor ou o significado em si da mesma, mas o lugar desta nas concepções de mundo dos autores.

Para os teóricos elitistas, a formulação da categoria de elite se insere na perspectiva da impossibilidade da realização da democracia; ela é um correlato da não possibilidade da maioria ou de todos governarem. Esta negação é a base da explicação para a teoria das elites. Em Michels, esta negação da soberania popular se dá através da crítica à teoria democrática de Rousseau e ao anarquismo, de um lado, e da análise histórica dos partidos socialdemocratas, de outro.

O conceito de elite em Gramsci está inserido numa problemática diversa: não é a possibilidade ou impossibilidade da democracia que o comunista italiano discute ao elaborar a sua filosofia. O conceito de elite é recuperado através de uma analogia com os intelectuais, enquanto funcionários da superestrutura, em relação orgânica com as classes dominantes.

O problema do governo da maioria para Gramsci não é um problema do aperfeiçoamento do Estado capitalista, ou da sua democratização, mas da possibilidade de construção da sociedade regulada, isto é, da revolução social. A implementação de regimes de exceção (fascismo e bonapartismo), para utilizar a terminologia de Poulantzas (1972, p. 7-8), nos Estados modernos, foi a determinação empírica para a crítica elitista de Michels à democracia. Estes regimes eram para Gramsci parte do processo de resolução da crise da hegemonia burguesa no pós-guerra. Para o comunista italiano, a resolução desta crise passava por um processo de revolução passiva ou de “revolução sem revolução”, que modernizaria e atualizaria os Estados europeus que tinham uma base frágil para um regime democrático (FILIPPINI, 2008, p. 234).

A impossibilidade da democracia enquanto governo da maioria é também uma questão teórica para Max Weber. Como nos aponta Tuccari (1993), a impossibilidade de que a maioria governe se combina, para o teórico alemão, com a tendência à racionalização/burocratização das sociedades modernas. Esta combinação significa o

afastamento cada vez maior entre as organizações políticas (Estado e partidos políticos) e o conjunto da população. Para Weber, a profissionalização da política e o desenvolvimento do aparelho burocrático estatal são formas de consolidação de práticas antidemocráticas no Estado e influem no partido e na sociedade civil. A influência deste processo de modernização é tão forte para Weber, que o autor compara o Estado moderno a uma “empresa” (WEBER, 1974, p. 23). Este processo foi identificado por Gramsci, como de complexidade progressiva das atividades políticas: o aumento da profissionalização dos agentes da política levou a uma separação cada vez maior entre dirigentes e dirigidos, estabelecendo uma prática cada vez mais burocrática (GRAMSCI, Q 2, § 75, p. 236). Esta prática burocrática é também cada vez mais especializada e necessita de um corpo técnico cada vez maior (GRAMSCI, Q 12, § 1, p. 1532). É devido a esta complexidade progressiva da atividade política que o problema das elites (e dos intelectuais) não pode ser separado do problema da burocracia. De acordo com o comunista italiano, a burocracia é composta pelos funcionários técnico-organizativos das atividades políticas nos organismos estatais e na sociedade civil.

Neste capítulo tentaremos abordar todos estes elementos de formulação analisando problemas comuns a Michels, Gramsci e Weber. Na primeira parte, trataremos da crítica de Bukharin a Michels e como esta crítica dá elementos para o aprofundamento de Gramsci na questão dos intelectuais. A partir desta relação Bukharin/Gramsci, retomaremos o problema dos organizadores e intelectuais. E, depois, analisaremos a relação entre elite, classe política e classe dominante em Gramsci e Michels.

Bukharin crítico de Michels

A obra principal de Michels, *Sociologia dos partidos políticos*, é uma tentativa de compatibilizar a teoria das elites (que tem como premissa a perpetuação de elites ao longo da história) com o materialismo histórico, entendido como doutrina da luta de classes. O próprio Michels afirmou que sua obra não era uma tentativa de sistematização das principais leis que agem sobre os partidos políticos, mas uma tentativa de conseguir compreender as tendências que procuram impedir a democracia. E para isto, os partidos

socialistas constituiriam um objeto privilegiado, já que eles tentam ser os principais meios em defesa do “governo da maioria”. Esta caracterização da obra é reforçada por Tuccari (1993, p. 243).

A doutrina das “classes políticas” não é contestável pelo marxismo. Porque ela é simplesmente a resultante, não no sentido quantitativo, mas sim em sentido qualitativo, das relações de força que em cada momento procuram encontrar expressão no seio da sociedade. (MICHELS, 2001, p. 418)

Como o desenvolvimento da sociedade só é possível através da luta e para o combate é necessária a atuação de direções, a teoria das elites é justamente a explicação deste momento *necessário e imprescindível* da luta de classes. Nesta tentativa de combinação entre teoria das elites e marxismo, a superação das condições de luta de um momento significa, para Michels, a criação de condições para novas lutas, ou seja, a constituição de novas oligarquias (Ibidem). Segundo Michels, toda classe que se desenvolve e toma o poder por meio da sua direção, necessariamente passa por um processo de separação entre uma camada dirigente e uma camada dirigida. Esta camada dirigente representa uma nova elite, que uma vez no poder, terá que conservar a sua própria posição social. Como vimos anteriormente, a história da socialdemocracia comprovaria esta tese.

A partir desta compreensão do processo histórico da luta de classes é que Michels pôde afirmar que “*os socialistas podem de facto triunfar, mas não o socialismo*” (Ibidem, p. 419) – esta afirmação serve também para os democratas em relação à democracia, segundo o autor ítalo-germânico. Desta forma, a compatibilidade entre teoria das elites e materialismo histórico anularia uma parte expressiva da teoria de Marx: a possibilidade de implementação do socialismo e da superação das classes sociais⁵⁰.

Durante o início do século, no partido social-democrata alemão, estourou uma crise que ficou conhecida como *Bernstein Debatte*. A crise iniciou-se a partir da publicação de artigos de Eduard Bernstein, importante dirigente do partido. Os artigos foram publicados entre 1897-1898, mas a polêmica se estendeu durante algum tempo e envolveu outros dirigentes do partido, como Lenin e Kautsky (FETSCHER, 1989). Bernstein, retomando

⁵⁰ Em contraposição a esta possibilidade de combinação, Lenin escreveu: “Só é marxista aquele que *alarga* o reconhecimento da luta de classes até ao reconhecimento da *ditadura do proletariado*. Nisto consiste a diferença mais profunda entre o marxista e o vulgar pequeno (e também grande) burguês” (1978, p. 244-245. Grifo do autor)

parte da polêmica, escreveu que “o movimento significa tudo para mim e que aquilo que *usualmente* se chama ‘objetivo final do socialismo’ nada representa” (BERNSTEIN, 1997, p. 27. Grifos do autor). A alternativa colocada pelo social-democrata era de que a luta pelo poder e a expropriação dos burgueses eram apenas meios para certos fins. Mas para conquistar o poder, era preciso ter direitos políticos e, por isso, a necessidade da socialdemocracia não era a tomada imediata do poder, mas a luta pela realização dos direitos (Ibidem).

Contraopondo-se a estas ideias, Rosa Luxemburg foi enfática para determinar a questão do revisionismo de Bernstein:

o objetivo final é precisamente o único concreto que estabelece diferenças entre o movimento social-democrata, por um lado, e a democracia burguesa e o radicalismo burguês, por outro; e como ele é o que faz que todo o movimento operário, de uma cômoda tarefa de remendo encaminhada à salvação da ordem capitalista, se converta numa luta de classes contra esta ordem, buscando a anulação da mesma, temos pois que este dilema de “reforma ou revolução” é, ao mesmo tempo, para a socialdemocracia, o de “ser ou não ser” (LUXEMBURG, 1978, p. 27. Tradução nossa)

A operação que Michels realiza com a tentativa de compatibilizar o materialismo histórico com a teoria das elites tem o mesmo significado, pois é a finalidade do socialismo que é colocada questão. A teoria de Michels é justamente uma tentativa de revisar os postulados básicos do marxismo, aceitando algumas considerações acessórias da teoria, mas descartando os elementos fundamentais do materialismo histórico.

Foi com base na defesa do socialismo e da possibilidade de superação das classes sociais (postulada como base do marxismo) que Bukharin elaborou sua crítica a Michels. Em sua obra sobre o materialismo histórico, tão criticada por Gramsci no cárcere⁵¹, Bukharin polemizou com Michels a partir da questão da possibilidade de triunfo do socialismo. Esta polêmica pode ser resumida em cinco proposições e nos traz uma contribuição importante para entender a crítica dos marxistas a Michels.

A primeira proposição é sobre a relação entre classe, partido e chefes. Para Bukharin é necessário considerar uma classe a partir da “*circunstância comum na produção, por conseguinte, por uma circunstância comum na repartição e partindo de interesses comuns*”

⁵¹ Sobre a crítica de Gramsci a Bukharin, conferir GRAMSCI, 1975, principalmente o Caderno 10 (volume 2), TUCCARI, 2001, p. 141-169 e ZANARDO, 1977, p. 62-93.

(*interesses de classe*)” (BUKHARIN, s/d, p. 358). O problema é que estas circunstâncias comuns não determinam o desenvolvimento de um modo de vida e de uma consciência de classe igual para todos os indivíduos da classe. Este desenvolvimento desigual entre partes componentes da classe acontece porque não existe homogeneidade nas unidades econômicas e porque a classe operária não nasce feita, mas *forma-se* constantemente (Ibidem).

É por causa desta heterogeneidade que o partido se torna indispensável. O partido é uma parte da classe que expressa os interesses de classe através de um programa político. Mas para que seja efetivamente *parte* de uma classe, o partido político tem que estabelecer relações com a classe numa dupla perspectiva: de um lado, é preciso dirigir e comandar a classe por meio de um programa de enfrentamento com outras classes sociais; de outro, é preciso educar e convencer os membros da classe para atrair ao partido cada vez mais as massas não organizadas (Ibidem, p. 359).

Mas da mesma forma que não existe homogeneidade de consciência na classe, não existe a homogeneidade entre a vanguarda da classe. Esta diferenciação entre os chefes é exatamente o que torna os mesmos também necessários. Pois, se é preciso um partido para alcançar uma agregação de classe, é necessário um conjunto de chefes estáveis para formar novos quadros dirigentes (Ibidem, p. 360). A necessidade de chefes, expressa no partido, e a possibilidade da coesão a partir dos líderes são semelhantes na teoria de Michels. O que diferencia ambos os autores é a base de compreensão deste processo: enquanto Michels baseia a sua compreensão dos chefes numa relação de interesses/dominação, Bukharin responde com a dualidade interesses/representação.

A segunda proposição é que quando “*a burguesia domina, ela domina, sabemos-lo, não simultaneamente por todos os membros de sua classe, mas por seus chefes*” (Ibidem, p. 364). Esta proposição não serve somente à burguesia, pois, para o comunista russo, os nobres russos também formaram uma camada social de funcionários que exerciam o domínio político no Estado czarista (Ibidem). Isto se dava, no entendimento de Bukharin, porque não existia entre os nobres russos e os funcionários do Estado czarista uma

diferença em sua situação vital⁵². Mas o mais importante aqui é a necessidade da classe dominante de ter os seus próprios chefes, isto é, os chefes não são a classe dominante do processo, mas a representação de seus interesses.

Uma terceira proposição anunciada pelo comunista russo, diz respeito à relação entre crescimento das forças produtivas e das funções organizadoras. Conforme se desenvolveu a propriedade privada e a produção em sentido amplo (produção, circulação, distribuição, repartição), tornou-se necessário, para a manutenção do equilíbrio social, o desenvolvimento de uma camada de administradores responsáveis pelas tarefas organizativas. Inclusive, Bukharin enfatizou que “*cada classe tem seus organizadores*” (Ibidem, p. 363, grifo do autor), que correspondem a determinado desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

A separação (autonomização) da camada administrativa do corpo social, na qual os administradores adquirem um poder estável e autônomo, é uma consequência do desenvolvimento insuficiente das forças produtivas e está expressa na *apropriação dos meios de produção mais importantes* através da consolidação de uma determinada organização política (Ibidem, p. 291). Esta autonomização foi temida por Bukharin, inclusive na União Soviética, onde a permanência da separação entre dirigentes e dirigidos poderia ser o embrião de uma nova classe social (GORENDER, 1990, p. 37).

É importante notar que o desenvolvimento da camada de organizadores foi concebido por Michels enquanto desenvolvimento da burocracia (MICHELS, 2001, p. 204). A grande diferença é que esta camada organizadora é vista pelo ítalo-germânico somente no seu sentido negativo, isto é, no sentido de limitação da ação de não organizados e da ampliação da ação da elite dirigente.

A quarta proposição é a tese contrária a anterior: a partir do momento em que houver a apropriação social (não mais individual) dos meios de produção, combinada com um alto desenvolvimento das forças produtivas, não existirá mais base para que se desenvolva a autonomia dos administradores (BUKHARIN, s/d, p. 364-365). É neste ponto que Bukharin

⁵² Apesar de não afirmar com clareza, parece-nos que Bukharin considera que não há uma diferença no modo de vida dos funcionários dirigentes do Estado burguês e da burguesia. Por isso, a afirmação só pode ser correta se não nos detivermos na condição social de cada funcionário, mas nas relações que ele tem no momento que exerce a atividade dirigente no Estado.

centra a crítica em Michels. Para o comunista russo, a combinação da apropriação social com forças produtivas desenvolvidas elimina o que Michels denominou de “incompetência das massas”. A tese da incompetência das massas, do teórico ítalo-germânico, afirmava que as massas são “imaturas” e o desenvolvimento da atividade política acentua esta imaturidade, isto é, a complexidade progressiva da política significa, para Michels, a diminuição da intervenção das massas no processo político e o aumento da dependência das direções políticas:

Logo à partida, em geral, qualquer indivíduo está, por natureza, dependente em inúmeros aspectos de uma direção; e está-lo-á tanto mais quanto mais se dividem e subdividem as funções da moderna vida social. Ora, o grupo social, constituído que é por indivíduos, experimenta essa necessidade de direção num grau enormemente maior. (MICHELS, 2001, p. 425).

O questionamento de Bukharin é que não se pode estabelecer *a priori* que as massas sejam incompetentes. A própria condição de incompetência é “*um produto de condições econômicas e técnicas, que agem por intermédio da situação intelectual geral e das condições de educação.*” (BUKHARIN, s/d, p. 365. Grifo do autor)⁵³. Desta forma, para Bukharin, são as condições gerais (principalmente econômicas e técnicas) que explicam a formação de novas oligarquias e não a repetição histórica do processo de oligarquização (CORONA, 1979, p. 1363).

A partir desta afirmação, Bukharin propõe a ideia de que, pelas condições de formação contínua de organizadores na sociedade comunista, a *instabilidade* do grupo administrador será permanente. A instabilidade é entendida por ele como troca permanente dos responsáveis pela tarefa e não como desequilíbrio na consecução das atividades. A possibilidade de troca permanente é frontalmente combatida por Michels, como retrato da impossibilidade da realização das atividades pelo Estado ou partido político, isto é, a estabilidade nas atividades só é possível se houver permanência dos administradores. Desta forma, Bukharin inverte a tese que apresentamos na primeira proposição: se é necessário, num momento de declínio das forças produtivas, a estabilidade da direção, num momento

⁵³ É preciso notar como as próprias palavras de Bukharin estavam carregadas de uma tese economicista. Para o comunista russo, o determinante para uma “consciência incompetente” era a situação econômica e técnica que age por *intermédio* das condições intelectuais e de educação. Desta forma, as condições intelectuais e de educação não são nada mais do que o *reflexo* das condições econômicas e técnicas. Foi este economicismo que Gramsci criticou nos *Cadernos do Cárcere*.

em que haja o crescimento destas forças produtivas através do regime comunista, a instabilidade é o que predominará.

A última proposição de Bukharin na crítica a Michels se refere à questão da degeneração do regime de transição. Toda classe só consegue tomar o poder em um período de declínio das forças produtivas. Após a tomada do poder, o predomínio deste declínio cria uma base objetiva para que haja a separação entre os dirigentes e os dirigidos e a formação de uma nova classe dominante a partir dos privilégios adquiridos da função administrativa. Em contraposição a esta separação, Bukharin acredita que o crescimento das forças produtivas e a supressão do monopólio da instrução são os instrumentos que podem destruir a base anterior de separação entre os dirigentes e os dirigidos (BUKHARIN, s/d, p. 365).

É preciso acrescentar, sobre a crítica realizada no *Tratado do materialismo histórico*, a crítica que Bukharin fez na década de 1930 ao burocratismo. O autor faz um deslocamento que parte de uma perspectiva economicista, para uma perspectiva política (ainda permeada com o tecnicismo), se aproximando muito dos escritos de Gramsci sobre o assunto.

No texto *A crise capitalista e os problemas da cultura da URSS* (BUKHARIN, 1990), escrito em 1934, o autor debateu que o problema da burocratização significava que “*os elos intermediários do aparelho se tornam uma barreira e criam um distanciamento das exigências diretas da vida*” (Ibidem, p. 182). Mas, desta vez, Bukharin colocou como pressuposto para a vitória contra o burocratismo a “*iniciativa das massas*”, fazendo com que uma ampla camada de trabalhadores participem “*ampla e ativamente, no governo do Estado*” (Ibidem, p. 183) – este chamado as massas já estava presente no *Tratado*, quando Bukharin discutia a necessidade de atrair ao partido as massas não organizadas.

A contraposição entre a ação das massas no governo e o funcionamento rotineiro do aparelho estatal é também utilizada por Bukharin para se contrapor ao processo de burocratização identificado por Weber. Para o comunista russo, Weber consideraria o domínio burocrático no capitalismo ou no socialismo, igual ao “*Egito antigo*” (Ibidem). Para Bukharin, isto é válido para o capitalismo de Estado, mas não para o socialismo, já que

toda a dinâmica do desenvolvimento na União Soviética se processa no sentido da maior expansão da iniciativa individual e de grupo, das energias das massas,

das mais diversas formas e métodos de emulação socialista, da promoção de um número crescente de homens novos, capazes de iniciativa. (Ibidem).

Para o comunista russo, garantido o desenvolvimento técnico, é necessário o desenvolvimento em outras direções (Ibidem, p. 182). E esta direção é exatamente a da democracia operária, através da intervenção das massas, no sentido de “***abolição da hierarquia político-social em geral***” (Ibidem, p. 184. Grifo do autor).

A crítica de Bukharin a Michels é uma contribuição importante para entendermos como uma parte do marxismo respondeu ao problema da *separação entre dirigentes e dirigidos*. Entre os dirigentes da revolução russa, Bukharin foi o único que esboçou uma resposta à teoria de Michels. O limite desta resposta está na pedra angular do texto de Bukharin: o economicismo presente no predomínio da explicação do problema das forças produtivas. A separação entre dirigentes e dirigidos, desta forma, foi deslocada de um problema político para um problema econômico e técnico em seu *Tratado do materialismo histórico*. Neste sentido, o texto da década de 1930 parece corrigir e justificar este erro economicista: corrigir, por colocar maior ênfase no problema a partir da consideração da necessidade de incorporar as massas de forma ativa no processo; justificar, porque durante o texto inteiro, Bukharin procura enfatizar que até aquele momento (1934), o desenvolvimento da URSS foi predominantemente técnico, por causa de uma necessidade historicamente inevitável (Ibidem, p. 181). Neste contexto, Bukharin considerava necessária uma virada do desenvolvimento técnico para outras direções no processo de construção do socialismo, o que incluiria uma revalorização da cultura humanística e, especialmente, da crítica às relações de hierarquia (Ibidem, p. 182). É preciso acrescentar aqui, que apesar de Bukharin não realizar uma crítica das relações políticas da URSS, por problemas, inclusive de censura, seu texto está na contracorrente do processo de reforço dos dirigentes sobre os dirigidos ocorridos no país (TROTSKY, 2005, p. 78).

Como veremos, Gramsci parte de algumas questões apontadas por Bukharin para responder a Michels, mas abandona o predomínio na explicação do problema econômico e/ou técnico. Da mesma forma que a relação entre partido e classe é uma relação política, que se realiza no processo de constituição de classe, a relação entre dirigentes e dirigidos é também uma relação política, que envolve força e consenso, podendo ter seus aspectos técnicos e econômicos, mas nunca se reduzindo a estes.

A necessidade dos organizadores: dirigentes e burocracia

O ponto de partida dos teóricos elitistas para as suas teorias é o de que, na história de toda sociedade, é possível encontrar uma elite ou uma classe política dirigente (MICHELS, 2001, p. 413). De acordo com Corona, ao examinarmos a história das sociedades de classes, é fato dado a existência de “aristocracias”; o problema é demonstrar que esta é uma lei universal de toda a sociedade (CORONA, 1979, p. 1337).

A demonstração de Michels da necessidade das elites é clara e reiterada em seus textos. Por exemplo, o autor escreveu que a humanidade não pode prescindir da classe política (MICHELS, 2001, p. 46). Em outra parte, disse que

*A atividade dirigente é um fenômeno necessário em toda e qualquer forma de vida social. Não cabe, pois, à ciência examinar se ela é útil ou prejudicial ou qual destas duas vertentes prevalece. Mas tal não implica que não haja interesse científico e prático em verificar que o fenômeno da liderança, ao longo do seu desenvolvimento, não se coaduna com os postulados essenciais da democracia. Sabemos que a lei da *necessidade histórica da oligarquia* assenta, antes de mais, apenas numa certa seqüência de fatos empíricos. Como todas as leis da ciência, também esta é necessariamente deduzida a partir da experiência. (Ibidem, p. 421. Grifos do autor).*

As leis que foram deduzidas da experiência foram expressas anteriormente: incapacidade das massas; impossibilidade do autogoverno por razões organizativas, técnicas e administrativas; impossibilidade da representação permanente e orgânica, dentre outras. É por isso que, para Michels, é possível afirmar que “*o único fator de valor duradouro na história do desenvolvimento da humanidade*” é a existência da classe política (Ibidem, p. 413).

Como podemos analisar em diversos outros textos de Michels, a formação da elite é imanente ao processo de organização: a necessidade de se organizar por um objetivo, já coloca um processo de diferenciação entre uma maioria dirigida e uma minoria dirigente (MICHELS, 1989, p. 536). A dedução pode ser feita na análise histórica e na análise lógica, uma vez que qualquer sociedade necessita organizar-se para conseguir se reproduzir enquanto sociedade. Esta própria organização cria as condições para que a minoria domine. É por isto que o Estado, nada mais é, do que a organização da minoria para impor ao resto

da sociedade a “ordem legal” da sua dominação (Idem, 2001, p. 413). O poder é a imposição de uma minoria, e por isso tem um caráter conservador, pois o poder mantém a dominação e não serve para subverter a relação estrutural entre a maioria dirigida e uma minoria dominante (Ibidem, p. 394).

Desta forma, a oligarquia que se forma a partir da organização é o que dá e garante a homogeneidade da mesma. A vitalidade de uma organização, para Michels, depende dos seus oligarcas ou dirigentes. Uma organização que perde seus líderes, se não tiver pessoas preparadas para substituí-los, tende a se desagregar. É por isso que, para o autor ítalo-germânico, a elite é também uma camada organizativa.

Para Michels, a camada de organizadores não pode ser reduzida somente aos dirigentes políticos. Além dos dirigentes, é necessária uma camada de funcionários administrativos para a existência de uma organização, seja ela um partido político, sindicato ou Estado. Esta camada de funcionários é a burocracia. No Estado moderno, esta camada se caracteriza por ser funcionária assalariada de alguma organização, seja ela voluntária ou não.

Segundo Michels, o mesmo princípio da divisão de trabalho que gera a diferença entre dirigentes e dirigidos é o impulsionador do aparelho organizativo. Nesta divisão de trabalho imperam funções como especialização e monopolização de postos (Ibidem, p. 137). Nos partidos políticos, a burocracia adquire um papel ainda mais importante, já que ela controla “*os periódicos, as edições do partido e a respectiva distribuição, bem como a admissão de oradores nas listas dos agitadores pagos pelas suas funções*” (Ibidem, p. 152). É a burocracia a responsável também por administrar a distribuição dos recursos financeiros da organização política.

Em relação ao Estado, a burocracia adquire um papel importante, já que é a camada que realiza na prática as funções que são deliberadas pelos funcionários dirigentes (políticos) do Estado. Desta forma, a burocracia acaba por ser uma *base de apoio* da classe dominante no aparelho estatal. Para Michels, pelo fato de a própria burocracia ser a realizadora prática das funções estatais, ela é uma camada de apoio da classe dominante para a sua política (Ibidem, p. 205). Esta burocracia estatal é recrutada entre os setores sociais que sofrem a pressão do “grande capitalismo expropriador” e da “resistência

organizada por parte da classe operária” (Ibidem). Estes setores sociais são identificados pelo autor ítalo-germânico como classes médias (pequenos industriais, artesãos independentes, pequenos comerciantes, camponeses, etc.).

Tanto os dirigentes, quanto a burocracia são funcionários assalariados dos aparelhos políticos, e entre ambos há uma relação. Conforme Michels, esta relação é de dominação dos funcionários políticos sobre a burocracia

A dependência em que o funcionário intermédio se encontra em relação às instâncias superiores absorve-lhe a personalidade e alimenta o processo de filistinização pequeno-burguesa da sociedade. A mentalidade burocrática destrói o caráter e gera pobreza de espírito. (Ibidem, p. 209).

Em outro texto, o autor insistiu que a burocracia, pelo seu caráter de subordinação à elite, é um “*coeficiente poderosíssimo para a manutenção do poder da classe política*” (Idem, 1989, p. 440). Desta forma, a análise da relação entre a elite dirigente e a burocracia administrativa é de dominação e dependência: a elite domina a atividade da burocracia a ponto de impor a personalidade à burocracia, mas ao mesmo tempo, depende desta burocracia para conseguir implementar sua política.

O problema da camada de organizadores no Estado e na política foi estudado também por Max Weber. Em Weber, existem dois temas de relevância sobre a burocracia, os quais foram partilhados por Michels. O primeiro é o problema da burocracia nas relações de dominação. O segundo tema é o processo de burocratização das relações sociais correlato ao processo de desenvolvimento do capitalismo.

A dominação para Weber é “*a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas*” (WEBER, 1999, p. 139). A isto, o autor acrescenta que “*certo mínimo de vontade de obedecer, isto é, de interesse (externo ou interno) na obediência, faz parte de toda relação autêntica de dominação*” (Ibidem. Grifos do autor). Para que a dominação se efetive, são também necessárias, além da obediência, outras duas relações: a) um aparelho de dominação (quadro de pessoas para Weber); e b) a legitimidade dos dominadores. A combinação destes três elementos (impor obediência, aparelho de dominação e legitimidade) é o que constrói/sustenta as relações políticas de dominação para o sociólogo alemão.

A construção da legitimidade da dominação é um imperativo para a própria relação, de acordo com Weber. É a partir desta legitimidade que os dominadores exercem o seu poder. Para o sociólogo alemão, há três tipos puros de dominação legítima: a) *racional*: baseada numa ordem jurídica legal; b) *tradicional*: baseada na crença cotidiana nas tradições; c) *carismática*: baseada na veneração do caráter de uma pessoa (Ibidem, p. 141). Em relação ao moderno Estado democrático e ao regime dos partidos na ordem parlamentar, o que predomina é a relação de dominação racional. O predomínio de uma destas relações não quer dizer que não existem outros tipos de dominação presentes nas formações políticas: as dominações se combinam e esta combinação só pode ser determinada através da análise de cada situação concreta.

Em sua obra *Economia e Sociedade* (1999 e 2000), Weber debate os diversos tipos de dominação e as características determinantes em cada um deles. Uma característica central é a questão da “*separação absoluta entre o quadro administrativo e os meios de administração e produção*” (WEBER, 1999, p. 143 e 1974, p. 23). Essa separação é diferente daquela enfatizada pelos marxistas em suas teorias das classes sociais, que destacam a separação entre o produtor e os meios de produção (LENIN, 1979, p. 150)⁵⁴. Weber parte da ideia de que no controle dos meios de produção⁵⁵ existe uma separação: a do corpo deliberativo e a do corpo técnico-administrativo. Esta separação gera desenvolvimentos desiguais entre os corpos. Numa organização pequena, com poucas tarefas, o corpo deliberativo consegue predominar sobre o técnico-administrativo; mas, numa organização complexa, como o Estado capitalista moderno e os partidos políticos, o corpo administrativo é quem realiza o trabalho propriamente dito (WEBER, 1974, p. 28). O predomínio da burocracia tem a ver com o predomínio das ações racionais orientadas a fins sobre as ações racionais orientadas a valores (SAINT-PIERRE, 1999, p. 138).

Para compreendermos esta situação é necessário abordar outra característica na definição weberiana do processo de burocratização: a relação entre modernidade e racionalidade. Como localizou Tragtenberg, “*Max Weber pertence ideologicamente ao*

⁵⁴ Um marxista que pareceu incorporar esta separação entre “direção” e “corpo técnico” de forma crítica foi Horkheimer em sua análise sobre a indústria moderna (1975, p. 157).

⁵⁵ O conceito de produção utilizado por Weber se refere tanto a produção material, quanto a produção espiritual.

quadro do iluminismo racionalista e do liberalismo político” (TRAGTENBERG, 2006, p. 210). E é a partir deste referencial teórico que Weber elaborou suas categorias. Esta elaboração aconteceu num momento histórico de crise do liberalismo: o início da transição para a etapa monopolista do capitalismo⁵⁶.

Neste sentido, uma questão que impressionou Weber foi a relação entre a racionalidade e a modernidade capitalista. Em seu escrito sobre a ciência enquanto vocação, o sociólogo alemão escreveu:

O destino de nosso tempo, que se caracteriza pela racionalização, pela intelectualização e, sobretudo, pelo “desencantamento do mundo”, levou os homens a banirem da vida pública os valores supremos e mais sublimes. Tais valores encontram refúgio na transcendência da vida mística ou na fraternidade das relações diretas ou recíprocas entre indivíduos isolados. (WEBER, 2000a, p. 156. Tradução nossa).

Como afirmou Nogueira, este processo de racionalização, em Weber, é “*a essência (...) da história da economia e da sociedade ‘modernas’*” (NOGUEIRA, 1979, p. 139). No entanto, esta racionalização não significa, de acordo com Weber, um conhecimento maior e geral das condições nas quais vivemos, mas apenas que “*poderíamos, bastando que o quiséssemos, provar que não existe, em princípio, nenhum poder misterioso e imprevisível no decurso de nossa vida, ou, em outras palavras, que podemos dominar tudo por meio do cálculo. Isto significa que o mundo foi desencantado.*” (WEBER, 2000a, p. 125. Tradução nossa.).

Esta racionalização tem uma expressão bem concreta nas sociedades modernas: os grandes corpos administrativos que são os responsáveis pela aplicação dos “estatutos” (WEBER, 2001, p. 349-350). Estes aparelhos, além de representarem a racionalização das relações sociais, são os responsáveis por possibilitarem que todas as ações sejam orientadas a fins (o direito estatuído). Desta forma, o desenvolvimento da sociedade capitalista moderna aparece como o desenvolvimento de uma ordem racional que depende cada vez mais de aparelhos que apliquem esta ordem. É esta a essência do processo de burocratização presente nas sociedades capitalistas.

Weber não apreciava este processo positivamente. Suas análises teóricas e suas ideias políticas tinham uma estreita relação. Apesar de considerar o processo de desenvolvimento

⁵⁶ Sobre as mudanças no papel do Estado durante esta fase, conferir Poulantzas (1972, p. 16-20).

da burocratização como um processo inevitável, o sociólogo alemão procurava meios de equilibrar este domínio burocrático com outras formas. Na crise política alemã de 1918, uma das formas teóricas encontradas por Weber foi o equilíbrio de poderes entre a burocracia estatal, o monarca e o Parlamento (WEBER, 1974, p. 34-38). No final de sua vida, o autor procurou defender uma República, sem o rei, na qual o presidente eleito e o parlamento seriam o contraponto político à burocracia estatal (TUCCARI, 1993, p. 296). Para Weber, a característica essencial da democracia não era a soberania popular, mas a disputa pelos líderes, através da escolha eleitoral, de um consenso de massas (Ibidem, p. 299).

Devido a este caráter estrutural da divisão entre dirigentes e dirigidos é que a democracia em Weber não pode ser pensada fora do processo de dominação. O limite que teria este processo de dominação seria apenas uma forma de descentralização do poder, na qual os funcionários políticos se utilizam de meios que diminuam o poder dos funcionários administrativos. Assim, para o sociólogo alemão, a reprodução das relações de dominação e da organização oligárquica está garantida na própria estrutura das sociedades modernas.

O que são estes funcionários políticos e administrativos foi discutido por Bukharin, como vimos acima, a partir do desenvolvimento do conceito de organizadores de uma classe. Para o comunista russo, cada classe desenvolve sua camada de organizadores, incluindo seus chefes. A resposta de Gramsci a este processo de aumento dos funcionários políticos e administrativos no âmbito estatal foi discutida a partir da questão dos intelectuais. Como vimos no capítulo anterior, para o comunista italiano, os intelectuais não são somente os intelectuais de ofício, mas todos aqueles que detêm alguma função que dê homogeneidade e consciência às classes sociais através de suas práticas. Neste sentido, os intelectuais são também organizadores, já que as instituições políticas e civis são os aparelhos que possibilitam a atividade destes intelectuais, servindo também como organismos de agregação das práticas sociais destes intelectuais. Mas a base para o desenvolvimento da camada de intelectuais, para Gramsci, são as classes sociais fundamentais de uma formação social.

Apesar de não fazer uma analogia explícita, é possível considerar que Gramsci retoma a ideia de Bukharin sobre a relação entre as classes sociais e os organizadores, colocando os

intelectuais enquanto camada organizadora das classes sociais. Mas esta camada organizadora é mais ampla e desenvolvida em Gramsci, sendo que é impossível reduzir a ideia de intelectuais em Gramsci à de organizadores em Bukharin. Segundo o comunista italiano, os organizadores são também dirigentes, já que a separação entre direção e organização é apenas metodológica⁵⁷.

Para Gramsci, é necessário pensar as funções que cumprem os intelectuais a partir da distinção entre sociedade civil e sociedade política. As atividades dos intelectuais, as quais são desenvolvidas nos organismos do Estado ampliado (sociedade civil + sociedade política), têm o efeito de conectar os intelectuais às classes sociais e, ao mesmo tempo, expandir a ação das classes. É a partir da direção destes organismos, que a classe dominante cria intelectuais que agem na sociedade civil para conseguir o “*consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social*” e, na sociedade política, estes intelectuais da classe dominante procuram assegurar “*‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo*” (Ibidem, p. 1519). São estas práticas, desenvolvidas pelos intelectuais, que dão a homogeneidade à classe social dominante.

O conceito de intelectuais enquanto organizadores pressupõe que esta categoria abranja os funcionários das organizações civis e políticas. Porém, Gramsci enfatiza que estes funcionários não devem ser tratados somente de forma geral, enquanto intelectuais, mas também de forma específica. Isto fica claro quando Gramsci escreve que “*o problema dos funcionários coincide em parte com o problema dos intelectuais*” (Q 13, § 36, p. 1632). Coincide em parte, porque a forma do Estado é importante para a compreensão da camada de funcionários estatais. Além disso, mesmo com a mudança do bloco no poder ou do regime estatal, os funcionários do Estado não são todos modificados. Alguns novos funcionários entram na cena política, mas há uma continuação de velhos quadros que é importante no momento da compreensão da relação entre os políticos e os funcionários

⁵⁷ “Por isto, qualquer distinção entre dirigir e organizar (e em organizar está compreendido ‘verificar’ ou controlar) indica um desvio e muitas vezes uma traição.” (GRAMSCI, Q 14, § 75, p. 1743)

estatais – exemplo disso é o Estado soviético pós-revolução (BETTELHEIM, 1979, p. 105-106). Além disso, o comunista italiano destaca o interesse dos funcionários não só pela administração, mas também pela execução dos negócios do Estado, como um fenômeno moderno (Q 13, §36, p. 1632), muito próximo ao processo de burocratização teorizado por Weber. Esta metodologia específica para a compreensão dos funcionários do Estado é diferencial em relação à abordagem de Michels e Weber, como veremos abaixo.

Além de ter sua especificidade no desenvolvimento das suas práticas, a burocracia estatal e civil também deve ser considerada de forma histórica, isto é, *“toda forma de sociedade tem sua formulação ou solução do problema da burocracia, e uma não pode ser igual à outra”* (GRAMSCI, Q 8, § 55, p. 974).

Estas duas “notas metodológicas” são importantes para se discutir o conceito de burocracia na obra carcerária de Gramsci, pois indicam um caminho para a análise das outras anotações. Ao todo, o comunista italiano trabalhou com a categoria burocracia (ou burocratização) em vinte e cinco parágrafos⁵⁸. Dentre estes, pode-se fazer três separações da utilização do conceito: a) histórica; b) relação estrutural entre burocracia e sociedade; c) qualificação de concepções como burocráticas. Para a discussão do conceito, nos atentaremos aos dois primeiros tipos de texto.

A primeira discussão importante sobre a localização estrutural da burocracia é feita num texto A de novembro de 1930, que será reescrito entre maio e junho de 1932. No texto C, que tem acréscimos e novas conclusões em relação ao texto A, Gramsci afirmou o seguinte:

Pode-se observar, também, que os órgãos deliberativos tendem cada vez mais a diferenciar sua atividade em dois aspectos “orgânicos”: o deliberativo, que lhes é essencial, e o técnico-cultural, onde as questões sobre as quais é preciso tomar decisões são inicialmente examinadas por especialistas e analisadas cientificamente. Esta atividade já criou todo um corpo burocrático de nova estrutura, pois – além dos escritórios especializados de pessoas competentes, que preparam o material técnico para os corpos deliberativos – cria-se um segundo corpo de funcionários, mais ou menos ‘voluntários’ e desinteressados, escolhidos, em cada oportunidade, na indústria, nos bancos, nas finanças. Este é um dos mecanismos através dos quais a burocracia de carreira terminou por controlar os regimes democráticos e os parlamentos; atualmente, o mecanismo vai se

⁵⁸ São os seguintes parágrafos: Q 1, § 48 e § 122; Q 3, § 119; Q 4, § 31, § 49 e § 66; Q 5, § 38; Q 6, § 81; Q 7, § 77; Q 8, § 55 e § 108; Q 9, § 21, § 68, § 71 e § 73; Q 11, § 66; Q 12, § 1; Q 13, § 23, § 36 e § 37; Q 14, § 38, § 47, § 49 e § 62; Q 16, § 21.

ampliando organicamente e absorve em seu círculo os grandes especialistas da atividade prática privada, que controla os grandes regimes e a burocracia. (Q 12, § 1, 1532)

A complexidade progressiva da política é o processo histórico a partir do qual Gramsci investiga a divisão entre a prática deliberativa e técnico-cultural (divisão também comum a Weber). A separação em dois corpos de funcionários é o que permite a possibilidade de haver uma autonomização de um em relação ao outro. Além disso, esta autonomização da burocracia técnico-cultural é o que faz, segundo o comunista italiano, com que esta burocracia de carreira controle os regimes democráticos. A burocratização da democracia pelos funcionários administrativos, tendência também prevista por Weber no Estado capitalista, acaba com o único “foco” sobre o qual as classes subalternas poderiam ter algum controle sobre o Estado: o parlamento.

Esta posição privilegiada dos funcionários administrativos fez Gramsci refletir sobre dois problemas correlatos à burocracia. O primeiro aparece num texto A escrito em novembro de 1930 e reescrito entre 1932 e 1934. No texto C, Gramsci escreveu que o problema dos funcionários devia ser resolvido através da relação entre carreira burocrática e grupo social.

A primeira investigação a ser feita é esta: existe num determinado país uma camada social difusa para a qual a carreira burocrática, civil e militar, seja um elemento muito importante de vida econômica e de afirmação política (participação efetiva no poder, mesmo que indiretamente, mediante “chantagem”)? (Q 13, § 23, p. 1605).

Para o comunista italiano, na Europa moderna, os funcionários estatais tinham predominantemente sua origem na pequena e média burguesia agrária (Ibidem, p. 1606). O autor afirma que isto não é casual, já que reflete um compromisso entre a burguesia urbana e rural. Os elementos econômicos que devem ser analisados neste processo são os níveis de industrialização e de reforma agrária: quanto menor estas duas modernizações econômicas, mais dependentes os setores rurais serão das cidades (Ibidem).

Mais do que utilizar um critério universal para a composição da burocracia, como fez Michels, Gramsci procurou enfatizar a relevância que pode ter a burocracia na unidade entre classes, isto é, na formação de uma base social mais ampla para a dominação de classe. A burocracia estatal na Itália e na Alemanha, para o comunista italiano, tinha sua

origem predominantemente rural e tinha uma vida totalmente dissociada da maior parte do povo, não havendo identificação entre o espírito nacional e a vontade popular (Q 14, § 47, p. 1705). Esta não identificação se relaciona aos processos de revolução passiva pelos quais passaram estes países nas formações de seus Estados nacionais. Estes elementos levantados por Gramsci se fincam na história e no desenvolvimento do processo de constituição de cada Estado nacional. Desta forma, nesses Estados a burocracia parece ser um “contrapeso” à falta de hegemonia da classe dominante sobre as classes médias, já que permite um enlace entre estes dois grupos sociais.

O segundo ponto importante levantado pelo autor é a relação entre burocracia e passividade social. O comunista italiano expõe a ideia num texto de março de 1932, que não foi reescrito, mas o tema reaparecerá nos textos do caderno 13.

Parece-me que, do ponto de vista econômico-social, o problema da burocracia e dos funcionários deva ser considerado num quadro bem mais amplo: no quadro da ‘passividade social’, passividade relativa, e entendida do ponto de vista da atividade produtiva de bens materiais. (Q 8, § 108, 1004).

Esta localização permite a Gramsci fazer duas relações. A primeira é entre burocracia e o que “*os economistas liberais chamam ‘serviços’*” (Ibidem) e que, para o comunista italiano, incluem o comércio e a distribuição. A segunda relação é entre burocracia e parasitismo, já que o fenômeno do “*parasitismo se desenvolve especialmente nesta esfera*” do comércio e da distribuição. Para compreender estas relações, é importante dizer que, para Gramsci, o comércio, a distribuição e formas de viver de renda da terra são atividades “parasitárias” do ponto de vista produtivo, já que o valor é fruto do trabalho produtivo. Em suas notas sobre o *Americanismo e Fordismo*, Gramsci identifica que esta camada é parasitária para a modernização do capitalismo europeu (Q 22, § 2, p. 2143). A burocracia, por se localizar num campo mais geral das camadas parasitárias, vivendo da atividade produtiva de outras classes sociais, deve ser considerada como um grupo social com tendência conservadora (GRAMSCI, Q 13, § 23, p. 1604).

Um dos principais problemas relacionados à história da burocracia são as formações políticas nas quais a mesma deixa de ter uma relação de complementariedade com setores da classe dominante e passa a ser o principal representante da classe dominante. Este é um fenômeno de autonomização da burocracia, fruto de uma crise de representação, na qual os

órgãos representativos (como o parlamento) não têm mais o poder real, já que está nas mãos dos funcionários administrativos. Para Gramsci, esta autonomização da burocracia, própria dos regimes de exceção, é fruto de uma crise orgânica. Na crise orgânica, ocorrem dois processos importantes: a relação entre as classes fundamentais se dá de tal maneira que nenhuma dentre elas consegue impor a sua hegemonia; outro processo, derivado deste primeiro, é que os partidos destas classes se separam de tal maneira delas, que já não representam as mesmas classes (Ibidem, p. 1604-1605). Quando a burocracia tem a sua composição social predominante em outra classe que não o proletariado e a burguesia, como era na Itália na década de 1920, esta classe passa a ter um papel importante, num primeiro momento enquanto classe reinante e, depois, enquanto classe detentora do Estado italiano (POULANTZAS, 1972, p. 26). Para Gramsci, a caracterização é que esta classe na Itália (pequena e média burguesia rural) pode passar a dirigir politicamente o Estado num período de crise orgânica, já que o comando econômico continuaria com a burguesia urbana (GRAMSCI, Q 13, § 23, p. 1606). É esta separação dos aparelhos políticos estatais que gera as condições para o desenvolvimento de saídas bonapartistas, principalmente quando o exército se torna um sujeito da resolução da crise orgânica (Ibidem, p. 1609-1610). Em outra parte, Gramsci também ressaltou a possibilidade da burocracia, devido a sua posição administrativa, tornar-se um verdadeiro partido político, “*o pior de todos*” os partidos: o partido estatal-bonapartista (GRAMSCI, Q 3, § 119, 388).

Aqui é preciso abrir um espaço para investigar a relação entre os dirigentes políticos, a burocracia e a classe dominante. De acordo com Gramsci, todas as formações políticas eram compostas por determinadas relações entre estas três camadas sociais: enquanto as duas primeiras eram exercidas diretamente pelos intelectuais, formando o setor dirigente do Estado, a classe dominante é a base estrutural do sistema. Os dirigentes políticos e a burocracia são os desenvolvedores da hegemonia da classe dominante no aparelho civil e estatal. A autonomização da burocracia em relação aos dirigentes políticos faz com que estes tipos de intelectuais tenham o predomínio na formação da política da classe dominante. Por exemplo, o regime do partido estatal-bonapartista, quando a burocracia “*se alienava do país e, através das posições administrativas, tornava-se um verdadeiro partido político, o pior de todos, porque a hierarquia burocrática substituía a hierarquia*

intelectual e política” (Ibidem), isto é, a burocracia substituiu os dirigentes políticos, tornando os representantes parlamentares inúteis. A Alemanha do início do século XX, ao ter no *Reichstag* (parlamento alemão) um organismo não diretamente deliberativo, era a expressão clássica desta autonomização. Este fenômeno de domínio da burocracia também pode acontecer nos partidos políticos, já que, de acordo com Michels, esta camada controla as reuniões, sedes, jornais, etc., do partido (MICHELS, 2001, p. 152).

Nos seus escritos sobre a burocracia, Gramsci procurou realizar uma crítica às teses liberais sobre o Estado. Suas questões se desenvolvem sobre dois pontos. A primeira crítica se refere à impossibilidade de controle sobre a burocracia, principalmente a que se localiza no aparelho coercitivo (*casta permanente*), pois estes funcionários não podem ser eleitos ou retirados do cargo de acordo com a vontade popular (GRAMSCI, Q 6, § 81, p. 752). A segunda crítica se desenvolve sobre a relação entre burocracia e parlamentarismo. Para Gramsci, a situação aberta no pós-guerra demonstrou a inviabilidade do parlamentarismo (e, conseqüentemente, do liberalismo) enquanto saída para a crise orgânica das sociedades capitalistas europeias, isto é, o regime parlamentar não conseguiu ser a melhor forma da escolha dos funcionários políticos e do equilíbrio de poder com a burocracia. Mas a inviabilidade da solução parlamentar não quer dizer que a saída oligarca-burocrática (fascista) fosse uma alternativa para a mesma crise (GRAMSCI, Q 14, § 49, p. 1708), como defendia Michels. Neste sentido, o comunista italiano ressaltou a necessidade de distinguir parlamentarismo e regime representativo: “*É preciso ver se parlamentarismo e regime representativo se identificam e se não é possível uma solução diferente tanto do parlamentarismo quanto do regime burocrático, com um novo tipo de regime representativo*” (Ibidem)⁵⁹. A solução diferente é justamente um novo regime representativo, que impeça a possibilidade de cristalização burocrática: de acordo com Schlesener, este novo regime significa uma nova democracia, baseada no mundo do trabalho e construída através do consenso ativo e não mais passivo como é na democracia liberal (SCHLESENER, 2005, p. 65-67). Para o comunista italiano, na experiência

⁵⁹ Este parágrafo serve também como uma crítica à solução proposta por Weber. A crítica ao regime representativo é justamente sobre a impossibilidade do equilíbrio entre os funcionários eleitos e os burocratas nomeados (GRAMSCI, Q 14, § 49, p. 1708), como defendia Weber (1974).

soviética e nos conselhos operários italianos, o novo regime representativo foi praticado pelas grandes massas (GRAMSCI, 2004, v. 1, p. 262)

A necessidade de organizadores, seja para Michels, seja para Gramsci, é uma necessidade do desenvolvimento da sociedade moderna. Os dois reconhecem este fato a partir da análise do processo de desenvolvimento das organizações políticas e civis. A principal diferença é que, para o autor elitista, as atividades organizativas são consideradas de forma geral e em relação à sociedade como um todo, nunca em relação a uma classe social. Para Michels, as atividades organizativas, quando incluídas na estrutura social, fazem parte da dominação de classe. Mais do que isto, esta dominação de classe se dá exatamente pela camada dirigente destes organizadores, pela elite política. Já para o comunista italiano, as atividades organizativas se relacionam às classes sociais, tendo neste sentido um caráter particular no desenvolvimento do todo. As atividades dos intelectuais podem servir para reforçar o domínio de classe, mas também podem servir para subvertê-lo. Os intelectuais também não são todos iguais e nem sempre existe a mesma relação entre suas diferentes camadas de intelectuais (intelectuais em sentido restrito, dirigentes políticos, dirigentes técnicos, funcionários civis e políticos). Desta forma, a burocracia, enquanto parte dos intelectuais, pode exercer um papel subordinado em relação à direção política estatal, mas também exercer este papel de forma dirigente, em situações específicas. A diferença central entre Gramsci e Michels é que, para o comunista italiano o problema dos intelectuais é histórico, relativo às classes sociais da qual mantém as suas relações através dos organismos da superestrutura e da dependência que têm as suas práticas em relação às classes sociais. Já para o sociólogo ítalo-germânico, os organizadores não foram considerados de forma histórica, mas como parte de um processo a-histórico de perpetuação da divisão entre dirigentes e dirigidos.

Elite, classe política e classes dominantes

Em seus trabalhos, Michels colocou um sinal de igual entre o conceito de classe política e classe dominante. Em um trecho já citado, o autor elitista considera a necessidade de uma classe “dominante” ou “política” em todas as sociedades (MICHELS, 2001, p.

413). Em outras passagens, o autor determina a existência das classes sociais a partir da divisão entre dirigentes e dirigidos numa organização. Por outro lado, os termos *elite* e *classe dominante* também parecem ser utilizados pelo autor ítalo-germânico de forma análoga. Um exemplo claro é o uso do termo *aburguesamento dos dirigentes* para explicar o processo de oligarquização dos partidos operários, já que estes dirigentes se tornam uma elite e, por isto, tornam-se parte da classe dominante (Idem, 1989, p. 535).

Mas a obra na qual este autor mais avança sobre estas questões é a sua aula sobre a sociologia política. Nesta obra, ele define a existência de três campos determinados da ciência da classe política que correspondem a três setores que compõem a classe política: “o primeiro é político no sentido de uma vontade enérgica; o segundo é econômico, e o terceiro é intelectual, que trabalha com palavras, símbolos e ciência” (MICHELS, 1969, p. 102). Para o sociólogo, a classe política era composta por estas três camadas diferenciadas: a primeira é de líderes políticos; a segunda é da elite econômica; a terceira é a da elite intelectual. A tarefa mais importante para o cientista político é encontrar, em cada sociedade, os elementos que compõem a classe política (classe dominante) a partir destas camadas sociais. Para dar um exemplo da análise de Michels: na Prússia, a classe política era composta pelos *Junkers* e funcionários oficiais do governo; na França, eram as camadas intelectuais que formavam a classe política moderna (Ibidem, p. 50).

Aqui é importante ressaltar a recuperação que Michels faz da teoria dos círculos sociais de Georg Simmel. No sentido de buscar determinar a personalidade do indivíduo, a teoria de Georg Simmel relaciona os diversos círculos sociais dos quais o indivíduo participa (família, profissão, classe, nação, grupo cultural ou religioso...). Michels recupera esta teoria para explicar a impossibilidade de se reduzir a uma causa única a explicação da personalidade individual (Ibidem, p. 30). Esta teoria foi também aplicada na compreensão de Michels sobre as camadas da classe política: a relação entre o campo político, econômico e intelectual exerce uma influência na determinação de um grupo enquanto classe política e, em alguns casos, um campo pode determinar mais do que o outro.

Esta busca pelos “múltiplos fatores” para a determinação da classe dominante é apresentada por Michels como uma crítica ao marxismo. Para o autor ítalo-germânico, a tese de Marx é a da “coincidência perfeita da classe política com o nível máximo de

riqueza” (Ibidem, p. 103). Ele ainda acrescenta na sua crítica, a tese da não possibilidade histórica da identidade entre classe econômica e classe política (Ibidem, p. 104).

Os estudos sobre a elite, realizados por Michels, apontam para as mesmas conclusões de identidade entre elite, classe política e classe dominante. A análise de Michels sobre a elite, parte da compreensão de que a aristocracia feudal continuava a ser parte integrante da classe dominante no início do século XX em toda a Europa. O poder da aristocracia feudal se relacionava, principalmente, ao domínio agrário – os *Junkers* alemães são o exemplo mais nítido de Michels. Mas ao lado da aristocracia feudal, existia um conjunto de novas forças que penetravam no seio da aristocracia e renovavam-na biológica e socialmente (Ibidem, p. 77). Com o desenvolvimento da burguesia, as novas forças incorporadas à classe política foram os setores da classe média industrial (burguesia), principalmente no caso alemão.

Por outro lado, com o desenvolvimento do proletariado e de suas organizações, há a formação de uma nova elite política. Mas esta elite já não faz mais parte do proletariado e sim das novas “classes médias”; foi por isso que Michels escreveu que a formação da elite do proletariado era um processo de aburguesamento do próprio proletariado. A explicação de Michels é que a aspiração individual dos proletários é “*formar parte da classe média*” (Ibidem, p. 80).

Por último, é necessário ressaltar a relação que Michels faz entre elite ou classe política e a aristocracia feudal. Isto pode ser percebido através da utilização de “aristocracia” enquanto sinônimo de elite (Ibidem, p. 75), mas também através do seu estudo sobre elites na *Introdução à sociologia política* (1989). Neste estudo, Michels procurou analisar o “quanto” da velha aristocracia feudal se fazia presente na classe dominante pós I Guerra Mundial. Nesta análise, levantou alguns elementos como a influência extraparlamentar da antiga nobreza feudal na política alemã (Ibidem, p. 75), dentre outros. Mas a maior parte das conclusões foi estabelecida de forma naturalista e quantitativa, já que a permanência das famílias no poder é vista como um fator “hereditário” (Ibidem, p. 69).

A posição de Gramsci sobre a questão da elite, da classe política e da classe dominante pode ser percebida em alguns parágrafos escritos no cárcere sobre o problema dos

intelectuais. Em nenhuma destas notas, o comunista italiano dialoga com Michels. A crítica à teoria das elites ou da classe política tem a sua referência em Mosca e Pareto.

A análise das obras dos elitistas é anunciada por Gramsci sob a rubrica da “*História dos intelectuais*” (GRAMSCI, Q 8, § 24, p. 956). O primeiro parágrafo em que Gramsci problematiza a questão da elite foi escrito entre janeiro e fevereiro de 1931.

A chamada “classe política” de Mosca não é mais do que a categoria intelectual do grupo social dominante: o conceito de “classe política” de Mosca deve ser aproximado do conceito de “elite” de Pareto, que é uma outra tentativa de interpretar o fenômeno histórico dos intelectuais e sua função na vida estatal e social. (Ibidem).

Duas considerações de Gramsci são importantes. A primeira se refere à própria analogia entre classe política e intelectuais: para ele, ao proporem os conceitos de classe política (Mosca) ou de elite (Pareto), estes teóricos procuram responder questões sobre o papel dos intelectuais na vida estatal e social. A segunda consideração é que os teóricos elitistas, através dos conceitos de classe política e elite, só respondem a este fenômeno de forma parcial. Como coloca o comunista italiano, a classe política “*não é mais do que a categoria intelectual do grupo social dominante*” (Ibidem).

Ao estabelecer essa relação, Gramsci só prepara o terreno para deixar clara a separação que existe entre a sua conceituação de intelectuais e a de classe política dos teóricos elitistas. Como vimos, para Michels, todo dirigente, pelo fato de ser dirigente, era parte de uma elite que disputava o poder, parte da mesma classe política. Para Gramsci, os dirigentes devem ser entendidos a partir da divisão de classes: existem os intelectuais da classe operária e os intelectuais da burguesia; entre eles, existem intelectuais ligados a outras classes. Mas a divisão entre intelectuais, mesmo que parta da relação de classes, se dá através da relação entre intelectuais orgânicos e tradicionais, isto é, entre aqueles que ativamente constroem a hegemonia de uma classe social e aqueles que estavam ligados a práticas existentes anteriormente.

Já em fevereiro de 1931, Gramsci retoma o mesmo problema em relação à obra de Mosca. Para o comunista italiano, a questão da classe política é colocada de modo insuficiente por Mosca (GRAMSCI, Q 8, § 52, p. 972). É insuficiente porque a categoria parece abranger algumas vezes as classes possuidoras, outras, as classes médias. Este texto

foi reescrito entre maio de 1932 e o início de 1934 – este trecho, no Caderno 13, traz a discussão sobre os intelectuais e os partidos políticos:

A questão da classe política, tal como apresentada nas obras de Gaetano Mosca, tornou-se um *puzzle*. Não se compreende com clareza o que Mosca entende precisamente por classe política, tanto a noção é elástica e vaga. Algumas vezes parece que por classe política se deva entender a classe média, outras vezes o conjunto das classes possuidoras, outras vezes o que se denomina a “parte culta” da sociedade, ou o “pessoal político” (camada parlamentar) do Estado: por vezes, parece que a burocracia, até mesmo em seu estrato superior, esteja excluída da classe política, na medida em que deve ser precisamente controlada e guiada pela classe política. A deficiência da abordagem de Mosca reside no fato de que ele não enfrenta, em seu conjunto, o problema do “partido político”, o que se compreende, dado o caráter dos livros de Mosca e especialmente dos *Elementi di scienza politica*: o interesse de Mosca, na verdade, oscila entre uma posição “objetiva” e desinteressada de cientista e uma posição apaixonada e imediatista de homem de partido, que vê se desenrolarem acontecimentos que o angustiam e contra os quais desejaria reagir. (Q 13, § 6, p. 1565).

O ponto que fica por desenvolver é o partido político: por que, ao não enfrentar o tema do partido político, Mosca teria um limite em sua teoria? E acrescentaríamos outra questão: Michels, que enfrentou o tema do partido político, resolveu este problema? Para chegarmos a estas respostas em Gramsci, é preciso reestabelecer a relação entre intelectuais e partido político, tal como vimos anteriormente. Para todas as classes sociais, os intelectuais enquanto organizadores da hegemonia, se formam a partir dos partidos políticos. Mas em relação à classe dominante, os intelectuais também se formam nos aparelhos políticos e civis de hegemonia, realizando a unidade entre os intelectuais orgânicos dominantes e tradicionais (Q 12, § 1, p. 1522). É por isso que o Estado, para Gramsci, “*é concebido como um organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão do próprio grupo*” (Q 13, § 17, p. 1584).

O limite de Mosca, para Gramsci, é que a categoria de classe política no autor elitista não se enfrenta com a questão do partido político e, por isso, muitas vezes, ele não consegue explicitar “quem é” ou “como se organiza” a classe política. A resposta de Gramsci para isto é clara: somente através da problemática dos partidos políticos é possível chegar a esclarecer a relação entre os dirigentes do Estado ampliado e as classes sociais. Somente se a relação de representação através do partido for colocada em discussão, é que se chega a teorizar sobre os organizadores da hegemonia da classe dominante.

Ao contrário de Mosca, Michels enfrentou a questão dos partidos políticos e, neste sentido, deu um passo à frente na definição da classe política. Mesmo assim, o autor ítalo-germânico enfrentou-se com outro limite também existente em Mosca: Michels não esteve próximo a desenvolver uma teoria dos partidos no sentido de classe sociais antagônicas, mas no sentido da luta pelo poder entre as elites. Michels percebe o papel dos partidos como formadores de novos dirigentes, mas não coloca estes dirigentes como representantes dos movimentos orgânicos às classes sociais. Ao não conceber a organicidade entre dirigentes e dirigidos, a tese de Michels sobre os partidos políticos não passa de uma teoria circular das elites políticas (MICHELS, 1989, p. 451). O descarte das contradições entre as classes sociais faz com que o autor ítalo-germânico naturalize a divisão entre dirigentes e dirigidos, suprimindo a sua historicidade.

A historicidade dos dirigentes e dirigidos

Para Michels, a divisão entre dirigentes e dirigidos era, ao mesmo tempo, estrutural e técnica. Estrutural porque era uma divisão que permeava todo o complexo de relações sociais. Técnica porque é uma marca obrigatória da atividade social de todas as sociedades modernas. Para Gramsci, esta divisão é também estrutural e técnica. A diferença é que, para o comunista italiano, a estrutura social é histórica, isto é, da mesma forma que a divisão teve uma origem, ela também terá um fim. A relação é também técnica, já que Gramsci considera que a divisão é fruto do avanço da divisão do trabalho e de determinadas relações sociais de produção (GRAMSCI, Q 15, § 4, p. 1752).

Em sua reflexão sobre Maquiavel⁶⁰, procurando demonstrar os elementos da ciência política, o comunista italiano levanta uma série de argumentos que ajudam a pensar na historicidade dos dirigentes:

Primeiro elemento é que existem efetivamente governados e governantes, dirigentes e dirigidos. Toda a ciência e a arte política baseiam-se neste fato

⁶⁰ As reflexões de Gramsci sobre Maquiavel, de acordo com Kanoussi, se dividem em três grandes temas: a) o que é a política; b) sobre a análise das situações e das relações de forças na relação entre estrutura e superestrutura; c) o desenvolvimento histórico burguês, através da relação entre Maquiavel e o jacobinismo (KANOSSI, 2003, P. 139-146).

primordial, irreduzível (em certas condições gerais). As origens deste fato constituem um problema em si, que deverá ser estudado em si (pelo menos se poderá e deverá estudar como atenuar e fazer desaparecer o fato, modificando certas condições identificáveis como atuantes neste sentido), mas permanece o fato de que existem dirigentes e dirigidos, governantes e governados. Dado este fato, deve-se ver como se pode dirigir do modo mais eficaz (dado certos fins) e como, portanto, preparar da melhor maneira os dirigentes (e nisto precisamente consiste a primeira parte da ciência e arte política), e como, por outro lado, conhecem-se as linhas de menor resistência ou racionais para obter a obediência dos dirigidos ou governados. (Ibidem).

Esta primeira parte da “ciência e arte da política” é aquela que consegue delimitar a maneira mais eficaz da direção obter o consenso dos dirigidos. As obras de Maquiavel (2000) e de Weber (1999), ainda que este último não seja percebido como importante para Gramsci, são exemplos desta parte da ciência política. Mas logo na continuação do parágrafo, o comunista italiano apresenta elementos novos para a ciência política, que é o elemento da perspectiva de trabalho da política enquanto ciência:

Na formação dos dirigentes, é fundamental a premissa: pretende-se que sempre existam governados e governantes ou pretende-se criar as condições nas quais a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições? Entretanto, deve-se ter claro que a divisão entre governados e governantes, ainda que em última análise se refira a uma divisão de grupos sociais, existe também, sendo as coisas como são, no seio de cada grupo, mesmo socialmente homogêneo; pode-se dizer, em certo sentido, que esta divisão é uma criação da divisão do trabalho, é um fato técnico. (GRAMSCI, Q 15, § 4, p. 1752).

A primeira questão a se considerar deste trecho de Gramsci é o problema da historicidade da divisão entre dirigentes e dirigidos. Diferentemente de todos os teóricos elitistas, para o comunista italiano, a divisão entre dirigentes e dirigidos é transitória, ainda que seja estrutural. Sua transitoriedade se refere à historicidade da divisão das classes sociais. As classes são “em última análise” a determinação da divisão entre dirigentes e dirigidos. Mas, como ressalta Gramsci, esta divisão também atravessa uma mesma classe social. Tratamos dessa divisão quando abordamos o tema do partido e da determinação de classe dos partidos políticos. Aqui é necessário aprofundar a temática desenvolvida: para Gramsci é possível acabar com as condições sobre as quais a divisão entre dirigentes e dirigidos se ergue. Estas condições constituem a própria divisão de classes. É por isso que, para acabar com a divisão entre dirigentes e dirigidos, é preciso suprimir as classes sociais, isto é, instaurar uma sociedade regulada.

Uma questão importante colocada por Gramsci é sobre “criar as condições” para acabar com a divisão entre dirigentes e dirigidos. Acabar com as condições não quer dizer acabar com a relação entre dirigentes e dirigidos. Esta combinação entre condições/realização é importante, já que o marxismo de Gramsci parece se caracterizar como uma teoria política da criação das condições de luta e não dos resultados da mesma. Para Gramsci tratava-se de criar as condições para a hegemonia, através de uma situação favorável, na qual uma organização permanente (GRAMSCI, Q 13, § 17, p. 1588), que tenha estabelecido relações orgânicas com a classe que representa, com um programa de emancipação, consiga dar uma resposta e levar esta classe à luta. Neste sentido, para a filosofia da práxis só é possível prever cientificamente o conflito, nunca saber o resultado do mesmo (GRAMSCI, Q 11, § 15, p. 1403).

Esta separação entre as condições para a realização e a realização faz parte também da dupla perspectiva temporal de Gramsci: as relações entre estrutura e conjuntura, o tempo orgânico e o ocasional (Q 13, § 17, p. 1579). A diferença entre dirigentes e dirigidos, numa sociedade regulada, na qual as condições para a abolição desta divisão estejam dadas, será conjuntural e ocasional, nunca um movimento orgânico de reprodução da sociedade. Neste sentido, a sociedade regulada, para Gramsci, não será uma sociedade “sem hierarquia”, como numa utopia anarquista, mas uma sociedade na qual a hierarquia se dê por uma subordinação funcional/técnica e não social como é na sociedade capitalista (MÉSZÁROS, 1993, p. 99). Esta transformação tem o mesmo sentido da instabilidade dos governantes na sociedade socialista, debatida por Bukharin, conforme vimos anteriormente.

Para que os progressos nas condições de eliminação da divisão entre dirigentes e dirigidos se sustentem, é necessário, mesmo na sociedade de transição, travar uma luta para que a divisão técnica do trabalho não se torne uma divisão política de classes. Esta luta deve partir da formação de novos intelectuais. Quando Gramsci discute a divisão orgânica entre os funcionários deliberativos e os técnico-culturais, que vimos anteriormente, já propõe a formação destes novos intelectuais para acabar com esta divisão:

Põe-se a questão de modificar a preparação do pessoal técnico político, e de elaborar novos tipos de funcionários especializados, que integrem de forma colegiada a atividade deliberativa. O tipo tradicional do “dirigente” político, preparado apenas para as atividades jurídico-formais, torna-se anacrônico e representa um perigo para a vida estatal: o dirigente deve ter aquele mínimo de

cultura geral que lhe permita, se não “criar” autonomamente a solução justa, pelo menos saber julgar entre as soluções projetadas pelos especialistas e, conseqüentemente, escolher a que seja justa do ponto de vista “sintético” da técnica política. (Q 12, § 1, p. 1532).

Logo na continuação, o comunista italiano cita o exemplo de certas redações de revistas, que funcionam como redação e como círculo de cultura, nas quais a atividade de crítica e elaboração é partilhada por todo o corpo editorial (Ibidem, p. 1533). O partido, através do centralismo democrático, com uma vida ativa dos núcleos e do debate interno, é também um local de formação destes novos intelectuais. É pela transformação da técnica-trabalho em técnica-ciência que se pode formar os novos intelectuais não enquanto especialistas, mas dirigentes (especialista + político) (GRAMSCI, Q 12, § 3, p. 1551).

Estes novos intelectuais serão predominantes na sociedade regulada. Isto porque a sociedade regulada, ao abolir a divisão estrutural entre dirigentes e dirigidos, criará a condição para que todos sejam intelectuais. Para Gramsci, a sociedade capitalista, através da sua subordinação antagônica do trabalho ao capital, é uma sociedade na qual todos são intelectuais, mas nem todos exercem sua função enquanto intelectuais e não podem exercer, por causa da divisão entre dirigentes e dirigidos (GRAMSCI, Q 12, § 1, p. 1516). Já a sociedade regulada será a sociedade em que todos também são intelectuais, porém existirá a possibilidade de todos exercerem a função de intelectuais.

Em relação à burocracia e aos funcionários dos aparelhos políticos e civis, a abolição da divisão entre dirigentes e dirigidos significa não a abolição da necessidade de funcionários, mas a supressão das condições de burocratização. Isto só pode ser garantido através de duas medidas: a primeira é uma reivindicação popular, considerada o extremo do liberalismo, de acordo com Gramsci, que são as eleições para todos os cargos políticos (Q 6, § 81, p. 752); a segunda medida é a revogabilidade dos mandatos, que é uma recuperação da fórmula de Marx sobre a Comuna. Estas medidas são necessárias para complementar as condições do exercício do “autogoverno” e para negar as possibilidades do desenvolvimento do “governo dos funcionários” (GRAMSCI, Q 8, § 130, p. 1020).

4. Conclusão: transformismo e oligarquização

Num artigo Corrado Malandrino explora a discussão entre Gramsci e a sociologia dos partidos de Michels (MALANDRINO, 2001). Na primeira parte do texto, há uma reconstrução dos textos de Michels, que Gramsci teve acesso, assim como das notas que o comunista italiano escreveu. Após esta apresentação, Malandrino chega a conclusão da impossibilidade de um “confronto realístico” entre a sociologia elitista-oligárquica do partido de Michels e a teoria do moderno príncipe de Gramsci (Ibidem, p. 135). Neste sentido, Malandrino nega toda a literatura que estabeleceu tal confronto e que considerava a análise de Gramsci superior a de Michels (Ibidem). Depois de toda a exposição crítica que fizemos dos artigos de Gramsci, é necessário ver se a crítica de Gramsci é também uma proposta bem-sucedida para a análise política.

De início, é necessário afirmar que a crítica de Gramsci em relação a Michels não é uma crítica total e completa, pois, sem dúvida nenhuma, há lacunas nesta crítica. Mas não são lacunas e aspectos não abordados que permitem avaliar se uma crítica é contundente ou não. O critério de avaliação para saber se é “realista” a crítica é entender se Gramsci debateu as principais proposições teóricas de Michels e não seus aspectos secundários. Somente assim se poderá conceber a validade da crítica do comunista italiano.

O comunista italiano parte de uma compreensão dialética da relação entre partido e classe e desenvolve esta concepção de duas formas. A primeira é que o partido é a *nomenclatura* da classe, mas o é no desenvolvimento do conjunto da classe e não somente no seu desenvolvimento próprio (GRAMSCI, Q 3, § 119, p. 387). A realização do partido enquanto universalização da classe é a construção da hegemonia da classe – no caso do partido comunista, ou do moderno príncipe, é a sociedade regulada. O partido não pode ser determinado somente a partir do seu desenvolvimento próprio, mas enquanto parte do desenvolvimento da classe a qual representa. Isto faz com que o partido tenha que ser analisado a partir do *movimento real histórico* (Q 3, § 56, 337). Com isto, Gramsci afirma que analisar empiricamente (ou descritivamente) o partido é importante, mas não é suficiente para compreendê-lo: somente a relação política na história, entre partidos e

classes, é que possibilita uma compreensão do material empírico. Este ponto de partida para a análise dos partidos demonstra a distância entre a teoria oligárquica-elitista de Michels e a do moderno príncipe de Gramsci, já que o primeiro realizou uma análise dos partidos políticos descritiva, enquanto o comunista italiano partiu para a discussão da hegemonia de classe.

Mas este ponto não é ainda uma crítica realista dos conceitos elaborados de Michels. O confronto realístico de Gramsci está expresso na crítica das análises, das generalizações e dos conceitos que o autor ítalo-germânico utilizou. Desta maneira, o conceito de elite e burocracia, como vimos no último capítulo, foi rearticulado por meio do conceito de intelectuais em Gramsci, possibilitando este confronto entre as formulações distintas.

O principal eixo teórico de Michels, a lei férrea da oligarquia, foi analisado por Gramsci a partir do debate dos intelectuais e de como conceber a separação de classes. Para Michels, a lei férrea era a própria separação entre dirigentes e dirigidos. Para o comunista italiano, a polêmica contra esta lei está no debate contra o esquematismo sociológico: não é a definição individual das categorias (intelectuais, dirigentes, pequena burguesia, etc.) que pode balizar uma teoria da separação entre dirigentes e dirigidos, tal como há na teoria oligárquica de Michels. São as relações políticas entre os diversos grupos sociais e, dentre estas relações está a questão da hegemonia, que deve ser a perspectiva para a análise da separação entre os dirigentes e os dirigidos. É importante frisar que, para o comunista italiano, as relações políticas só existem na história, principalmente na história do desenvolvimento das classes sociais. Somente neste marco histórico a separação entre dirigentes e dirigidos pode ser analisada. Desta forma, a separação dos dirigentes socialdemocratas tem a ver, como vimos no capítulo 2, com a adaptação à política da burguesia – fenômeno que Gramsci caracterizou no segundo ponto metodológico da história das classes subalternas como a adesão passiva dos grupos subalternos à formação política dominante (Q 25, § 5, p. 2228). Ou seja, a separação dos dirigentes socialdemocratas faz parte do fenômeno do *transformismo*.

Na teoria do comunista italiano, o processo de oligarquização só é possível de ser entendido sob esta forma do transformismo. Aqui encontramos uma relação entre contraditórios, entre dirigentes e dirigidos, já que o transformismo, como vimos, é a

cooptação dos dirigentes subalternos pelos setores dominantes. Este processo é a própria adesão dos dirigentes subalternos à formação política dominante, a aceitação estratégica do horizonte burguês na concepção de mundo dos subalternos. Assim, a lei férrea da oligarquia de Michels encontra em Gramsci sua correspondência no processo de transformismo. A lei férrea da oligarquia não passa de uma tentativa de universalização do transformismo para qualquer formação política. Nesta universalização é que se apresenta todo o positivismo inerente à metodologia michelsiana.

A burocratização dos partidos políticos comunistas, entendida enquanto processo de autonomização do corpo de funcionários da base social, é também um processo que pode levar ao transformismo. Esta é apenas uma das formas que este processo pode assumir. A corrupção e a desilusão são outras formas que podem levar ao transformismo.

A explicação de Gramsci do fenômeno de oligarquização dos partidos políticos através do transformismo não é uma explicação mecânica. É por isso que, no capítulo 2, tentamos relacionar a análise política com a análise histórica das relações de forças. Um partido não se oligarquiza por causa da sua essência (natural, administrativa ou psicológica), mas por causa de seu projeto, que foi decidido por homens e mulheres vivos, que estiveram em luta (a história do SPD é praticamente a história de uma luta entre frações, assim como é a história do partido bolchevique). Incorporar o elemento da luta, da contradição, é fundamental para entendermos que um partido não é homogêneo, mas dependente das relações de forças que o permeia e que o atravessa. O transformismo é um processo neste desenvolvimento da luta entre as classes.

É importante salientar que estas formulações de Gramsci fazem parte de uma teoria da hegemonia, isto é, o transformismo é parte da explicação de fenômenos históricos, das relações entre as classes dominantes e dominadas em diversas conjunturas particulares. Neste sentido, a proposta de Gramsci, na crítica a Michels, não é apenas de um programa político para combater a adaptação dos partidos políticos transformadores ao Estado burguês, mas também de elementos para análise do por que estes partidos se adaptaram. O “ser” e o “dever ser” fazem parte da mesma teoria, da mesma crítica.

O segundo elemento da crítica teórica é a antidemocracia democrática e a categoria de elite carismática. A formulação da elite carismática, principalmente a fascista, como

representante da vontade dos dirigidos é, para Gramsci e para uma boa parte dos intelectuais (MALANDRINO, 2010, p. 13), um absurdo conceitual. Para se contrapor a afirmação da democracia enquanto identidade autoritária entre dirigentes e dirigidos, o comunista italiano insistiu na relação de elevação dos dirigidos à condição de dirigentes. E com esta concepção de democracia é que pôde elaborar uma resposta teórica mais aprofundada ao fenômeno de oligarquização e ampliar a concepção de hegemonia: para as classes subalternas e para o seu partido, só é possível tornar-se classe dominante a partir da formação dos organismos de autonomia e da elevação de novos intelectuais orgânicos. A elite carismática, ao depender da passividade das massas para governar, não desenvolve uma política democrática, mas profundamente antidemocrática, de repressão e negação do desenvolvimento das classes subalternas. Neste sentido, a vontade nacional-popular não é possível de ser realizada por uma elite antidemocrática como a fascista.

É a partir destes dois elementos teóricos que consideramos que Gramsci desenvolve elementos para a análise do fenômeno oligárquico e da antidemocracia democrática expostas por Michels. A análise de Michels, apesar de conter diversos elementos importantes, ainda continua ser um bom material para estudo dos fenômenos, mas não para sua explicação. É com estas formulações, que consideramos que a crítica de Gramsci é realista em relação a elaboração de Michels.

Após mais de meio século dos escritos de Gramsci é preciso realizar uma análise apurada dos partidos modernos, dos processos de transformismo ocorridos na adaptação dos diversos Partidos Comunistas pelo mundo e do Partido dos Trabalhadores no Brasil. O objetivo desta análise não seria o de fechar a perspectiva da possibilidade do fim da divisão entre dirigidos e dirigentes (ponto de partida do marxismo), mas o de mostrar os motivos pelos quais a atividade destes partidos reforçou a divisão vigente. É este o sentido que recuperamos da crítica de Gramsci a Michels. A análise de Gramsci não é a adaptação de um modelo ideal de partido a uma realidade, mas uma metodologia para análise e construção partidária no processo de luta de hegemonia das classes subalternas. É com esta perspectiva metodológica que consideramos possível realizar uma crítica aos partidos políticos transformadores do século XX e também sair do positivismo na concepção de adaptação dos partidos políticos à democracia burguesa.

Bibliografia

- ALBERTONI, Ettore. Introdução. In.: MICHELS, Robert. *Potere e Oligarchie*. Milão: 1989, p. 5-48.
- BAKUNIN, Mikhail. *O conceito de liberdade*. Porto: RES, s/d.
- BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci y el Estado*. México, DF: Siglo XXI, 1978.
- BUKHARIN, Nikholai. *Tratado de Materialismo Histórico*. Porto: CLB, s/d.
- BUKHARIN, Nikholai. A crise da cultura capitalista e os problemas da cultura da URSS. In.: GORENDER, Jacob (org.). *Bukharin*. São Paulo: Ática, 1990, p. 177-191.
- CAPUTO, Renato. “Totalitário”. In.: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dizionario Gramsciano (1926-1937)*. Roma: Carocci, 2009, p. 851-853.
- CORONA, Armando. “Enfoques sobre la élite del poder”. *Revista Mexicana de Sociología*. México D.F.: vol. XLI, nº. 4, outubro-dezembro, 1979, p. 1335-1367
- COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. In.: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2001, v. 1, p. 7-45.
- COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Anais do II Encontro Internacional de Estudos, promovido pela *International Gramsci Society*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “Volontà Colletiva”. In.: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dizionario Gramsciano (1926-1937)*. Roma: Carocci, 2009, p. 900-902.
- DE MAS, Enrico. Michels tra socialismo e fascismo. In.: MICHELS, Robert. *Socialismo e Fascismo (1925-1934)*. Milão: Giuffrè, 1991, p. 3-22.
- DEL ROIO, Marcos. *Os prismas de Gramsci*. São Paulo: Xamã, 2005.
- DIAS, Edmundo Fernandes *et al.* *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em turim*. São Paulo: Xamã, 2000.

- FETSCHER, Irving. Bernstein e o desafio à ortodoxia. In.: HOBBSAWM, Eric. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, v. 02, p. 257-298.
- FILIPPINI, Michele. *Una Filologia della società*. Tese – Departamento de Política, Instituição e História, Universidade de Bologna, Bologna, 2008.
- FRANCIONI, Gianni. *L'Officina gramsciana*. Nápoles: Bibliopolis, 1984.
- FRESU, Gianni. “*Il diavolo nell'ampolla*”, Antonio Gramsci, gli intellettuali e il partito. Napoli: La Città del Sole, 2005.
- GAGLIARDI, Alessio. O problema do corporativismo no debate europeu e nos *Cadernos*. In.: AGGIO, Alberto; HENRIQUES, Luís Sérgio; VACCA, Giuseppe (Org.). *Gramsci no seu tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p. 233-261.
- GALASTRI, Leandro. “Gramsci leitor de Sorel: um diálogo sobre história e revolução”. *Temáticas*. Campinas: n° 29, p. 121-149, 2007.
- GENTILE, Emilio. *La via italiana al totalitarismo*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- GORENDER, Jacob. Teoria econômica e política revolucionária no marxismo russo. In.: GORENDER, Jacob (org.). *Bukharin*. São Paulo: Ática, 1990, p. 5-41.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Turim, Einaudi: 1975, 4 v.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1999-2002, 6 v.
- GRAMSCI, Antonio. *Cartas do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2005, 2v.
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2004, 2v.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- HOBBSAWM, Eric. J. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 7ª ed.
- HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In.: HORKHEIMER, Max *et al. Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. 125-162.
- KANOSSI, Dora. Maquiavel nos Cadernos do Cárcere. In.: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Anais do II Encontro Internacional de Estudos, promovido pela *International Gramsci Society*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 139-146.

- LENIN, V. I. Uma grande iniciativa. In.: LENIN, V. I. *Obras escolhidas*. Lisboa: Avante, 1979, v. 03, p. 139-160.
- LENIN, V. I. Projeto de estatuto do partido operário social-democrático russo (POS DR). In.: FELIPE, Willian (org.). *Teoria e organização do Partido*. São Paulo: Sundermann, 2006, p. 35-38.
- LENIN, V. I. O parágrafo primeiro dos estatutos. In.: FELIPE, Willian (org.). *Teoria e organização do Partido*. São Paulo: Sundermann, 2006, p. 61-80.
- LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- LIVORSI, Franco. Il partito di classe tra settarismo e scienza politica. In.: MASTELLONE, Salvo e SOLA, Giorgio (org.). *Gramsci: il partito politico nei Quaderni*. Firenze: Toscano, 2001, p. 51-79.
- LUXEMBURG, Rosa. *Obras escogidas*. México D. F.: Era, 1978.
- MALANDRINO, Corrado. Gramsci e la Sociologia del partito politico di Michels. In.: MASTELLONE, Salvo e SOLA, Giorgio (org.). *Gramsci: il partito politico nei Quaderni*. Firenze: Toscano, 2001, p. 115-140.
- MALANDRINO, Corrado. Il pensiero di Roberto Michels sull'oligarchia, la classe politica e il capo carismatico. Dal *Corso di sociologia politica* (1927) ai *Nuovi studi sulla classe politica* (1936). **POLIS - Political Theory Series n. 165**. Alessandria: 2010.
- MARTOV, Y. O. Projeto de estatuto do partido operário social-democrático russo (POS DR). In.: FELIPE, Willian (org.). *Teoria e organização do Partido*. São Paulo: Sundermann, 2006, p. 39-44.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- MARX, Karl. Prefácio para a crítica da economia política. In.: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MASTELLONE, Salvo e SOLA, Giorgio (org.). *Gramsci: il partito politico nei Quaderni*. Firenze: Toscano, 2001.
- MATHIAS, Erich. Kautsky e o kautskismo. A função da ideologia na socialdemocracia alemã até a primeira guerra mundial. In.: BERTELLI, Antonio. *Karl Kautsky e o marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1988.

- MEDICI, Rita. Elitismo e socialismo. La sociologia politica di Robert Michels nei 'Quaderni del Carcere'. In.: *Giobbe e Prometeo: Filosofia e politica nel pensiero di Gramsci*. Firenze: Alinea, 2005, p. 111-126.
- MÉZSÁROS, István. Consciência de classe necessária e consciência de classe contingente. In.: MÉZSÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Ensaio, 1993, p. 75-119.
- MICHELS, Robert. *Por uma sociologia dos partidos políticos*. Lisboa: Antígona, 2001.
- MICHELS, Robert. *Potere e Oligarchie*. Milão: 1989.
- MICHELS, Robert. *Introducción a la sociologia politica*. Buenos Aires: Paidós, 1969.
- MICHELS, Robert. *Socialismo e Fascismo (1925-1934)*. Milão: Giuffrè, 1991.
- MONTANARI, Marcello. "Razionalità e tragicità del moderno in Gramsci e Weber". *Critica Marxista*. Roma, nº 6, novembre-dicembre 1987, anno 25, p. 47-71.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. "Max Weber: a burocracia e as armadilhas da razão". *Temas de Ciências Humanas*, nº 1, São Paulo, Livraria Ciências Humanas/Grijalbo, 1977, p. 135-152.
- PANELA, Giuseppe. Le origini del fascismo nell'interpretazione di Robert Michels. In.: MICHELS, Robert. *Socialismo e Fascismo (1925-1934)*. Milão: Giuffrè, 1991, p. 149-174.
- PORTINARO, Pier Paolo. Intelletuali, partito e organizzazione da Sorel a Gramsci. In.: ISTITUTO GRAMSCI. *Politica e storia in Gramsci*. Firenze: Riuniti, 1977, p. 556-577.
- POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. Porto: Portucalense, 1972.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- SCAFF, Lawrence A. Max Weber and Robert Michels. *The American Journal of Sociology*, v. 86, n. 6, p. 1269-1286, May, 1981.
- SGAMBATI, Valeria. Per un'analisi del rapporto tra Gramsci e gli elitisti. In.: ISTITUTO GRAMSCI. *Politica e storia in Gramsci*. Firenze: Riuniti, 1977, p. 606-616.
- SAINT-PIERRE, Héctor. *Max Weber, entre a paixão e a razão*. Campinas: UNICAMP, 1999.
- SCHLESENER, Anita Helena. *Antonio Gramsci e a Política Italiana*. Curitiba: UTP, 2005.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Cortez, 1989.

- TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: UNESP, 2006.
- TROTSKY, Léon. *A revolução traída*. São Paulo: Sundermann, 2005.
- TUCCARI, Francesco. *I dilemmi della democrazia moderna*. Bari: Laterza, 1993.
- TUCCARI, Francesco. Gramsci e la sociologia marxista di Nikolaj I. Bucharin. In.: MASTELLONE, Salvo e SOLA, Giorgio (org.). *Gramsci: il partito politico nei Quaderni*. Firenze: Toscano, 2001, p. 141-170.
- WEBER, Henri. Robert Michels y la teoría de la burocracia obrera. In.: WEBER, Henri. *Marxismo y conciencia de clase*. Barcelona: Madragora, 1975.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 1999-2000, 2v.
- WEBER, Max. *Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída*. In.: *Os pensadores*, São Paulo: Abril Cultura, 1974, p. 7-91.
- WEBER, Max. *Política y ciencia*. Buenos Aires: El Aleph, 2000a.
- WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In.: WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2001, v. 2, p. 349-359.
- ZANARDO, Aldo. El “Manual” de Bujárin visto por los comunistas alemanes y por Gramsci. In.: BUEY, Francisco Fernández. *Actualidad del pensamiento político de Gramsci*. Barcelona: Grijalbo, 1977, p. 62-93.